

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

FLÁVIA CARVALHO FARIA

**"ASPECTOS RELEVANTES DO POSSESSIVO NO PROCESSO
DE AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO"**

JUIZ DE FORA
AGOSTO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

FLÁVIA CARVALHO FARIA

**"ASPECTOS RELEVANTES DO POSSESSIVO NO PROCESSO
DE AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO"**

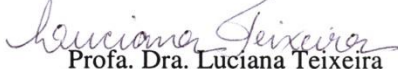
Tese apresentada ao programa de pós-graduação em linguística da Faculdade de Letras da UFJF como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de doutor em linguística.

Orientadora: Prof^ªDr^ªMaria Cristina Name


JUIZ DE FORA
AGOSTO 2012

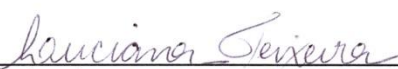
TERMO DE APROVAÇÃO

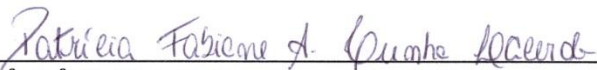
Esta tese, intitulada “*Aspectos Relevantes do Possessivo no Processo de Aquisição do Português Brasileiro*”, foi julgada adequada para a obtenção do grau de DOUTORA EM LINGÜÍSTICA, área de concentração Linguagem e Cognição, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora.

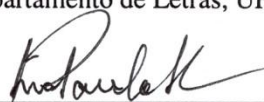

Prof. Dra. Luciana Teixeira
Coordenadora do PPG-Linguística

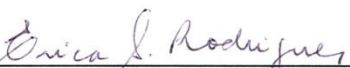
Banca Examinadora:


Prof.ª Dr.ª *Maria Cristiona Lobo Name* (Orientadora e Presidente)
Departamento de Letras, UFJF


Prof.ª Dr.ª *Luciana Teixeira* (Examinadora)
Departamento de Letras, UFJF


Prof.ª Dr.ª *Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda* (Examinadora)
Departamento de Letras, UFJF


Prof.ª Dr.ª *Ana Paula Scher* (Examinadora)
Departamento de Linguística, USP


Prof.ª Dr.ª *Erica dos Santos Rodrigues* (Examinadora)
Departamento de Letras, PUC-Rio

Conceito emitido:

Juiz de Fora, 17 de agosto de 2012

À inesquecível tia Zezé.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu guia.

À Professora Cristina, pela orientação, pela dedicação e, acima de tudo, por ter acreditado no meu projeto.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Linguística da UFJF, professoras Cristina e Luciana, e secretária Rosângela, pela competência e pelo reconhecimento.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Aos colegas do PPG de Linguística, por compartilharem de tantas alegrias e às vezes, até angústias.

Às responsáveis pelas creches, pelo interesse demonstrado e pela disponibilidade.

Às crianças que participaram das atividades experimentais, pelo aprendizado e pelos bons momentos; a seus pais, pela compreensão e pela colaboração.

Aos meus sobrinhos Tiago e Lucas e às minhas sobrinhas e afilhadas Júlia e Laís, por serem tão especiais e inspiradores.

A minha madrinha Cristina e ao meu padrinho de coração Edgar, pelo incentivo, pelo exemplo e pelo suporte técnico.

Ao meu marido Alexandre, pela motivação e, sobretudo, pelo grande interesse.

Aos meus pais, por terem me mostrado o caminho.

Aos meus filhos, por serem a melhor parte da minha vida.

À Tia Zezé, que viu o que ninguém via, acreditou no impossível e me ajudou a chegar aqui.

“Languages are the best mirror of the human mind.”

(Leibniz)

RESUMO

A tese investiga os aspectos do pronome possessivo relevantes para sua aquisição no português brasileiro (PB) e se desenvolve dentro de uma perspectiva psicolinguística da aquisição da língua materna. Assume-se, de acordo com o Programa Minimalista (Chomsky, 1995 e obras posteriores) uma gramática universal (GU) inata correspondente ao estado inicial da aquisição da linguagem e a concepção de uma língua I (interna) composta por um sistema computacional e um léxico. Assume-se, também, modelos de processamento que explique como a criança adquire esse léxico: o *Bootstrapping* Fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al., 1997), que considera que, antes de adquirir um léxico, a criança faz uso de habilidades perceptuais para segmentar informações do *input* em unidades linguísticas, e o *Bootstrapping* Sintático (Gleitman, 1990; 1994), segundo o qual a criança usa dados da estrutura sintática para deduzir o significado das palavras. Dessa forma, pode-se dizer que a criança em processo de aquisição do PB identifica o possessivo através de uma análise perceptual do fluxo da fala e, uma vez disponível no léxico, o sistema computacional opera sobre seus traços formais, relacionando-o numa estrutura hierárquica correspondente a uma expressão linguística. Tais itens são identificados na interface fônica através de um tratamento estatístico da fala recebida no *input* e seus traços semânticos/formais são adquiridos via processamento na interface semântica. O possessivo, apesar de se tratar de um elemento de comportamento complexo, surge relativamente cedo na produção inicial da criança, se comparado a outros itens determinantes. Em PB, tal elemento apresenta variação semântica de acordo com as possibilidades de posicionamento na sentença, o que motivou uma proposta de divisão categorial dos pronomes possessivos em dois tipos: pronomes possessivos antepostos ao nome são determinantes e, portanto, considerados itens funcionais, enquanto os pospostos são adjetivos e, nesta tese, considerados itens semifuncionais. A fim de verificar a importância, para a aquisição do pronome possessivo, de aspectos (i) fonológicos, como sua forma fônica, (ii) semânticos, como a relevância do traço de posse e (iii) sintáticos, como posicionamento na sentença, foram realizados três experimentos cujos resultados sugerem que a criança aos 11 meses de idade é sensível à forma fônica do pronome possessivo e, aos 3 anos e meio, é sensível ao seu traço de posse, assim como ao posicionamento deste quando anteposto em SN adjetivado.

Palavras-chave: Pronome Possessivo; Aquisição da Linguagem; Categoria Semifuncional.

ABSTRACT

This thesis investigates relevant aspects of the acquisition of the possessive pronouns by Brazilian children in a psycholinguistic view of language acquisition. According to Minimalism Program (Chomsky, 1995 and subsequent works) an innate Universal Grammar (UG) corresponding to the initial state of language acquisition and the conception of I-language (internal) - that consists of a lexicon and a computational system – are assumed. We also assume Phonological Bootstrapping Model (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al., 1997), that explains how children acquire the lexicon using perceptual abilities to segment the input data into linguistic units, and Syntactic Bootstrapping Model (Gleitman, 1990; 1994). According to this model, children use information from syntactic structure to deduce the meaning of the words. We hypothesized that children acquiring BP identify the possessive pronouns through perceptual analysis of speech and, once they are available in the lexicon, the computational system operates on their formal features correlating them into a hierarchical structure as a linguistic expression. The possessives are identified in the phonological interface by a statistical analysis of speech and the semantic features are acquired via processing in the semantic interface. Despite the possessive behavior being considered complex, this pronouns appear before other functional items in children early production. Because possessive pronoun semantic value changes according to its position in a sentence, we propose a categorical division of it into two types: functional and semi-functional items. Three experiments were conducted in order to verify phonological, semantic and syntactic aspects of possessive pronouns learning. The results suggest that children at 11 months are sensitive to their phonetic forms, at 3 ½ years are sensitive to their semantic possession features as well as to their syntactic position in DP.

Keywords: Possessive Pronoun; Language Acquisition; Semi-functional Category.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo das propriedades associadas com os três tipos de possessivos como proposto em Cardinaletti (apud Alexiadou et al., 2007).....	39
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média do tempo de olhar nas condições Gramatical e Agramatical (Exp. 1).....	68
Gráfico 2 - Porcentagem de acertos totais em cada condição Poss X Indef (Piloto)	75
Gráfico 3 - Porcentagem total de acertos por condição Poss X Indef (Exp. 2).....	78
Gráfico 4 - Porcentagem de acerto por condição Cong X Incong (Exp. 3).....	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO:	13
1.1	HIPÓTESE DE TRABALHO	14
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.3	DESENVOLVIMENTO DA TESE	15
2	CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS POSSESSIVOS	17
2.1	CATEGORIAS FUNCIONAL E LEXICAL	17
2.1.1	OS POSSESSIVOS COMO DETERMINANTES	18
2.1.2	POSSESSIVOS DETERMINANTES E POSSESSIVOS ADJETIVOS.....	19
2.2	A CATEGORIA SEMILEXICAL.....	26
2.2.1	UMA NOVA PROPOSTA.....	28
2.3	CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA DO POSSESSIVO.....	30
2.4	A SENSIBILIDADE AOS POSSESSIVOS.....	42
2.5	CONCLUSÃO.....	47
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: MODELOS DE LÍNGUA E DE PROCESSAMENTO PARA A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	49
3.1	A CONCILIAÇÃO DE UM MODELO DE LÍNGUA E UM MODELO DE PROCESSAMENTO LINGUÍSTICO.....	49
3.1.1	O PROGRAMA MINIMALISTA.....	49
3.1.2	O <i>BOOTSTRAPPING</i> FONOLÓGICO	53
3.1.3	O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO PRONOME POSSESSIVO EM UMA VISÃO CONCILIADORA ENTRE MODELOS DE LÍNGUA E DE PROCESSAMENTO.....	55
4	ATIVIDADES EXPERIMENTAIS	60
4.1	SENSIBILIDADE AOS ASPECTOS FÔNICOS DOS POSSESSIVOS	61
4.1.1	INTRODUÇÃO	61
4.1.2	TÉCNICA DO OLHAR PREFERENCIAL (<i>PREFERENCIAL LOOKING</i>).....	61
4.1.3	MÉTODO	62
4.1.3.1	Participantes	62
4.1.3.2	Material	63
4.1.3.3	Ambiente	63
4.1.3.4	Procedimento.....	63
4.1.3.5	Estímulos.....	64
4.1.4	EXPERIMENTO.....	67

4.1.5	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	68
4.1.6	CONCLUSÃO	69
4.2	SENSIBILIDADE AOS ASPECTOS SEMÂNTICOS DO POSSESSIVO	69
4.2.1	INTRODUÇÃO	69
4.2.2	TÉCNICA DA SELEÇÃO DE IMAGENS (<i>PICTURE IDENTIFICATION TASK</i>)	71
4.2.3	PILOTO	71
4.2.3.1	Método	71
4.2.3.1.1	Participantes.....	71
4.2.3.1.2	Material.....	72
4.2.3.1.3	Ambiente	72
4.2.3.1.4	Procedimento	72
4.2.3.1.5	Estímulos	73
4.2.3.2	Realização do Piloto.....	73
4.2.3.3	Resultado e Discussão	74
4.2.4	EXPERIMENTO.....	75
4.2.4.1	Método	76
4.2.4.1.1	Participantes.....	76
4.2.4.1.2	Material.....	76
4.2.4.1.3	Ambiente	76
4.2.4.1.4	Procedimento	76
4.2.4.1.5	Estímulos	77
4.2.4.2	Resultado e Discussão	78
4.2.5	CONCLUSÃO	78
4.3	SENSIBILIDADE AOS ASPECTOS SINTÁTICOS DO POSSESSIVO	79
4.3.1	INTRODUÇÃO	79
4.3.2	TÉCNICA DO JULGAMENTO DE GRAMATICALIDADE	80
4.3.3	MÉTODO	81
4.3.3.1	Participantes	81
4.3.3.2	Material	81
4.3.3.3	Ambiente	82
4.3.3.4	Procedimento.....	82
4.3.3.5	Estímulos.....	84
4.3.4	EXPERIMENTO.....	85
4.3.5	RESULTADO.....	86
4.3.6	CONCLUSÃO	87
4.4	CONCLUSÃO DOS EXPERIMENTOS	87
5	SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

1 INTRODUÇÃO:

Esta tese tem como proposta verificar como a criança em processo de aquisição do português brasileiro (PB) processa o possessivo quanto aos traços e peculiaridades distribucionais e quais pistas são relevantes na emergência dessa identificação. Tal pesquisa se insere em um estudo mais amplo desenvolvido no NEALP (Núcleo de Estudos em Aquisição da Linguagem e Psicolinguística, UFJF) e se vincula ao projeto “*Etapas Iniciais da Aquisição Lexical*” (Processo CNPQ nº 401510/2010-7).

O estudo dos pronomes possessivos é de grande interesse no âmbito da pesquisa em Psicolinguística, pois permite a discussão de questões centrais acerca do processamento da língua como, por exemplo, investigar como diferentes fontes de informação, no que diz respeito à constituição fonológica, semântica e sintática desse elemento, contribuem para sua emergência na produção da linguagem.

Esta pesquisa se sustenta em uma proposta de articulação entre modelos de processamento linguístico voltados para a aquisição da linguagem – *Bootstrapping* Fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al., 1997) e *Bootstrapping* Sintático (Gleitman, 1990) (cf. Corrêa, 2006, 2007) – e uma teoria linguística, mais especificamente o que vem sendo proposto no Programa Minimalista (PM) (Chomsky, 1995, 1999, 2001). Enquanto itens funcionais, os pronomes possessivos são de particular relevância para o estudo da aquisição da língua, uma vez que seus traços formais, ainda que, a princípio, minimamente especificados, permitem a realização de um *parsing* inicial, ativando o Sistema Computacional Linguístico e auxiliando o mapeamento de itens lexicais (Corrêa, 2009).

Uma das questões levantadas neste trabalho é a de como a criança processa o pronome possessivo no *input* que recebe, ou seja, como ela o percebe. Desde muito cedo, por volta dos 2-3 meses de idade, bebês adquirindo o francês demonstram ser sensíveis aos padrões rítmicos da língua, o que parece favorecer a identificação do direcionamento núcleo-complemento (Christophe et al., 2003). Elementos pertencentes à categoria funcional possuem pistas acústicas que o diferenciam de outros pertencentes à categoria lexical. Dados experimentais sugerem que, ainda com dias de vida, a criança é sensível a propriedades acústicas responsáveis por essa distinção (Shi et al., 1999) (ver sessão 2.4). Os pronomes possessivos, particularmente, apresentam, além dos traços formais característicos de determinantes, o traço semântico de posse, que pode servir como pista robusta para a criança durante o processo de aquisição, le-

vando em consideração sua emergência precoce na produção. Uma análise perceptual inicial realizada pela criança permitiria a identificação de seus traços formais, os quais representam no léxico aquilo que é específico desse elemento e legível na interface fônica. Consequentemente, a criança relacionaria a formação fônica dos pronomes possessivos com a informação semântica de posse, legível na interface semântica. Levando em conta essa caracterização do processo de aquisição de uma língua, este presente estudo objetiva traçar uma “trajetória” no que diz respeito ao processo de aquisição do pronome possessivo no PB.

1.1 HIPÓTESE DE TRABALHO

A hipótese que orienta este trabalho é de que aspectos fônicos, semânticos e sintáticos inerentes ao pronome possessivo facilitariam a identificação deste elemento pela criança adquirindo o PB.

Considerando-se o processo de aquisição da linguagem proposto pela conciliação de um modelo de língua e modelos de processamento, pode-se dizer, ainda, que tais aspectos trazem informações que estão estritamente ligadas entre si.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral é caracterizar o reconhecimento do item possessivo por crianças adquirindo o PB, tentando buscar uma relação entre seus aspectos fonológicos, semânticos e sintáticos e seu processamento no decorrer da aquisição da língua materna. Busca-se identificar quais pistas – fônicas, semânticas e sintáticas – são relevantes para a percepção da criança quanto ao item possessivo.

Os objetivos específicos são:

- Avaliar a sensibilidade da criança às formas possessivas do PB, levando em consideração seus aspectos fônicos;
- Avaliar a sensibilidade da criança às formas possessivas do PB, levando em consideração seus aspectos semânticos;
- Avaliar a relevância de pistas sintáticas, como o posicionamento na sentença, no reconhecimento do possessivo pela criança;
- Caracterizar o processo de aquisição do possessivo de acordo com um modelo de língua e um modelo de processamento comprometido com a aquisição da linguagem.

O estudo é focado nos possessivos pronominais antepostos (determinantes), mas não se desconsideram possessivos pospostos (adjetivos), genitivos e predicativos. Os pronomes possessivos adjetivos, em um *continuum*, são considerados como itens semifuncionais, ressaltando que tal terminologia diz respeito a itens funcionais que trazem certas características lexicais, e o genitivo, como uma construção lexical adjuntiva. Assume-se, ainda, que itens funcionais são precocemente identificados no fluxo da fala e distribucionalmente relacionados a itens de classes abertas. Assim, são de grande relevância para a gramática da língua e para a aquisição lexical. Os possessivos pronominais não são os únicos itens funcionais da língua; no entanto, apresentam peculiaridades distintas de outros elementos da mesma categoria. Dados anteriores a respeito de sua aquisição indicam que os possessivos aparecem mais cedo que outros determinantes na produção inicial (Faria, 2005, 2006). Assume-se que essa precocidade possa estar relacionada a aspectos fonológicos, semânticos e sintáticos do possessivo. Serão realizados experimentos a fim de se verificar como se dá o processamento do possessivo pela criança adquirindo o PB e quais pistas são relevantes na identificação desse item.

1.3 DESENVOLVIMENTO DA TESE

Esta tese será desenvolvida da maneira descrita a seguir.

No capítulo dois será apresentada uma revisão bibliográfica, na qual será feita uma caracterização do possessivo quanto a seus aspectos semânticos e sintáticos, assim como uma discussão quanto à sua categorização enquanto item funcional. Nesse aspecto, será visto que o possessivo posicionado antes do nome que se refere ao objeto possuído, estando antecedido ou não de outro(s) determinante(s), comporta-se como determinante, sendo, portanto, indiscutivelmente categorizado como item funcional. Por outro lado, observa-se que o possessivo posposto ao nome possui características que o aproximam de itens lexicais adjetivos, o que aponta para uma possível designação deste como item semifuncional. Por fim, ainda nesse capítulo, serão apresentados dados sobre a sensibilidade da criança ao pronome possessivo e a itens funcionais de um modo geral.

Posteriormente, no capítulo três, será apresentado o modelo de aquisição da linguagem em que se baseia este trabalho, o qual é concebido através da integração do modelo de língua gerativista e os modelos de processamento linguístico de *Bootstrapping* Fonológico e Sintático. Dentro dessa concepção, será inserido o possessivo do PB, focando-se especificamente na-

quele que se apresenta anteposto ao nome referente ao objeto possuído, ou seja, no pronome possessivo determinante. De acordo com esse modelo de aquisição de língua, a criança, em um primeiro momento, percebe e identifica o possessivo no fluxo da fala, através de informações estabelecidas por seus traços formais, o qual passa a compor o léxico inicial da criança. O sistema computacional, então, atua sobre os traços formais do léxico, realizando operações sintáticas responsáveis pela leitura dos traços fonológicos e semânticos nos níveis de interface do sistema de desempenho. Isso levaria a criança em processo de aquisição a estabelecer o posicionamento do possessivo na sentença e, a partir disso, a usar as informações estruturais deste elemento a fim de lhe atribuir traços semânticos como, no caso, o de posse.

No capítulo quatro serão apresentados experimentos que foram realizados com a finalidade de identificar como se dá o processo de aquisição dos possessivos em PB. O primeiro experimento teve como objetivo verificar se crianças brasileiras, no fim do primeiro ano de vida, são sensíveis às propriedades fônicas dos pronomes possessivos em comparação a pseudopossessivos foneticamente semelhantes aos reais. O segundo experimento investigou a sensibilidade de crianças brasileiras entre 3 e 4 anos aos aspectos semânticos do pronome possessivo, como o traço de posse, em comparação com os do pronome indefinido, como o traço de indefinitude. O terceiro e último experimento objetivou verificar a sensibilidade de crianças brasileiras, com idade média de 3 anos e meio, à sintaxe do pronome possessivo anteposto ou posposto a adjetivos. Os resultados desses experimentos serão apresentados e posteriormente discutidos.

Finalmente, no capítulo cinco será desenvolvida a conclusão do trabalho, assim como sugestões de possíveis desenvolvimentos do estudo sobre a aquisição do possessivo em PB. A tese tem como proposta verificar como se dá a aquisição de possessivos por crianças adquirindo o Português Brasileiro (PB), como a criança processa o possessivo quanto aos seus traços e peculiaridades distribucionais; quais pistas são relevantes na emergência dessa identificação. É importante ressaltar que algumas pistas podem estar estritamente interligadas, principalmente no que tange aos aspectos semânticos e sintáticos do possessivo.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS POSSESSIVOS

De acordo com a Teoria Gerativa, este trabalho, em um primeiro momento, assume o pronome possessivo como um item funcional determinante. No entanto, essa categorização é questionável pelo fato de os possessivos apresentarem peculiaridades que os distanciam de outros determinantes, como o artigo, por exemplo, e os aproximam de itens lexicais como adjetivos. Neste capítulo serão apresentadas algumas propostas que tratam dessa questão, embora nenhuma delas tenha tido como objetivo a categorização mais ampla dos pronomes possessivos enquanto itens funcionais.

2.1 CATEGORIAS FUNCIONAL E LEXICAL

Os elementos que constituem o repertório linguístico de uma língua são categorizados como sendo pertencentes a uma categoria funcional ou a uma categoria lexical as quais se diferenciam segundo alguns aspectos do comportamento de tais elementos. Esses aspectos são denominados por Cover e Van Riemsdijk (2001) de propriedades X. Itens funcionais caracterizam-se como uma classe fechada – apresentam alta frequência nos enunciados e um padrão acústico-fonológico característico, por exemplo, um mínimo de sílabas e reduzido inventário de fonemas possíveis. Já os itens lexicais constituem uma classe aberta – apresentam baixa frequência no enunciado e não possuem padrão acústico-fonológico.

Há ainda outra diferença muito importante entre essas categorias que é de domínio conceitual-estrutural. Categorias funcionais definem domínios sintáticos e veiculam informações relativas à referência e à força ilocucionária, enquanto categorias lexicais atribuem papéis temáticos e veiculam informações semânticas.

Essa categorização dicotômica, no entanto, em alguns casos pode ser insatisfatória. Nem sempre os elementos de uma categoria se comportam da mesma forma, ou apresentam todas as propriedades X referentes à sua categoria. Alguns autores propõem que determinados elementos sejam pertencentes a uma categoria semilexical (Ross, 1972, 1973; Emond, 1985, Cover e Riemsdijk, 2001). Essa discussão será desenvolvida adiante, em 2.2. Antes, é relevante discutir a respeito da classificação dos pronomes possessivos do PB como determinantes (2.1.1) e uma possível divisão desses elementos em possessivos determinantes e possessivos adjetivos (2.1.2).

2.1.1 OS POSSESSIVOS COMO DETERMINANTES

De acordo com Radford (1997), determinantes são elementos que apresentam propriedade referencial ou quantificacional, independente de acompanharem o nome (determinantes pré-nominais) ou, simplesmente, recuperarem seu conteúdo no enunciado (determinantes pronominais). Outras características dos determinantes apontadas pelo autor são de que estes posicionam-se antepostos ao nome e não apresentam a possibilidade de coocorrerem em sequência. Encaixam-se nessa classificação artigos definidos e indefinidos, pronomes demonstrativos, pronomes possessivos, pronomes pessoais e quantificadores (como uma subcategoria).

Em português, no entanto, pronomes possessivos não se adequam completamente a essa caracterização. Eles apresentam a possibilidade de coocorrência com outros determinantes e certa mobilidade quanto à posição estrutural. Essas peculiaridades que os distanciam dos determinantes, principalmente dos artigos, também os aproximam dos adjetivos.

Há ainda outras propriedades distintivas entre pronomes possessivos e artigos como, por exemplo, o fato de possessivos realizarem concordância de pessoa e apresentarem, além da informação referencial, também uma informação de posse, enquanto artigos não concordam em pessoa e possuem informação apenas referencial, podendo determinar ou indeterminar o nome. Apenas para efeito de curiosidade, vale ressaltar que os pronomes demonstrativos também apresentam peculiaridades em comparação aos artigos. Algumas destas assemelham-se às dos possessivos, como, por exemplo, a mobilidade na sentença e a concordância com as pessoas do discurso. Além disso, têm forte conotação dêitica, orientando os interlocutores no espaço e no tempo. Aliás, os pronomes de uma forma mais ampla apresentam características bastante distintas dos artigos. Este trabalho, no entanto, não tem como objeto de estudo o comportamento dos determinantes ou dos pronomes de um modo geral, e sim apenas dos possessivos.

No que se refere à aquisição, artigos e pronomes possessivos também apresentam diferenças. De acordo com dados de estudo longitudinal (Faria, 2005) e do CHILDES, os possessivos aparecem primeiro na produção da criança e podem ocorrer com o gênero subespecificado ou incongruente. Quanto aos artigos, parece que a incongruência só acontece em caso de hipercorreção, com nomes que possuem terminação característica de um gênero e, no entanto,

pertencem a outro (tapa, foto)¹. Apesar disso, um cruzamento de dados de resultados experimentais com artigos (Name, 2002) e possessivos (Faria, 2005) sugere que crianças por volta dos 2 anos de idade estranham mais a incongruência de gênero nos possessivos do que nos artigos, na compreensão.

Essas propriedades que distinguem pronomes possessivos de artigos podem levar a uma discussão quanto à caracterização de ambos os elementos em uma mesma categoria sintática, o que traz à tona a questão sobre a caracterização dos pronomes possessivos antepostos como determinantes e dos pronomes possessivos pospostos como adjetivos. Essa se torna uma questão complexa frente à possibilidade de cada um desses pronomes possessivos, embora apresentando a mesma forma, fazer parte de categorias distintas. Possessivos determinantes seriam categorizados como itens funcionais e possessivos adjetivos, como itens lexicais. Sendo assim, um mesmo elemento apresentaria duas possibilidades de categorização, dependendo de sua posição/função sintática na sentença.

A seguir, serão apresentadas algumas propostas de classificação dos pronomes possessivos que consideram seus aspectos semelhantes tanto aos determinantes, quanto aos adjetivos.

2.1.2 POSSESSIVOS DETERMINANTES E POSSESSIVOS ADJETIVOS

Alguns estudos translinguísticos têm como objetivo tentar estabelecer uma tipologia no que diz respeito às formas possessivas pronominais (Lyons, 1986, 1995; Giorgi e Longobardi, 1991; Schoorlemmer, 1998, TabeaIhsane, 2002). Basicamente, esses estudos propõem que as línguas se dividem em dois grupos: um grupo de línguas com pronomes possessivos determinantes, que não coocorrem com outros determinantes; e outro com pronomes possessivos adjetivos, que coocorrem com outros determinantes. O inglês, o russo, o dinamarquês, o francês e o alemão são línguas que se caracterizam como sendo do primeiro grupo. O italiano, o português, o catalão e o grego são exemplos do segundo grupo.

Lyons (1986) diz que há a possibilidade de uma língua de um grupo mostrar traços típicos do outro grupo. Isso justificaria o fato de que, embora o português brasileiro (PB), segundo o autor, seja uma língua pertencente ao segundo grupo, apresenta a possibilidade de

¹ Ver Name (2002) para revisão da literatura acerca da produção da criança relativa à concordância de gênero entre N e Det.

uso do pronome possessivo sem artigos, o que é um traço típico das línguas do primeiro grupo. O mesmo não ocorre com o português europeu (PE), no qual o possessivo, em sintagmas nominais em posição de argumento, exige a presença do artigo definido (Castro, 2006, 2007). Segundo a autora, esse contraste entre PB e PE não decorre do sistema dos possessivos e sim do sistema dos artigos, uma vez que essa construção envolveria um artigo definido expletivo que pode ser foneticamente nulo em PB e obrigatoriamente realizado em PE.

Giorgi & Longobardi (1991) propõem um parâmetro da Gramática Universal que diferencia línguas como o italiano de línguas como o inglês e o francês. O Parâmetro de Possessivação, como foi denominado, postula que os possessivos pronominais realizam-se sintaticamente na superfície como adjetivos (italiano) ou como determinantes (inglês e francês). Essa divisão é unicamente baseada no comportamento distribucional dos pronomes possessivos, mais ainda no que diz respeito à distribuição complementar de possessivos e demais determinantes. O parâmetro estabelece três propriedades que diferenciam possessivos adjetivos de possessivos determinantes:

- 1-pronomes possessivos adjetivos podem ocorrer tanto antepostos quanto pospostos ao nome, enquanto pronomes possessivos determinantes só posicionam-se antes do nome;
- 2-pronomes possessivos adjetivos podem ser usados como predicado, mas os determinantes não;
- 3-pronomes possessivos adjetivos podem ocorrer em contextos de elipse, mas os determinantes não.

Essas propriedades, no entanto, consideram apenas um subconjunto das formas possessivas determinantes. Enquanto em italiano e em português uma única forma representa o pronome possessivo nos vários contextos em que ocorre (*mio* para o italiano e *meu* para o português), em inglês, assim como no francês, há outras formas para designar o possessivo (*my, mine* para o inglês, *mon, à moi, mien* para o francês). Assim como Lyons (1986, 1995), Giorgi & Longobardi (1991) colocam os pronomes possessivos do português no grupo dos adjetivos.

Novamente o possessivo em PB apresenta discrepância quanto à tipologia que lhe é atribuída. Desta vez, em relação ao italiano, que é considerada a língua prototípica dos possessivos adjetivos. Tal distinção consiste no fato de o pronome possessivo em português ser incompatível com a indefinidade quando posicionado antes do nome em um DP (Muller, 1997),

enquanto em italiano essa incompatibilidade não acontece. Essas diferenças que são observadas entre pronomes possessivos de um mesmo grupo sugerem que a tentativa de se estabelecer uma tipologia binária que considere aspectos distribucionais dos possessivos é falha no que diz respeito a alguns aspectos do PB.

Schoorlemmer (1998, apud Castro, 2006, 2007) parte do Parâmetro de Possessivação, mas considera em seu estudo translinguístico as propriedades morfológicas, distribucionais e semânticas dos possessivos em posições pré e pós-nominais e, ainda, quando isolados em contextos predicativos e de elipse de nome. A autora estende a comparação dos sistemas possessivos a outras famílias de línguas não românicas, como línguas germânicas e eslavas, e propõe uma divisão estabelecida entre língua de tipo 1, como o russo, o búlgaro e o italiano; e língua de tipo 2, como o alemão, o holandês, o inglês e o francês. Línguas de tipo 1 têm uma só forma possessiva para cada distinção de pessoa-número que ocorre em todos os contextos. Línguas de tipo 2 têm pelo menos duas formas diferentes de possessivos: uma para contextos definidos, que não coocorre com determinantes, e outra para contextos isolados. Schoorlemmer apresenta a seguinte generalização:

- a- os possessivos coocorrem livremente com outros artigos;
- b- uma construção possessiva com um possessivo definido pode ser indefinida²;
- c- uma forma especial de possessivos é usada em DPs elípticos;

sendo que nenhuma língua combina as propriedades a e c.

Segundo Castro (2006, 2007), embora essa proposta seja mais rica que as de Lyon e Giorgi & Longobardi, a generalização acima pressupõe que não existam línguas em que possessivos pré-nominais não ocorram com determinantes, mas que usem a mesma forma possessiva em contextos isolados (como é o caso do PB); e línguas em que possessivos pré-nominais coocorram com determinantes e que não usem a mesma forma em contextos isolados (como é o caso do Paduano).

²Castro (2006) diz que a propriedade (b) parece estar formulada de forma contraditória, uma vez que se afirma que um elemento inerentemente definido pode ser indefinido. O possessivo que Schoorlemmer assume como definido é o possessivo pré-nominal e, nas línguas tipo 1, ele pode ocorrer em DPs indefinidos. Segundo Castro, seria mais claro formular esta propriedade dizendo que um possessivo pré-nominal pode ocorrer em um DP indefinido.

Resumindo, de acordo com o Parâmetro de Possessivação, os possessivos do Português seriam adjetivos e, de acordo com Schoorlemmer (1998), o Português é uma língua do tipo 1. No entanto, como Castro (2006, 2007) demonstra, o comportamento dos possessivos do Português diverge do definido por essas tipologias em quatro aspectos³:

- Em PB, os possessivos pré-nominais podem ocorrer sem o artigo definido, sendo, neste caso, possessivo determinante e, ainda, apresenta a mesma forma em contexto de elipse de nome, o que torna o PB uma exceção à Generalização de Schoorlemmer (1998):

(1) a: Você viu *meu* livro em cima da mesa?

b: O seu não. Só o *meu*.

- Nos dialetos do sul de Portugal, assim como no Paduano, os possessivos coocorrem com artigos, mas uma forma diferente de possessivo é usada em contextos isolados, o que também é uma exceção à Generalização dos Possessivos:

(2) a: Viste o *me* filho chegar?

b: Não vi o *teu*; só vi o *meu*.

- Os possessivos focalizados em sintagmas nominais definidos não podem ser pós-nominais, ao contrário do que acontece em Catalão e Italiano, línguas do mesmo grupo, segundo Schoorlemmer (1998):

(3) a: Pedi-te (o) *meu* livro, não o *teu*.

b: *Pedi-te o livro *meu*, não o *teu*.

- Os possessivos pré-nominais estão excluídos de sintagmas nominais indefinidos, ao contrário do que acontece em Italiano e Catalão:

(4) a: *Fui tomar café com um *meu* amigo ontem.

b: Fui tomar café com um amigo *meu* ontem.

³ Os exemplos citados a seguir foram retirados de Castro (2006).

Como se pode observar, essas tentativas de classificar pronomes possessivos em dois tipos distintos de acordo com o sistema linguístico em que ocorrem – sejam determinantes ou adjetivos, como propõem Lyons (1985, 1986) e Giorgi e Longobardi (1991), ou pertencentes às línguas tipo 1 ou tipo 2, como proposto por Schoorlemmer (1998) – não satisfazem plenamente a questão do pronome possessivo em PB. No entanto, uma característica apontada por essas propostas e verificada no português é que, apesar de ser considerado como um item funcional, o pronome possessivo apresenta características próximas aos dos itens lexicais adjetivos. Além de ambos ocuparem as mesmas posições na sentença – pré-nominal, pós-nominal e predicativa –, atuam no sentido de adicionarem propriedade ao núcleo nominal.

Gonzaga (2003) sugere que os possessivos, no português europeu, sejam tratados como uma subclasse dos adjetivos. Para isso, busca não somente as semelhanças, mas também as peculiaridades de cada item, responsáveis por projeções distintas dentro do DP. A autora classifica adjetivos e possessivos de acordo com suas possibilidades de ocorrência dentro da sentença e diz, ainda, que a posição ocupada pelos possessivos correlaciona-se com a (in)definitude do núcleo D e também determina diferentes significados ao possessivo. Quando em posição pré-nominal, o possessivo adiciona a informação de posse ao nome núcleo e, quando em posição pós-nominal, muda a extensão do nome, funcionando como um simples adjetivo. Assim, Gonzaga propõe que se considere o possessivo anteposto ao nome como sendo pronome possessivo e o posposto como adjetivo possessivo. Em seu trabalho, a autora não trata da posição predicativa ocupada tanto por adjetivos quanto por possessivos e coloca como principal diferença entre adjetivos e possessivos o fato de estes terem suas posições e seus significados relacionados com a (in)definitude de D, enquanto aqueles dependem de questões puramente semânticas para determinar sua posição e seu significado na sentença.

Existem, porém, outras características peculiares a cada um desses itens. O tipo de concordância realizada pelos possessivos, por exemplo, não é a mesma que a dos adjetivos: os adjetivos não realizam concordância de pessoa como os possessivos, o que é uma peculiaridade dos pronomes. Vale ressaltar, no entanto, que mesmo elementos de uma mesma classe apresentam comportamentos distintos. Assim como o pronome possessivo se faz plural no que diz respeito à sua distribuição estrutural e sua semântica, ora podendo ser classificado como determinante (quando anteposto ao nome), ora como adjetivo (quando posposto ao nome), o adjetivo também apresenta um comportamento diversificado, apresentando restrições quanto

ao seu posicionamento na sentença, como mostram os exemplos a seguir extraídos de Gonzaga (2003):

(i) adjetivos que aparecem apenas antepostos ao nome núcleo:

(5) a: O *suposto* assassino.

b: *O assassino *suposto*.

(ii) adjetivos que aparecem apenas pospostos ao nome núcleo:

(6) a: A fauna *silvestre*.

b: *A *silvestre* fauna.

(iii) adjetivos que ocupam posições tanto pré- quanto pós-nominais com diferença semântica (a, b) ou sem diferença semântica (c, d):

(7) a: O homem *grande*.

b: O *grande* homem.

c: O homem *lindo*.

d: O *lindo* homem.

Contudo, os adjetivos destacados em itálico nos exemplos acima, apesar de se diferenciarem quanto a aspectos distribucionais e semânticos (no caso do exemplo 7) não apresentam propriedades distintas no que diz respeito a sua classe, ou seja, são indiscutivelmente adjetivos: operam adicionando características aos nomes. O que acontece com os possessivos é que parece que o contexto sintático em que ocorrem determina suas propriedades categoriais, ou vice versa: suas propriedades determinam sua posição na sentença. Dessa forma, é necessário pensar sobre uma possível divisão categorial dentro da classe dos pronomes possessivos do PB.

Se os possessivos fizessem parte de uma subclasse dos adjetivos, como propõe Gonzaga (2003), seriam conseqüentemente considerados como pertencentes às categorias lexicais, o que parece uma medida muito extrema na tentativa de resolver essa flutuação categorial dos possessivos. Ainda de acordo com a literatura apresentada (Lyons, 1986, 1995; Giorgi e Longobardi, 1991; Schoorlemmer, 1998), no PB, o pronome possessivo é classificado como possessivo adjetivo (aquele que pospõe-se ao nome referente ao objeto possuído e coocorre com determinantes). No entanto, há ainda o possessivo determinante, que ocupa a posição de D na

hierarquia estrutural (Alexiadou et al., 2007) e não se apresenta com outros determinantes. Embora, segundo Castro (2006, 2007), este último caso seja decorrente do sistema de uso dos artigos do Português, é bom lembrar que em PB a coocorrência não se apresenta apenas com artigos, mas também com outros determinantes (demonstrativos, indefinidos):

(8) *Todos aqueles meus* livros são raros.

Assim sendo, não há como deixar passar despercebido esse impasse quanto à tipologia dos dois tipos de possessivo – o anteposto (acompanhado ou não de determinante(s)) e o posposto (pronominal ou genitivo) ao nome. Nesses casos, a posição sintática do possessivo está vinculada a algumas de suas características semânticas. Levando em consideração aspectos semânticos específicos de determinantes e adjetivos, pode-se considerar uma caracterização gradativa no que diz respeito aos tipos de possessivo. Dessa forma, o possessivo anteposto ao nome não precedido de determinante(s) apresenta o traço de referência típico de determinantes, inclusive ocupando essa posição na hierarquia sintática. Quando acompanhado de outros determinantes, esse possessivo anteposto, além do traço de referência, passa a apresentar um aspecto de adjetivo, acrescentando certa característica/qualidade relativa ao nome. Tal aspecto, inerente dos adjetivos, prevalece no possessivo posposto ao nome, seja na forma pronominal ou genitiva. Essa caracterização gradativa baseada em um *continuum* de traços semânticos dos possessivos é mais facilmente visualizada da seguinte forma:

1. Possessivo anteposto não acompanhado de determinante(s):

[+ determinante] [- adjetivo]

(9) **Meu** filho não pratica esportes radicais.

2. Possessivo anteposto acompanhado de determinante(s):

[+determinante] [+ adjetivo]

(10) O **meu** filho não pratica esportes radicais.

3. Possessivo posposto pronominal ou genitivo:

[- determinante] [+ adjetivo]

(11) Filho **meu** não pratica esportes radicais.

A partir disso, levando em consideração o fato de que o traço de referência é característico de determinantes, este trabalho assume o pronome possessivo anteposto ao nome, pre-

cedido ou não de determinante(s), como sendo pertencente à categoria funcional D. Quando acompanhado de determinante(s), o possessivo tem sido considerado na literatura (Lyons, 1985, 1986 e Giorgi e Longobardi, 1991) como sendo pronome adjetivo. Além disso, ele atribui certa característica/qualidade ao nome referente ao objeto possuído, o que é característico de adjetivos. No entanto, observa-se uma predominância do traço de referência nesse tipo de possessivo, o que o insere na categoria funcional. Isso fica mais explícito quando possessivo e adjetivo coocorrem antes do nome e são precedidos de determinantes:

(12) O **meu bom** filho não pratica esportes radicais.

(13) *O **bom meu** filho não pratica esportes radicais.

No caso do exemplo (13), verifica-se que o possessivo ocupa a posição de determinante anterior ao adjetivo.

Por outro lado, de acordo com essa proposta de categorização, o possessivo posposto ao nome “perde” o traço de referência dos determinantes e “ganha” traço de característica/qualidade, típico de adjetivos, o que o diferencia categoricamente do possessivo anteposto. Quanto a esse possessivo posposto, identificado como possessivo adjetivo, há de se abrir um espaço maior para discussão sobre sua categorização. Apesar de esse elemento apresentar características semelhantes às dos adjetivos, ele também demonstra comportamento distinto desses como, por exemplo, a concordância de pessoa própria dos pronomes. Neste caso, categorizá-lo como item lexical não seria uma saída satisfatória. A seguir, será apresentada uma discussão sobre uma possível flexibilidade na categorização de itens que, como o possessivo no PB, fogem parcialmente às regras de categorização propostas pelas propriedades X.

2.2 A CATEGORIA SEMILEXICAL

Cover e Van Riemsdijk (2001) discutem sobre a dicotômica categorização dos itens em lexicais ou funcionais. Para isso, levantam as propriedades específicas a cada categoria (vide seção 2.1. deste capítulo), as quais são chamadas por eles de propriedades X, e a partir da análise comportamental de determinados elementos, sugerem que alguns deles demonstram comportamento ambíguo, compartilhando propriedades de ambas as categorias. As preposições, por exemplo, tradicionalmente categorizadas como item lexical na Teoria Gerativa, não fazem parte das classes abertas, o que infringe uma propriedade X (Van Riemsdijk, 1990; Zwarts, 1992, apud Cover, Van Riemsdijk, 2001).

Antes deles, Ross (1972, 1973) (apud Cover, Van Riemsdijk, 2001) defendeu que a visão tradicional de categorias sintáticas como sendo de elementos discretos, que podem ser rigidamente distinguidos um dos outros é insatisfatória. Ele propõe um *continuum*, no qual a distinção entre as duas categorias é gradativa. Assim, as categorias diferenciam-se em termos relativos. O autor exemplifica sua hipótese dizendo que o adjetivo, por exemplo, é uma classe intermediária entre verbo (V) e nome (N), visto que o expletivo *it* do inglês aparece após vários verbos, após apenas um adjetivo (*aware*), mas não aparece após nenhum nome. Dessa forma, segundo o autor, a distribuição da partícula expletiva *it* trata-se de um fenômeno gradual.

Emond (1985) (apud Cover, Van Riemsdijk, 2001) argumenta que os pronomes compostos do inglês *somebody*, *anything*, etc não se comportam como o item lexical ao qual correspondem no que diz respeito aos adjetivos, pois se antepõem a estes (*Somebody clever*, **Clever somebody*). Ele diz que esses compostos derivam-se de um movimento sintático do nome (*body*, *thing*) até o quantificador (*some*, *any*), ou seja, o item lexical N alça-se à posição mais elevada, o que é característico de itens funcionais. Em 1998, Van Riemsdijk (apud Cover, Van Riemsdijk, 2001) discutiu sobre construções partitivas diretas do tipo “um pedaço de pão”, as quais apresentam o comportamento de projeções simples ao invés de projeções duplas. Nesse caso, se N1 e N2 são partes de um todo e constituem uma única projeção nominal, qual seria o status categorial de cada um desses nomes? Não podem ser ambos lexicais porque só pode haver um núcleo nominal em cada projeção; então, N1 seria um item funcional, pois os nomes possíveis em sua posição são restritos. No entanto, Van Riemsdijk coloca que esse N1, apesar de apresentar certa funcionalidade, é menos funcional que os determinantes, por exemplo, o que o torna, segundo o autor, um item semilexical.

Cardinaletti e Giusti (2001) discutem sobre a semilexicalidade de verbos de movimento como “ir” e “vir” em um tipo de conjugação particular. Em um estudo translinguístico englobando, especificamente nesse caso, um dialeto do sul da Itália, o Inglês americano e o Sueco, as autoras argumentam que esses verbos demonstram várias características funcionais, enquanto verbos auxiliares, mas não deixam de apresentar conteúdo semântico, um aspecto forte de verbos lexicais. Dessa forma concluem que tais verbos não podem ser identificados por uma série de propriedades fixas. Para elas, a semilexicalidade nesse caso é uma propriedade morfológica. Outros elementos como quantificadores, numerais e negação foram analisados por alguns autores sob os aspectos da semilexicalidade.

Cover e Van Riemsdijk (2001) apresentam algumas noções e definições de itens semi-lexicais:

1. São os verbos, nomes, adjetivos e preposições que não têm traços puramente semânticos;
2. São elementos morfologicamente complexos que consistem em nóculo lexical e um sufixo funcional;
3. São “fendas funcionais” que carregam (movem) material lexical ou núcleos lexicais sem distinguir seleção de argumento;
4. São núcleos completamente lexicais que perdem o conteúdo semântico intrínseco.

Todos esses estudos sobre a categorização de elementos, no entanto, discutem a respeito de itens lexicais que apresentam propriedades funcionais que os levam a serem reconhecidos como semilexicais. Tais considerações podem servir como base para uma proposta em relação à complexa categorização dos possessivos no PB, que é o foco deste trabalho.

2.2.1 UMA NOVA PROPOSTA

Como visto, os pronomes possessivos, considerados como itens funcionais determinantes de acordo com a teoria gerativa, aparecem, na literatura de um modo geral com duas possibilidades de classificação – determinante e adjetivo –, dependendo de seu posicionamento na sentença em relação ao nome, o que parece determinar seu status semântico. Isso vai de encontro ao fato de tais classes pertencerem a categorias distintas – funcional e lexical, respectivamente. Assumir uma classificação binária em que se considere:

- o pronome possessivo anteposto ao nome como **possessivo determinante** e
- o pronome possessivo posposto ao nome como **possessivo adjetivo**,

pode ser uma solução plausível para esse impasse. Vejamos os exemplos a seguir:

(14) a: O problema *do João* é que ele não consegue economizar.

b: O problema *seu* é que você não consegue economizar.

c: O problema não é seu.

d: Seu problema é que você não consegue economizar.

e: O seu problema é que você não consegue economizar.

Tanto o possessivo genitivo “do João” em (14a) quanto o possessivo pronominal “seu” em (14b) e (14c) têm função única de modificar o nome “problema”, não lhe aplicando noção de referência e podendo ser substituídos, do ponto de vista distribucional, por um adjetivo como “financeiro”. Em (14d) e (14e) isso não acontece. Neste último caso, o possessivo, apesar de poder ser substituído por um adjetivo do tipo “maior”, por exemplo, apresenta o traço de referência mais saliente do que o de característica/qualidade, mantendo-se em uma posição mais externa em relação ao nome em contexto de coocorrência com o adjetivo. Em 14d, o possessivo pronominal “seu” claramente funciona como determinante, apresentando função exclusivamente referencial. Há, então, dois tipos de possessivo que são morfofonologicamente idênticos, mas que são sintática e semanticamente distintos. Ambos adicionam noção de posse ao nome que se refere ao objeto possuído, porém, quando anteposto, opera no sentido de aplicar referencialidade ao nome; quando posposto, modifica o nome, adicionando-lhe informação semântica. A este último pode-se aplicar a propriedade X referente a itens pertencentes à categoria lexical, como os adjetivos, que têm conteúdo semântico. Dessa forma, pode-se assumir que os pronomes possessivos antepostos ao nome sejam considerados itens funcionais determinantes ao passo que os pronomes possessivos pospostos seriam considerados semifuncionais.

Mais uma vez, é necessário lembrar que essa questão não é o foco principal desta tese. O que interessa aqui é procurar desfazer a ambiguidade produzida por uma caracterização insatisfatória que considere um termo tão rico e complexo como sendo um elemento pertencente a uma única categoria, uma vez que a definição da categorização dos possessivos é um dado importante para o estudo da aquisição deste. Assume-se, portanto, neste trabalho, que o pronome possessivo em PB divide-se em dois tipos, dependendo de sua posição sintática na sentença. Esta pesquisa, no que diz respeito às atividades experimentais, fará uso apenas do pronome possessivo anteposto ao nome, o qual se categoriza como item funcional.

A seguir será apresentada uma revisão bibliográfica que trata dos aspectos sintáticos do possessivo.

2.3 CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA DO POSSESSIVO

O possessivo varia nas línguas quanto à forma em que é representado, à função sintática que representa e, ainda, ao tipo de concordância que realiza. Em algumas línguas, o possessivo⁴ pode apresentar-se na forma de DP lexical pré-nominal, realizando-se sobre vários casos como, genitivo (inglês, holandês, grego), dativo (húngaro, alemão) e nominativo (húngaro). No caso específico do inglês, o genitivo pré-nominal pode exercer função de sujeito na oração (Alexiadou et al., 2007) e não realiza concordância de gênero e número com os termos relacionados à posse:

(15) John's house.

No português, esse tipo de possessivo não existe e a posse pode ser representada, num sentido estrito, por construções genitivas e pronomes possessivos. Quanto à posição, o possessivo pode se apresentar como:

- Pronome possessivo anteposto: Os *seus* livros estão sobre a mesa.
- Pronome possessivo posposto: Os livros *seus* estão sobre a mesa.
- PPs–*de* pós-nominal (genitivo): Os livros *de João* estão sobre a mesa.

Em um sentido mais amplo, a ideia de posse pode, ainda, ser representada por outros elementos sintáticos, tais como pronome pessoal oblíquo e artigo:

(16) Beijo-*te* as mãos mil vezes se preciso.

(17) Meu pai tocava violão, mas *a* família toda é de uma sensibilidade musical muito grande.

Por outro lado, nem sempre pronomes possessivos designam posse absoluta. Neves (2000) identifica alguns outros valores semânticos atribuídos ao pronome possessivo, como indeterminação numérica, intimidade, respeito, entre outros. Da mesma forma, PPs–*de* pós-nominais podem ser tratados como adjuntos e complementos, sem designar posse:

(18) As folhas *das árvores* tendem a cair durante o outono.

⁴ Entende-se aqui como possessivo não só a forma pronominal, mas qualquer tipo de “construção possessiva”.

(19) A destruição *da cidade* foi total.

Segundo Alexiadou et al. (2007), pode-se ainda distinguir dois tipos de posse: a posse alienável e a posse inalienável. Na posse alienável, não há relação de dependência intrínseca entre o possuidor e o nome do referente do possuído. Por exemplo, em “meu livro”, a palavra *livro* não evoca necessariamente um possuidor. Em outras palavras, o “meu livro” pode ser o livro que eu escrevi, o livro o qual se refere a mim, o livro que eu traduzi etc.. Já na posse inalienável, possuidor e possuído são intrinsecamente definidos, semanticamente dependentes um do outro. Em “meu nariz” ou em “minha mãe”, por exemplo, não há como desvincular a ideia de posse.

Outra diferença entre esses dois tipos de posse é que a posse alienável indica aquisição de algo e a posse inalienável indica imposição (Storto, 2004). Em português, os dois tipos de posse são realizados de maneiras idênticas, por meio do uso de pronome possessivo ou de genitivo preposicionado.

Na sintaxe, ainda de acordo com Alexiadou et al. (2007), o possessivo pode desempenhar a função de sujeito ou de complemento⁵. Em línguas como o italiano, o francês e o português, o possessivo genitivo preposicionado pós-nominal aparece como complemento de um evento nominal complexo:

(20) La casa di Giane

(21) La maison de mon frère.

(22) A casa de João./ A casa de meu irmão.

Tanto construções possessivas quanto complementos temáticos aparecem em posição pós-nominal. De acordo com as autoras, se essas construções possessivas forem consideradas complementos do nome, então a posição pós-nominal seria a posição de origem dos possessivos, da qual derivaria os possessivos pré-nominais. No entanto, os possessivos distinguem-se de complementos temáticos em vários aspectos.

⁵Alexiadou et al. (2007) trabalham com essa denominação. Esse complemento, no entanto, não consiste um complemento nominal e sim, um adjunto nominal, que também é um complemento do nome visto de uma forma mais ampla.

Em primeiro lugar, há diferença na interpretação de exemplos envolvendo argumentos temáticos e de exemplos envolvendo possessivos:

(23) A destruição da floresta.

(24) O chapéu de João.

Em (23) a relação semântica existente entre o complemento preposicionado (da floresta) e o nome núcleo (destruição) é remanescente da relação entre o verbo (destruir) e seu argumento interno (a floresta). Essa não é a relação existente entre “o chapéu” e “de João” em (24).

Segundo Grinshaw (1990, apud Alexiadou et al., 2007), a construção copular é um ambiente em que constituintes licenciados por uma relação de modificação e constituintes licenciados pela estrutura argumental podem ser diferenciados, pois apenas modificadores podem se relacionar a um núcleo através de uma cópula:

(25) * A destruição é da floresta.

(26) O chapéu é de João.

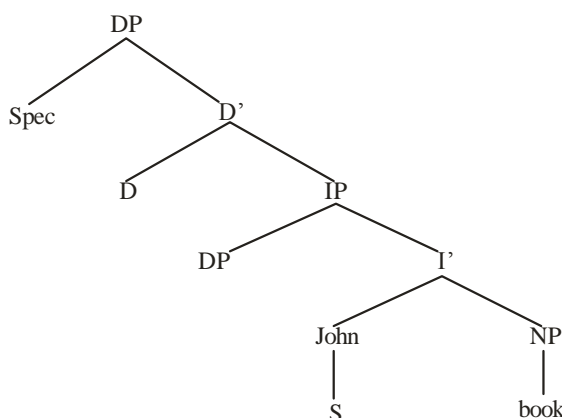
Em segundo lugar, para que possessivos possam ser tidos como complemento, eles devem relacionar-se com o núcleo N tematicamente. Isso significa que todos os nomes que são acompanhados de possessivos precisam ter uma estrutura argumental bem definida, a qual é intrinsecamente ligada a sua semântica. Nomes como “livro”, “carro”, “casa”, embora compatíveis com possuidores, não possuem estrutura argumental que os permita licenciar exclusivamente possessivos. O contexto extralinguístico é que determina a interpretação. Assim, “o carro de João” pode ser o carro que pertence ao João, o carro que João alugou, o carro que João está fazendo, o carro que João está procurando, o carro que João prefere etc.. Nenhuma dessas interpretações poderia fazer parte de relações temáticas. Dessa forma, pode-se dizer que possessivos não funcionam como argumentos do nome núcleo e nem atuam como seus modificadores, o que impede que sejam caracterizados como complementos nominais.

Traçando-se um paralelo entre construções oracionais e sintagmas, pode-se considerar, segundo as autoras, que no inglês os possessivos também seguem o modelo de sujeito, baseando-se na ideia de que assim como a posição canônica do sujeito é na extremidade esquerda

de IP, a posição canônica do genitivo pré-nominal é na extremidade esquerda do constituinte nominal. No domínio oracional, os sujeitos não precisam ter uma relação temática com o verbo como, por exemplo, com os verbos de alçamento. Da mesma forma, genitivos pré-nominais não pedem um argumento específico do nome.

Ainda tomando como base o inglês, nota-se que nesta língua possessivos pré-nominais e argumentos pré-nominais de N diferem quanto ao padrão que seguem, pois sempre competem pela mesma posição, o que, como já foi mencionado, não ocorre em português. Assume-se que eles ocupam a mesma posição estrutural, uma posição que é para a projeção nominal o que a posição canônica do sujeito é para a oração. A posição do sujeito na oração é do especificador mais alto no domínio funcional, SpecIP. Analogamente, Alexiadou et al (2007) propõem que o possessivo pré-nominal ocupe o especificador de uma projeção Infl nominal:

(27)



Assim como sujeitos em sua posição canônica no DP (SpecIP) podem ser ligados a pronomes anafóricos, o argumento temático do nome pode funcionar como uma ligação entre reflexivo e seu complemento:

(28) a: John_i has destroyed his_i own career.

João destruiu sua própria carreira.

b: John_i's destruction of his_i own career.

Destruição de João de sua própria carreira.

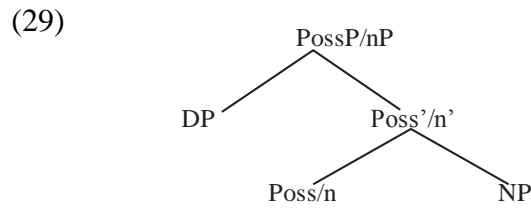
Isso sugere novamente uma similaridade entre sujeito nominal e DP pré-nominal. Já que esse tipo de relação de ligação entre termos depende de uma configuração de c-comando, conclui-se que o DP pré-nominal John em (28b) c-comanda o complemento, o que corrobora a ideia de que o DP pré-nominal ocupa o SpecIP.

Uma vez que possessivos genitivos pré-nominais ocupam a posição de sujeito da projeção nominal, questiona-se se a relação semântica do possessivo é licenciada na posição de sujeito. Se esse for o caso, a posição nominal do sujeito deve ser diferenciada da do especificador oracional da IP.

A posição SpecIP é frequentemente tida como não temática, como exemplificado pelos casos de alçamento e pelo fato de que o sujeito deve ser um expletivo. A posição de sujeito nominal dos possessivos é derivada, pois a relação de posse origina-se em uma posição mais abaixo na estrutura. Dessa forma, as posições de sujeito oracional e nominal não são temáticas. Essa discussão sugere que, embora os possessivos genitivos pós-nominais não possam ser considerados como complementos, os possessivos genitivos pré-nominais são passíveis de serem tomados como sujeito (no caso do genitivo saxão do inglês).

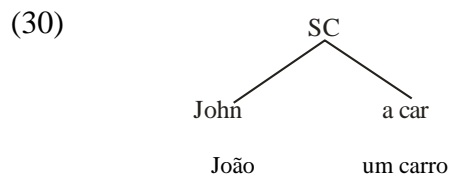
Quanto à posição base do possessivo na oração, as autoras, baseadas em Radford (2000), inicialmente assumem uma simetria transcategorial entre sintagmas verbais e nominais. É, então, traçado um paralelo entre NP e VP que sugere que, assim como os nomes relacionados a verbos mantêm uma relação argumental com estes, alguns nomes selecionam argumentos no DP. Esses nomes são conhecidos como deverbais e da mesma forma que o verbo seleciona um agente e um tema, o nome deverbal também o faz. Em outras palavras, verbo e nome selecionam os mesmos papéis temáticos. Contudo, os elementos que eles selecionam apresentam sintaxes distintas, uma vez que na oração há um nominativo e um acusativo e no DP o tema se realiza de forma preposicionada (PP), enquanto o agente aparece na forma de genitivo. No entanto, é importante destacar que nem todos os nomes atribuem papéis temáticos. Há nomes que não possuem argumentos, porém podem se unir a um possuidor que, por sua vez, pode ser realizado como genitivo independente ou como genitivo saxão ou, ainda, como pronome possessivo. Radford propõe, então, uma configuração do DP paralela a do IP. Assim, como VPs estão contidos em uma projeção v , NPs estariam contidos em um n P. No caso de o nome não selecionar um agente, a projeção de n seria opcional. Porém, o nome pode alçar-se para n permitindo, então, a projeção de n mesmo quando não houver agente. O autor assume que assim como v é uma projeção obrigatória e necessita de um especificador, n comporta-se da mesma forma. Isso significa que a projeção n existiria também em estruturas com nomes que não selecionam argumentos. Se nomes que não exigem argumentos podem ocorrer com possuidores e possuidores não podem ser combinados como filhas do NP ou como especificadores de n , pois essas posições são reservadas para tema e agente, respectivamente, en-

tão, é preciso que se postule uma categoria funcional (opcional) que os abriguem – a Categoria Poss (Adger, 2002:226; Carsten, 2000; Radford, 2000; Alexiadou et al., 2007:562):

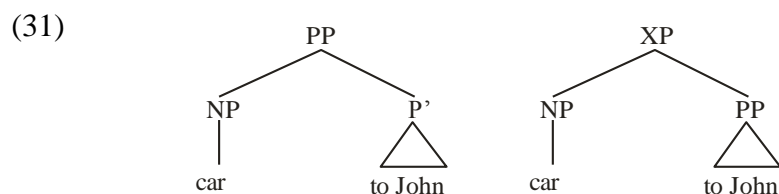


De acordo com Alexiadou et al. (2007), há outras propostas que discutem a posição base do possessivo. Duas delas tratam da relação de posse em termos de uma estrutura oracional pequena (*small clause*), na qual possuidor e possuído constituem uma projeção máxima.

Na primeira proposta, a posse se dá através de uma relação de predicação entre possuidor e possuído, na qual o possuído funciona como predicado nominal e o possuidor funciona como o sujeito da predicação. Essa análise é uma extensão das propostas de construção de duplo objeto (Kayne, 1984; Guéron, 1985, apud Alexiadou et al., 2007).



Na segunda proposta, a relação entre possuidor e possuído é invertida: o possuidor é tido como o predicado da *small clause* e o possuído é seu sujeito. A posse é atribuída por elemento preposicional, a marca dativa *to*, ou a marca genitiva *of*, para o inglês. Essa hipótese tem como suporte observações de que em várias línguas, entre elas o latim, a posse é expressa por uma construção na qual a relação de posse é estabelecida através de uma cópula e a superfície possessiva através de um dativo ou genitivo (Benveniste, 1996 apud Alexiadou et al., 2007). As estruturas abaixo oferecem duas representações dessa segunda análise. Em cada caso, o DP *John's car* é derivado transformacionalmente de *car to John*.



Qualquer hipótese que se adote para a posição base do possessivo – a hipótese PossP, ou alguma das análises *small clause* – o fato é que possessivos aparecem relativamente elevados no DP, sugerindo que eles são submetidos a um movimento à esquerda, interno ao DP. Dessa forma, possessivos assemelham-se a sujeitos oracionais, os quais também ocupam uma posição final externa ao VP.

Quanto às posições derivadas do possessivo, inicialmente, há de se considerar que em muitas línguas os possessivos são associados aos determinantes, estando esses em distribuição complementar, como é o caso do genitivo pré-nominal no inglês:

- (32) *John's/his the books are on the table.
Os livros de João/dele estão sobre a mesa.

Nesse caso, os possessivos ocupariam o SpecDP:

- (33) [DP John's_K [D 0] [NP t_K [N book]_j] [NP [N t_j]]]

Sendo DP o equivalente nominal da oração CP, consideram-se certas restrições quanto ao preenchimento simultâneo do especificador de CP e de C. Essas restrições obedecem ao Duplo Preenchimento do Comp (Chomsky & Lasnik, 1977 apud Alexiadou et al., 2007):

- (34) I wonder [CP who [C (*that)] [they will invite]].
Eu me pergunto quem (que) eles irão convidar.

Se o possessivo genitivo pré-nominal ocupar o SpecDP e se houver alguma proibição quanto ao preenchimento simultâneo de D e SpecDP, então deve-se excluir o exemplo em (32) no qual o possessivo em SpecDP coocorre com o artigo em D.

Outras considerações devem ser relevantes para esse estudo. Por exemplo, o comportamento do pronome possessivo e sua variação translinguística. Se os possessivos pronominais tiverem a mesma distribuição que o possessivo genitivo pré-nominal, então eles também não devem coocorrer com determinantes. Isso é confirmado por dados de línguas como o alemão, o inglês, o francês e o holandês. Por outro lado, em algumas línguas o possessivo pronominal coocorre com determinantes, como o português, o espanhol e o italiano. Essas línguas não contradizem a proibição do duplo preenchimento de D, desde que o especificador de D esteja a sua esquerda. A partir disso, pode-se concluir que nas línguas como o espanhol, o

português e o italiano, o possessivo não se move como em inglês. Se o possessivo pronominal não ocupa D, então espera-se que os determinantes ocupem essa posição.

Segundo Alexiadou et al.(2007) e Rappaport (2004), isso sugere que possessivos pronominais não se comportam uniformemente no que diz respeito à sua compatibilidade com determinantes. Quanto à distribuição dos possessivos pronominais, conforme já visto, em algumas línguas – aquelas em que há distribuição complementar – comportam-se como determinantes, enquanto em outras – aquelas em que coocorrem com determinantes – comportam-se como adjetivos e são localizados na posição especificadora de uma projeção mais baixa que D. Nas línguas em que o pronome possessivo é tido como determinante, assume-se que se origina em SpecNP, onde o papel de posse é atribuído, e se move para a posição de sujeito (SpecIP no sistema nominal). Em (35a), o possessivo não se move para D, enquanto em (35b) o possessivo move-se para se juntar a D. O último movimento é uma forma de cliticização:

(35) a: [DP O [IP meu_i[...t_i livro]]]

b: [DP [D my_i] [IP t_i[_{NP} t_i[_nbook_k [_{NPT}k]]]]]

Quanto à sua tipologia, os possessivos pronominais podem ser divididos em pronomes determinantes e adjetivos (Giorgi & Longobardi, 1991), ou apenas como pronomes. Cardinaletti (1998) propõe para o pronome possessivo de línguas românicas uma divisão tripartiva, na qual são considerados como fortes, fracos ou clíticos. Esses três tipos de pronomes possessivos são gerados no domínio lexical de NP. Dependendo de sua tipologia, o pronome possessivo pode ou não realizar movimento. Os pronomes possessivos clíticos e os pronomes possessivos fracos movem-se para uma posição mais elevada no DP. Especificamente, os clíticos incorporam-se a D e não podem coocorrer com outros determinantes (36b). Os pronomes possessivos fracos são projeções máximas e movem-se para a posição de SpecIP (36c). Possessivos pronominais fortes permanecem em sua posição base. Se N mover-se, então o pronome possessivo forte será pós-nominal (36d).

(36) a: [DP [D clítico][IP fraco[_{Np} forte[_{nN} [_{NPT}k]]]]]

b: [DP [D ma_i] [IP t_i voiture_k[_{nP}t_i [_nt_k[_{NPT}k]]]]]

c: [DP O [IP meu_i...[carro_k [_{nP} t_i[_nt_k[_{NPT}k]]]]]]]

d: [DP O IP...[carro_k [NP meu_i [NPt_k]]]]]

Em algumas línguas, o contraste entre pronomes possessivos fracos e fortes pode ser refletido morfológicamente, o que não é o caso do português⁶. Além disso, os três tipos de pronomes possessivos são sistematicamente distinguidos por suas propriedades sintáticas, como no italiano⁷:

(37) a: Di quale ragazzo é questi libro?

De que rapaz é este livro?

b: Suo.

Seu.

(38) Questo libro é suo.

Este livro é seu.

(39) a: La casa MIA, non TUA.

A casa minha, não tua.

b: *La MIA macchina, non tua.

A minha máquina[carro], não tua.

(40) a: La casa proprio sua.

A casa “mesmo” sua.

b: *La proprio sua casa.

A “mesmo” sua casa.

(41) a: La casa sua e tua.

A casa sua e tua.

b: *La sua e tua casa.

A sua e tua casa.

(42) Ho invitato i miei amici e Giani i suoi.

Convidei os meus amigos e Giani os seus.

⁶ Diacronicamente, essa diferenciação fraco/forte existiu no português (Rinke; 2010).

⁷ Os exemplos citados do número 42 a 47 foram retirados de Cardinaletti (1998).

	FORTE	FRACO	CLÍTICO	EXEMPLO
Pós-nominal	+	-	-	41
Artigodefinido	+	+	-	41
Isolamento	+	-	-	37
Predicativo	+	-	-	38
Focalização	+	-	-	39
Modificação	+	-	-	40
Coordenação	+	-	-	41
Elipse	-	+	-	42

Quadro1 - Resumo das propriedades associadas com os três tipos de possessivos como proposto em Cardinaletti (apud Alexiadou et al., 2007)

Os possessivos internos ao DP podem ocupar diferentes posições, resumidas a seguir:

(43) a: [_{DP} derivado [_{FP} derivado [_{nP}... Possessivo]]], em que nP corresponde ao domínio no qual a relação de posse é estabelecida, FP é uma projeção flexional (análoga à oração IP) e DP é a periferia da projeção nominal.

Quando o possessivo é pós-nominal, ele ocupa sua posição temática e sua ordem superficial é derivada por um movimento de N.

O movimento para a posição derivada acontece em dois tempos. Primeiro ocorre o movimento XP para SpecFP. O italiano ilustra bem esse primeiro movimento, no qual o possessivo ocupa a posição derivada mais baixa no FP:

(43) b: [_{DP} il [_{FP} mio [_{nP}libro]]]

[_{DP} O[_{FP} meu [_{nP} livro]]]

A posição derivada mais elevada no DP é SpecDP para DPs lexicais ou D. Em inglês, John's move-se para SpecDP; o que é a segunda parte do movimento XP:

(43) c: [_{DP} John's [_D] [_{FP} [_{nP}book]]]

Em francês, o pronome possessivo é cliticizado em D:

(43) d: [_{DP}[_D mon] [_{FP} [_{nP}livre]]]

[_{DP}[_D meu] [_{FP} [_{nP} livro]]]

Em línguas em que o possessivo e o determinante competem pela mesma posição, assume-se que os possessivos necessariamente movem-se para o domínio de D.

A proposta em (43c) pode contradizer a proposta em (44), na qual o possessivo ocupa o SpecIP nominal, isto é, uma posição mais baixa que a de (43c):

(44) $[_{IP} \text{John}'_{sk} [_I] [_{nP}(\text{ou}_{PossP}) t_k [_n (\text{ou}_{Poss}) \text{book}_j] [_{NP} [_N t_j]]]]$

No entanto, segundo Alexiadou et al. (2007, p. 571), as duas propostas podem se conciliar se for assumido que (44) representa uma etapa intermediária⁸ na derivação de (43c):

(45) $[_{DP} \text{John}'_{sk} [_{IP} t_k [_I] [_{nP} (\text{ou}_{PossP}) t_k [_n (\text{ou}_{Poss}) \text{book}_j] [_{NP} [_N t_j]]]]]]$

Quando o nome núcleo for modificado por um adjetivo pré-nominal, o possessivo precederá o modificador. Uma vez que o possessivo é gerado no especificador de uma projeção nP/PossP baixa, ele se move para uma projeção flexional N que domina as projeções que abrigam adjetivos. Essencialmente, o possessivo move-se para uma posição derivada mais baixa como em (43b). A questão é: qual é a natureza dessa posição? Alexiadou et al. (2007) propõem que a projeção FP corresponda a uma projeção flexional no domínio nominal. Uma possibilidade é que a projeção flexional relevante seja NumP:

(46) a: $[_{DP} [_D \text{La}]_{NumP} \text{loro} [_{NumP} \text{brutale} [_{Num} [_N \text{invasione}]]] [_{NP} [_{NP} t]]]]]$

$[_{DP} [_D \text{A}]_{NumP} \text{sua} [_{NumP} \text{brutal} [_{Num} [_N \text{invasão}]]] [_{NP} [_{NP} t]]]]]$ ⁹

Nessa representação, o AP *brutale* é o especificador da projeção funcional NumP e o possessivo pré-nominal *loro* é adicionado a NumP. No entanto, há certo paralelismo entre possessivo e sujeito, e uma posição adjunta não se qualifica como posição canônica de sujeito. Segundo as autoras, pode-se assumir, ainda, que o possessivo pré-nominal move-se para a posição pós-determinante a fim de checar caso. Mas as posições adjuntas também não são consideradas como sendo posições de caso. Isso sugere que a análise na qual o possessivo é o especificador de uma projeção é mais adequada. (51b) é uma representação alternativa: se o

⁸ Não está claro no texto fonte o que as autoras entendem como etapa. Se é em termos de processamento ou em termos de uma derivação lingüística que assume “etapas de derivação”.

⁹ A tradução mais próxima para o português dos exemplos (46a), (46b) e (47) seria “A brutal invasão deles”.

possessivo pré-nominal é o especificador de NumP, então pode-se dizer que o adjetivo pré-nominal é o especificador de uma outra projeção mais baixa:

(46) b: $[_{DP}[_{D} \text{La}][_{NumP} \text{loro}[_{FP} \text{brutale} [_{F}[_{N} \text{invasione}]][_{nP} [_{NP} t]]]]]]]$

$[_{DP}[_{D} \text{A}][_{NumP} \text{sua}[_{FP} \text{brutal} [_{F}[_{N} \text{invasão}]][_{nP} [_{NP} t]]]]]]]$

Se adjetivos pré-nominais estão em NumP, Alexiadou et al. (2007) postulam uma projeção FP mais elevada para o possessivo pré-nominal:

(47) $[_{DP} [_{D} \text{La}][_{FP} \text{loro} [_{NumP} \text{brutale} [_{Num} [_{N} \text{invasione}]]][_{nP} [_{NP} t]]]]]]]$

$[_{DP} [_{D} \text{A}][_{FP} \text{sua} [_{NumP} \text{brutal} [_{Num} [_{N} \text{invasão}]]][_{nP} [_{NP} t]]]]]]]$

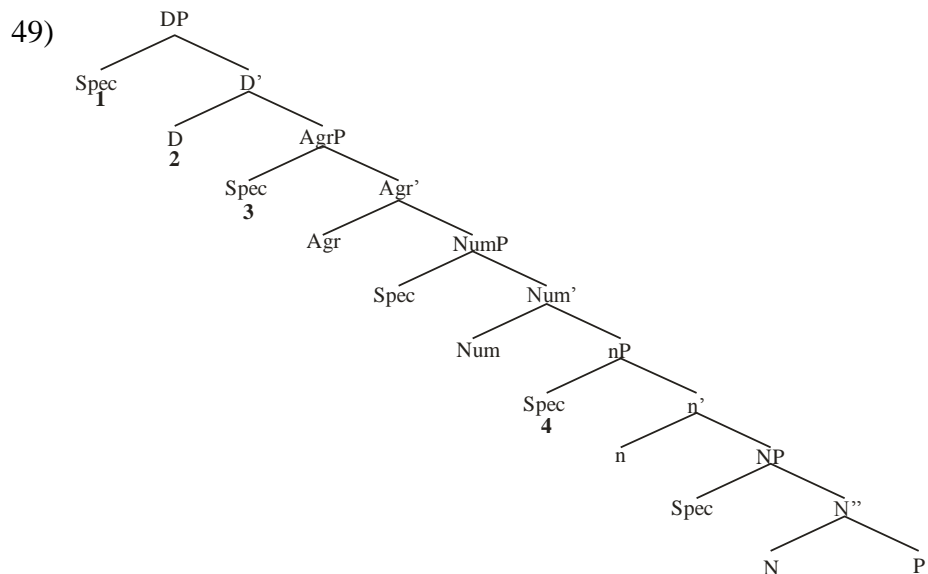
Finalmente, as autoras assumem também que DPs possessivos pré-nominais no inglês ocupam SpecDP e que os pronomes possessivos do francês movem-se como núcleos clíticos para D:

(48) a: $[_{DP} \text{John's} [_{D} \emptyset][_{AgrP} t [_{NumP} \dots \text{book} \dots]]]]]$

b: $[_{DP} [_{D} \text{son}][_{AgrP} t [_{NumP} \dots \text{livre} \dots]]]]]$

$[_{DP} [_{D} \text{seu}][_{AgrP} t [_{NumP} \dots \text{livro} \dots]]]]]$

A numeração na representação estrutural em (54), a seguir, resume esquematicamente as posições dos elementos possessivos que foram identificados:



- 1 DP possessivo lexical. Ex.: John's book. (Inglês)
- 2 Possessivos Clíticos. Exs.: Son livre. (Francês)
Seu livro. (Português)
- 3 Pronomes Possessivos pré-nominais 'fracos'. Exs.: Il suo libro. (Italiano)
O seu livro. (Português)
- 4 Pronomes Possessivos pós-nominais 'fortes'. Exs: Il libro suo. (Italiano)
O livro seu. (Português)
- 5 DPs genitivos pós-nominais: Exs: Tospiti tu Jani. (Grego)
O livro de João. (Português)

A estrutura em (49) sugere que há uma analogia entre a projeção nominal e a projeção clausal, com o NP paralelo ao VP, o AgrP nominal combinado com o AgrP clausal, e o DP paralelo ao CP.

Considerando-se essa gama de possibilidades de ocorrências na sentença, os movimentos que realizam e, ainda, as diferenças semânticas decorrentes da anteposição ou posposição ao nome que acompanha, pode-se confirmar mais uma vez que os possessivos são elementos bastante peculiares e complexos quanto ao seu comportamento. A questão levantada neste trabalho parte exatamente deste ponto. Dada essa complexidade, crianças adquirindo a língua materna deveriam demonstrar dificuldades na aquisição desse elemento que, conseqüentemente, levariam a uma produção tardia do mesmo. De acordo com dados longitudinais, isso não parece acontecer. Os possessivos emergem relativamente cedo na fala da criança. Na sessão a seguir serão apresentados dados experimentais e longitudinais que apontam para a sensibilidade precoce de crianças a itens determinantes, incluindo possessivos.

2.4 A SENSIBILIDADE AOS POSSESSIVOS

Ao adquirir a gramática da língua nativa, a criança não parte de uma sequência de unidades lexicais e sim de segmentos de unidades sintáticas, os quais são segmentados em elementos de categorias funcionais e elementos de categorias lexicais (Corrêa, 2007).

Alguns estudos psicolinguísticos têm explorado a percepção de bebês e crianças a itens funcionais como um todo. Algumas propriedades acústico-fonológicas são peculiares aos itens funcionais, distinguindo-os dos itens de classes abertas – itens lexicais. Parte dessas propriedades é comum às línguas naturais, o que permite que as distinções acústicas entre itens

funcionais e lexicais sigam o mesmo padrão nas diferentes línguas. Pode-se citar como principais diferenças entre itens funcionais e itens lexicais o fato de os primeiros caracterizarem-se como uma classe fechada, além de apresentarem alta frequência no enunciado e um padrão acústico-fonológico característico, como o fato de apresentarem o mínimo de sílabas e reduzido inventário de fonemas possíveis (Shi, Werker & Morgan, 1999). Já os itens lexicais constituem uma classe aberta, apresentam baixa frequência no enunciado e não possuem padrão acústico-fonológico. Tais distinções parecem chamar a atenção do bebê desde muito cedo (Shi et al., 1999; Shady, 1996).

Shi e colaboradores (1999), usando a técnica da sucção não nutritiva, realizaram experimentos com bebês de apenas 3 dias de vida. Esses experimentos consistiram na apresentação oral de listas de itens funcionais e listas de itens lexicais. Nas listas de itens funcionais foram acrescentados pronomes possessivos (*your*) e nas listas de itens lexicais foram acrescentados possessivos na forma genitiva (*mommy's*). Os bebês reagiram consistentemente à mudança de itens. Esse resultado sugere que, com poucos dias de vida, bebês são sensíveis a propriedades acústicas dos itens de sua língua. Tal sensibilidade pode ser usada, mais tarde, na identificação e distinção de itens funcionais e lexicais.

Höhle & Weissenborn (1998) observaram a sensibilidade de bebês de 7 a 15 meses a itens funcionais, no alemão, usando a técnica de escuta preferencial. Para isso, foram usados dois conjuntos de estímulos: um de itens lexicais e outro de itens funcionais, cada um contendo quatro palavras selecionadas de acordo com o critério fonológico. O conjunto de itens lexicais continha palavras apenas da categoria Nome: *Schaf* 'carneiro', *Fisch* 'peixe', *Teich* 'tanque' e *Bett* 'cama'. O conjunto de itens funcionais consistia de duas preposições – *bis* 'até' e *von* 'de' – e dois determinantes, o artigo definido neutro *das* e o possessivo masculino de 3ª pessoa *sein*. As crianças foram divididas em dois grupos. Um grupo foi familiarizado com dois dos quatro itens lexicais e o outro, com dois dos quatro itens funcionais, ambos durante o tempo de 30 segundos. Na fase do teste, foram construídos pequenos textos com seis sentenças sintaticamente simples, nas quais as posições das palavras-alvo (itens lexicais ou itens funcionais) eram variadas. Na fase de teste, todas as crianças foram expostas a todos os textos de um conjunto, por quatro vezes, em quatro blocos. Entre as crianças, a ordem de apresentação desses blocos foi variada. O resultado mostrou que as crianças prestaram mais atenção aos textos que continham itens funcionais já familiarizados. Quanto aos itens lexicais, não houve distinção entre os já familiarizados e os não familiarizados. Em um segundo momento, os

pesquisadores, a fim de fazerem uma nova análise, dividiram os resultados em dois blocos em função das idades das crianças: um bloco de crianças entre 7 a 9 meses e meio e outro bloco de crianças de 9 meses e meio a 15 meses. O resultado dos dois subgrupos confirmou o resultado anterior: as crianças do grupo dos itens funcionais, tanto as mais novas, quanto as mais velhas, escutaram por mais tempo as sentenças que continham os itens já familiarizados e as crianças do grupo dos itens lexicais não apresentaram preferência significativa entre os itens já familiarizados e os não familiarizados. O resultado final sugere que crianças entre 7 e 15 meses, apesar de ainda, na maioria das vezes, não produzirem itens funcionais, possuem habilidades perceptuais para reconhecerem esses itens na fala contínua. Mais do que isso, apresentam uma sensibilidade maior aos itens funcionais do que aos itens lexicais¹⁰.

Uma vez que os estudos citados acima se utilizaram, também, de formas possessivas como exemplos de determinantes e de itens funcionais, pode-se inferir, então, que a sensibilidade apresentada pelos bebês de 3 dias também se refere às propriedades fônicas dos possessivos, uma vez que estes foram incluídos nas listas dos experimentos de Shi e colaboradores (1999). Da mesma forma, os resultados de Höhle & Weissenborn (1998) apontam, também, para o reconhecimento de possessivo pelas crianças naquela faixa de idade. É importante ressaltar que o fato de a criança ser sensível a um determinado item funcional não significa que ela já o identificou como membro de uma determinada categoria, mas é um pré-requisito para que ela venha a fazê-lo.

Shi e Werker (2006) realizaram um experimento de olhar preferencial com o objetivo de verificar a idade em que crianças adquirindo o inglês começam a reconhecer itens funcionais e como elas processam a estrutura sonora desses itens. Crianças de 13 meses (quando se dão início as primeiras construções lexicais na produção), de 11 meses e de 8 meses participaram do experimento. Foram utilizados cinco itens funcionais reais (IFR), dos quais três possessivos: *the*, com maior frequência na fala dirigida à criança (FDC); *his* e *her* com frequência baixa na FDC; *their* e *its* com menor frequência na FDC. A partir destes, foram criados mais cinco pseudoitens funcionais (PIF) fonotaticamente análogos aos reais, mas diferentes segmentalmente: *kuh*, *ris*, *ler*, *lier* e *ots*. Tantos os itens funcionais reais como os pseudoitens funcionais foram combinados com dois pseudoitens lexicais: *breek* e *tink*. Os estímulos foram

¹⁰ É importante ressaltar que as preposições usadas pelos experimentadores, *von* 'de' e *bis* 'até', podem ser tanto itens funcionais (Gosto *de* você) como itens lexicais (Cheguei *de* Portugal/Vou *até* minha casa). Como não tivemos acesso às expressões formadas com essas preposições, não podemos afirmar de que forma foram utilizadas.

gravados por uma mãe falante do inglês. O experimento apresentou uma variação quanto à combinação dos itens funcionais (real ou irreal) e dos pseudonomes: “IFR + breek” e “PIF + tink” ou “IFR + tink” e “PIF + breek”. As crianças foram designadas aleatoriamente a essas combinações. Os resultados sugerem que, embora os itens funcionais tenham sido minimamente modificados, as crianças de 11 e 13 meses perceberam a diferença entre IFR e PIF, sendo que as de 11 meses não mostraram preferência significativa aos estímulos contendo IFR enquanto as de 13 meses, sim. Crianças de 8 meses não demonstraram nenhum tipo de preferência. Embora isso possa implicar que aos 8 meses crianças ainda não apreenderiam itens funcionais da FDC, as autoras defendem que o resultado do experimento talvez deva-se à similaridade fonética dos itens funcionais reais e “pseudos”. Aos 8 meses, a criança ainda não percebe a diferença entre elementos foneticamente similares na função de itens funcionais. O resultado geral sugere um gradual e linear desenvolvimento quanto à maneira como crianças adquirindo o inglês processam a estrutura acústica de itens funcionais.

Embora esses experimentos não sejam diretamente relacionados com a aquisição do possessivo, e nem foram realizados com crianças adquirindo o PB, os resultados apresentados sugerem que, enquanto itens funcionais, esses elementos são identificados e segmentados no fluxo da fala bem cedo, podendo servir como pistas robustas na identificação e segmentação de itens de categorias lexicais (Correa, 2007).

Em relação à aquisição do possessivo em PB, Faria (2005) realizou um estudo sobre a incongruência de gênero observada na produção de algumas crianças em determinado momento do processo de aquisição da língua. Baseando-se em dados longitudinais coletados a partir da produção de duas crianças, uma do sexo feminino e outra do masculino, no período entre 22 meses a 26 meses de idade, aliados a outros dados longitudinais coletados no CHILDES (Child Language Data Exchange System), verificou-se que a criança brasileira parece cumprir etapas no processo de aquisição do possessivo, no que diz respeito a sua produção. Assim, em um primeiro momento o possessivo genitivo (“carro papai”, “bola neném”) é predominante na produção da criança; em um segundo momento, o possessivo pronominal pode apresentar-se com o gênero subespecificado (“é mi”, “mi bola”) ou com o gênero incongruente (“minha carro”, “meu bola”) e, então, no início do terceiro ano de vida, a criança produz efetivamente o pronome possessivo (“meu carro”, “minha bola”), em consonância com a produção do adulto.

Esses dados levaram à realização de um experimento que teve como objetivos verificar, em uma tarefa de compreensão: i) se a criança é sensível aos possessivos no PB; ii) se a criança é sensível à posição estrutural dos possessivos, em oposição a itens funcionais de outra categoria; iii) se a criança é sensível à concordância incongruente de gênero entre possessivo e nome no *input* que recebe. Tal experimento utilizou a técnica de Seleção de Imagens. A criança era apresentada a um álbum com imagens previamente selecionadas e distribuídas de quatro em quatro por página. Em cada página havia apenas uma imagem-alvo, sendo as demais de controle. Foram elaboradas frases testes com possessivos congruentes (CON), com possessivos incongruentes (INC), com pseudopalavras (PS), com outros itens funcionais no lugar do possessivo (COMP) e frases-controle de concordância congruente, porém, com ordem aleatória das palavras (DES). Um fantoche interagia com a criança, apresentando-lhe as imagens e solicitando que ela apontasse um determinado objeto. O experimento foi realizado com 13 crianças com idade média de 28 meses.

Os resultados mostraram que crianças identificam o possessivo como um item funcional, são sensíveis à sua posição na sentença e, enfim, percebem a incongruência de gênero entre possessivo e nome na compreensão. O baixo índice de acertos na condição incongruente, em comparação com o índice de acertos em condições de pseudoitem funcional e complementizador em posição de possessivo, indica que a criança estranha mais um erro de concordância entre possessivo e nome do que um possível novo item. Esse resultado sugere que o fato de algumas crianças produzirem a concordância incongruente de gênero entre possessivo e nome, não significa que elas não tenham fixado ou identificado o traço de gênero do possessivo. Parece que a criança ainda não processou a associação do traço valorado de gênero no possessivo com a identificação da forma do Item de Vocabulário¹¹, não produzindo efetivamente a concordância do possessivo de acordo com o *input* que recebe. Dessa forma, de acordo com a proposta do Programa Minimalista, a incongruência de gênero na produção de possessivos é um fenômeno que ocorre no nível pós-sintático do Sistema Computacional (Augusto, 2005).

¹¹ O conceito de Item de Vocabulário é proposto e trabalhado pela Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993) e não será desenvolvido nesta tese.

2.5 CONCLUSÃO

Como foi visto, o possessivo é um elemento de tratamento complexo, principalmente se forem levados em conta dados translinguísticos. A caracterização do pronome possessivo como item funcional é insatisfatória no que se refere a suas possibilidades de posicionamento na sentença, o que o difere claramente de outros elementos dessa categoria como os artigos, por exemplo. Uma proposta de caracterização desse elemento que leve em consideração seus aspectos distribucionais e semânticos parece ser aceitável, pois, dessa forma, pode-se assumir dois tipos de pronomes possessivos: determinante, quando anteposto, e adjetivo quando posposto. Assim, o pronome possessivo determinante integra a categoria funcional, enquanto o adjetivo, a categoria semifuncional, por apresentar aspectos lexicais como conteúdo semântico.

Toda essa discussão a respeito do comportamento e caracterização dos pronomes possessivos é pertinente para uma análise inicial do elemento em questão. No entanto, este trabalho tem como foco a aquisição da linguagem, mais especificamente a dos pronomes possessivos no PB. Dessa forma, faz-se necessário voltar a atenção para aspectos que possibilitem e contribuem para que essa aquisição ocorra com sucesso, como, por exemplo, (i) como a criança identifica esses elementos na língua, (ii) como a criança os “usa” de forma efetiva na compreensão – na identificação e segmentação de outros elementos – e na produção e, por fim, (iii) o que facilitaria tal processo. Busca-se, então, suporte em teorias que apresentem modelos que satisfaçam essas questões.

O modelo de língua proposto no Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999, 2001; Chomsky, Hauser e Fitch, 2002), apresentado pela Teoria Gerativa, assume a Gramática Universal (GU) como sendo o estado inicial da aquisição de uma língua, inato aos seres humanos. A partir dos dados da língua, um léxico inicial é formado e o Sistema Computacional é posto em operação a fim de realizar derivações sintáticas infinitas. A aquisição, nesse modelo, se efetivaria através da leitura de traços formais nas interfaces fônica e semântica. Essa proposta explica a habilidade da criança em fazer a correspondência entre elemento, no caso, possessivos, e suas possibilidades de posicionamento na sentença com consequente atribuição de sentido. No entanto, tal proposta satisfaz apenas parcialmente as questões apresentadas no parágrafo acima. Uma vez que o Sistema Computacional opera sobre um léxico, como a criança adquire esse léxico?

O modelo de processamento proposto pelo *Bootstrapping* Fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al., 1997), assume que, em um momento anterior à formação do léxico, a criança identifica e segmenta os elementos no fluxo da fala, através de uma análise prosódica/fonológica desses elementos. Assim, a segmentação de alguns itens, como os funcionais, facilitaria a identificação de outros itens, como os lexicais. Essa proposta explica a aquisição do léxico da língua e aliada ao modelo apresentado pelo Programa Minimalista satisfaz a questão de como se dá a aquisição de uma língua.

Levando em consideração a conciliação dos dois modelos apresentados acima, acredita-se, ainda, que alguns fatores contribuam de forma efetiva para a aquisição de determinados itens, o que levaria à emergência precoce de alguns destes em relação a outros da mesma categoria. No caso dos possessivos, como foi visto neste capítulo, aspectos semânticos, como o traço inerente de posse, assim como aspectos sintáticos, como sua variada distribuição estrutural, podem ser tidos como fatores facilitadores para que sua aquisição – no que diz respeito principalmente à produção – ocorra antes de outros elementos caracterizados como itens funcionais. Há ainda de se considerar aspectos morfofonológicos, como a forma fônica desses elementos.

No capítulo a seguir, as teorias propostas pelo modelo de língua (Programa Minimalista) e pelo modelo de processamento (*Bootstrapping* Fonológico), assim como a conciliação de ambas, serão detalhadamente apresentadas e discutidas sob o ponto de vista do objeto de estudo desta tese, que é o pronome possessivo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: MODELOS DE LÍNGUA E DE PROCESSAMENTO PARA A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

A aquisição de uma língua é um fenômeno surpreendente, uma vez que se dá de forma regular, apesar da diversidade e da complexidade das línguas humanas. Uma teoria da aquisição da linguagem deve ter como objetivo explicar o que permite e como se realiza esse processo. Segundo Corrêa (2006), o termo aquisição da linguagem pode ser visto em dois sentidos. Em um sentido amplo, tem a ver com o desenvolvimento de habilidades de expressão e de interação social por meio de uma língua. Em um sentido estrito, a aquisição de uma língua como língua materna é tida como o processo de identificação da relação de sons vocais a entidades semânticas. Este trabalho tem como foco a aquisição da linguagem em sentido estrito. A partir desse conceito, surgem questões como: (i) o que a criança adquire ao adquirir uma língua, questão relacionada à teoria do conhecimento linguístico; (ii) de que modo a criança extrai informação linguisticamente relevante dos dados da fala a que é exposta, questão que orienta abordagens psicolinguísticas para a aquisição da linguagem e pressupõe hipóteses relevantes também para uma teoria linguística que a considere; (iii) que fatores são responsáveis pelas mudanças de estado do modo como a língua é representada e enunciados são processados pela criança no curso do desenvolvimento linguístico, questão que diz respeito ao desenvolvimento e que depende da articulação entre modelos de língua e de processamento linguístico (Corrêa, 2002, 2006). Essas questões abrangem tanto estudos relacionados ao conhecimento linguístico, quanto estudos relacionados à aquisição da linguagem sob uma perspectiva psicolinguística, o que aponta para a necessidade de conciliação entre um modelo de língua (Programa Minimalista) e modelos de processamento linguístico (modelos de *Bootstrapping*) ao se assumir uma teoria que dê conta do processo de aquisição da linguagem.

3.1 A CONCILIAÇÃO DE UM MODELO DE LÍNGUA E UM MODELO DE PROCESSAMENTO LINGUÍSTICO

3.1.1 O PROGRAMA MINIMALISTA

O Programa Minimalista (PM) (Chomsky, 1995, 1999, 2001; Chomsky, Hauser e Fitch, 2002) assume a existência de uma Gramática Universal (GU) correspondente ao estágio inicial da Faculdade da Linguagem na mente humana, ou seja, à informação que é necessária para a aquisição da linguagem e que não está disponível no *input* da criança. A Faculdade da Linguagem (FL) pode ser vista de duas formas: uma mais restrita (*FLN = Faculty of lan-*

guage– narrow sense), composta apenas pelo sistema computacional linguístico (SCL) e outra mais ampla (*FLB = Faculty of language – broad sense*), a qual equivale à língua interna (I) que, por sua vez, compreende um léxico e um sistema computacional linguístico universal combinado com os sistemas de representação sensorio-motor e conceptual-intencional (Chomsky, Hauser e Fitch, 2002). O léxico constitui o conhecimento adquirido através da experiência linguística e é formado por elementos pertencentes a categorias lexicais (classes abertas) e funcionais (classes fechadas), cada um destes compostos por traços semânticos, fonológicos e formais. Os traços formais podem ser de dois tipos: de natureza semântica que passaram a ter valor gramatical na língua, podendo ser interpretáveis ou não interpretáveis na interface semântica; ou pertinentes ao modo como relações sintáticas se apresentam na interface fônica, apresentando-se apenas como traços não interpretáveis.

O sistema computacional é o componente gerativo da FL e consiste em um conjunto de operações que formam derivações recursivamente. A derivação é iniciada a partir de um arranjo de itens lexicais disponibilizados na *Numeração*. A operação *Select* seleciona um item da *Numeração* a ser introduzido na derivação. Essa operação é aplicada quantas vezes forem necessárias, já que a *Numeração* pode ser constituída de vários elementos do mesmo tipo. Juntamente com *Select*, ocorre a operação *Merge* que é responsável pela formação de novos objetos sintáticos, concatenando-os uns aos outros. Para que a derivação ocorra com sucesso, traços nãointerpretáveis precisam ser eliminados na derivação, já que não podem ser lidos nas interfaces. Essa eliminação de traços nãointerpretáveis se dá através da concordância entre os itens de diferentes categorias que compõem a derivação. A operação responsável por essa concordância é *Agree*. Chomsky (1999) assume que o conjunto de traços nãointerpretáveis, chamado de sonda, não possui valor e deve, portanto, ser valorado durante a derivação, procurando um conjunto de traços similar, ou seja, o alvo. Desta forma, *Agree* opera eliminando os traços nãointerpretáveis após serem valorados. Por fim, a operação *Move* se efetiva quando a posição de especificador se disponibiliza para hospedar o elemento a ser movido, que foi alvo de *Agree*. Após a atuação das operações sintáticas, há o momento em que é feita a separação das informações fonéticas e semânticas para os respectivos níveis de interface, o que é chamado de *Spell-Out*.

O SCL é posto em operação a partir de uma dada seleção de elementos do léxico e age sobre os traços formais, relacionando esses elementos selecionados numa estrutura hierárquica, a qual deverá encontrar correspondência com a ordem linear com que esses elementos se

apresentam numa expressão linguística. Uma expressão linguística é constituída de dois níveis representacionais que correspondem ao par Forma Fonética (FF) e Forma Lógica (FL). Cada elemento desse par constitui um nível de interface entre o sistema cognitivo da língua e os demais sistemas que atuam no desempenho linguístico. Dessa forma, FF consiste no resultado da computação sintática em termos fonéticos, passível de leitura por sistemas articulatorios e perceptuais. FL é o resultado da computação linguística em termos semânticos, passível de leitura nos sistemas conceptuais e intencionais. Esse modo de operação do SCL decorre do *Princípio da Interpretabilidade Plena* (PIP) e de condições gerais de *Economia*. O PIP garante que a informação sintática relevante para interpretação semântica seja visível aos níveis de interface FF e FL e que a informação sintática não relevante à interpretação semântica seja eliminada no curso da derivação linguística (checagem de traços ou concordância – *Agree*). As condições gerais de *Economia* garantem que informação semântica seja veiculada nos sons da fala com um custo computacional mínimo.

A concepção do modelo de língua proposto pelo PM permite, ainda, distinguir processos sintáticos distintos, segundo Augusto (2005). O processo pré-sintático depende da formação do léxico e da caracterização dos traços pertinentes a este. O processo sintático envolve as operações do sistema computacional. O processo pós-sintático é referente à associação de Itens de Vocabulário a determinados morfemas abstratos. Explicitando tais processos, pode-se dizer que a aquisição de uma língua, entre outros aspectos, consiste em determinar o tipo de traços presentes na língua, seu caráter intrínseco ou opcional, sua interpretabilidade ou não, o que aciona as operações do sistema computacional. Além disso, a criança em processo de aquisição deve formar os respectivos paradigmas morfológicos pertinentes da língua. Augusto (2005) diz que aspectos relacionados ao processo pré-sintático são de considerável importância para a aquisição de uma língua:

[...] a percepção da relevância da presença de certos traços (responsáveis pela variação paramétrica em última instância) e da sua associação a determinadas categorias pode não ocorrer, muito possivelmente, instantaneamente, isto é, durante o processo de aquisição, a especificação dos itens lexicais e de seus respectivos traços pode não refletir adequadamente as relações presentes na língua em exposição [...] (pág. 257)

Por outro lado, se esse processo de percepção dos traços e suas associações a um determinado item do léxico acontecer com sucesso, a criança não terá problemas, em uma tarefa de compreensão, em identificar esse item, tal como seus respectivos traços gramaticais (fonéticos, semânticos e formais) pertinentes.

Dessa forma, para o PM, a tarefa da criança na aquisição passa a consistir na fixação do valor de parâmetros de variação através da experiência linguística. Os princípios que restringem a forma das gramáticas não têm um caráter estritamente formal, e sim decorrem de pressões das interfaces. A gramática a ser identificada pela criança, de acordo com Corrêa (2007), compreende o que há de específico em termos de ordenação de núcleos e constituintes na interface fônica, o que há de específico na morfologia flexional, a possibilidade de constituintes serem ou não movidos para determinadas posições sintáticas, obedecendo a restrições de localidade decorrentes do PIP e de economia. Assim, essa gramática encontra-se representada em traços formais do léxico da língua legíveis nas interfaces.

As categorias funcionais seriam identificadas na interface fônica através de um tratamento estatístico da fala recebida no *input* (Corrêa, 2007). Tais categorias definem domínios sintáticos correspondentes a unidades prosódicas. Seus elementos são constituídos de traços semânticos/formais, adquiridos via processamento na interface semântica. Segundo Corrêa (2007), as propriedades dos traços formais de categorias funcionais são refletidas na morfologia de seus elementos e são identificadas pelo processo de concordância. Essa concordância é realizada através da concatenação de elementos do léxico durante o processo de derivação, o que permite a formação de sintagmas.

Os possessivos, especificamente os pronomes, possuem traços formais de gênero, número e pessoa (traços Θ). Os traços formais de itens funcionais podem apresentar-se inicialmente não especificados, ou minimamente especificados. Ainda assim, esses itens funcionais permitem a realização de um *parsing* inicial e a atuação do SCL (Corrêa, 2009). Dessa forma, um pronome possessivo com traços formais subespecificados poderia auxiliar no mapeamento de itens lexicais, formando um DP subespecificado (DP_{μ}). Dados de observações longitudinais mostram que crianças, em um determinado momento da produção inicial dos possessivos, podem apresentar incongruência de gênero entre o possessivo e o nome referente ao objeto possuído ou, ainda, uma subespecificação do gênero do possessivo. Apesar disso, resultados experimentais sugerem que crianças entre 17 e 31 meses estranham a incongruência de gênero em construções possessivas na compreensão, o que sugere que elas já tenham fixado ou identificado o traço de gênero do possessivo. O fenômeno da incongruência de gênero em construções possessivas baseia-se, portanto, na interpretação de dados de que a criança ainda não processou a associação do traço valorado de gênero no possessivo com a identificação da

forma do Item de Vocabulário, não produzindo fonicamente a concordância do possessivo de acordo com o *input* que recebe (Faria, 2005).

Como já foi discutido em 2.3., este trabalho assume que, no PB, os possessivos postos ao nome possam ser categorizados como itens semifuncionais, enquanto os possessivos antepostos ao nome são elementos pertencentes à categoria funcional. Essa diferenciação entre os dois tipos de possessivos – antepostos e pospostos – foi proposta a partir de uma gradativa distribuição de traços de referência e de característica/qualidade relacionados ao posicionamento do possessivo na sentença, o que levou à verificação de que, quando posposto ao nome, esse elemento perde o traço de referência característico dos determinantes e passa a atribuir qualidade ao nome, revelando um conteúdo semântico próprio dos itens lexicais adjetivos. Os traços que aproximam os possessivos dos determinantes ou dos adjetivos também seriam interpretados via interface semântica.

Então, ao adquirir o PB, a criança tem a tarefa de descobrir quais são as propriedades relativas à posse, à referência e à característica/qualidade relevantes para a gramática dessa língua. Enquanto itens de categoria funcional, os pronomes possessivos são caracterizados como um feixe de traços formais, por meio do qual é estabelecida uma relação de posse. Dessa forma, a aquisição de possessivos requer tanto a identificação destes na interface fônica, quanto o uso de informação obtida via interface semântica.

Essa relação entre traços e níveis de interface pressupõe a existência de um léxico adquirido via *input*. O PM, no entanto, não trata do modo como a criança processa informações relevantes do *input* para a aquisição desse léxico inicial. O estudo psicolinguístico em aquisição da linguagem vai buscar uma resposta para essa questão no modelo de *Bootstrapping* Fonológico.

3.1.2 O BOOTSTRAPPING FONOLÓGICO

De acordo com a concepção de língua proposta pelo PM, os dados de fala da língua nativa que a criança tem acesso são o resultado de derivações provenientes da computação de expressões linguísticas. A partir desses dados a criança forma o léxico inicial.

A primeira propriedade do som da fala com que a criança estabelece contato desde o momento de seu nascimento - ou talvez até antes (Boysson-Bardies, 1999) - é a prosódia. As unidades prosódicas são detectadas pelo bebê e definem espaços de análise, podendo restrin-

gir possibilidades combinatórias entre elementos do léxico, os quais precisam ser segmentados do continuum da fala. Fronteiras prosódicas e sintáticas contribuem para essa segmentação (Christophe et al., 1997). Dessa forma, a criança identificaria a gramática a partir de segmentos que podem corresponder a unidades sintáticas que são divididas em elementos de classes fechadas (elementos de categorias funcionais) e elementos de classes abertas (elementos de categorias lexicais).

Esse processo de desencadeamento da aquisição da linguagem a partir de informações fônicas é tomado como um modelo de processamento denominado *Bootstrapping* Fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al., 1997). Tal modelo busca explicar como a criança identifica os padrões linguísticos que irão desencadear o programa biológico pré-determinado. Essa proposta se baseia em evidências robustas de que a criança, ao processar o material linguístico, extrai dele a informação relevante para a aquisição. Resultados de pesquisas mostram que, desde muito cedo, crianças são sensíveis às propriedades fônicas do material linguístico (Jusczyk, 1997). Um modelo psicolinguístico que considera esse pressuposto assume que a criança usa habilidades perceptuais para discriminar os dados que recebe do *input*.

Desde muito cedo, a criança demonstra certa sensibilidade às propriedades específicas das línguas naturais. Supõe-se que a criança extrai informações de regularidades de sua língua, tais como propriedades fonotáticas, que consiste na probabilidade de ocorrência contígua de determinados fonemas; propriedades suprasegmentais, relacionadas ao contorno rítmico de unidades linguísticas e ao padrão de acentuação de palavras; e de propriedades de distribuição estrutural, como a posição constante de determinados itens em sintagmas e frases.

Como foi visto, experimentos sugerem que bebês com poucos dias, são sensíveis a propriedades acústicas de itens funcionais (Shiet al., 1999). Aos 4 meses, são sensíveis à fronteira entre orações (Jusczyk, 1989). Por volta dos 6 meses de idade, preferem palavras lexicais a gramaticais, mesmo se avaliados através de estímulos gravados em língua estrangeira- no caso, crianças chinesas ouvindo inglês (Shi & Werker, 2003). Ainda aos seis meses, crianças adquirindo o francês segmentam itens funcionais baseados em sua frequência (Shi et al., 2006). Com 8 meses, crianças adquirindo o inglês fazem uso de itens funcionais mais frequentes no *input* para facilitar a identificação de itens de vocabulário (Shi et al., 2006). Aos 9 meses, mostram-se sensíveis a fronteiras entre sintagmas (Jusczyk et al., 1992) e às combina-

ções de fonemas possíveis na sua língua. Aos 11 meses, são sensíveis à fronteira de palavras (Myers et al., 1996) e aos itens funcionais de sua língua materna (Shady, 1996). Bebês em torno de 12 meses são sensíveis a elementos funcionais no alemão, aos determinantes em particular, no reconhecimento de nomes (Hohle & Weissenborn, 2000). Aos 13 meses, crianças em processo de aquisição do inglês preferem itens funcionais reais a irreais fonologicamente semelhantes, independente de sua frequência no *input* (Shi et al., 2003). Com a idade média de 15 meses, crianças adquirindo o PB mostram-se sensíveis às propriedades fônicas dos determinantes (artigos e demonstrativos) de sua língua (Name, 2002). Em torno de 1 ano e meio, são sensíveis à posição estrutural dos itens funcionais de sua língua nativa, o inglês (Shady, 1996). Aos 2 anos, identificam o gênero intrínseco de palavras novas com base no determinante (Corrêa e Name, 2003).

Esses dados contribuem para a ideia de que os dois primeiros anos de vida da criança são fundamentais para seu desenvolvimento linguístico, mesmo que ainda não haja produção efetiva.

Então, segundo a hipótese do *Bootstrapping* Fonológico, o bebê se insere no domínio da sintaxe e obtém informações sobre o léxico da língua que está adquirindo a partir de uma análise fonética/fonológica da sequência da fala. Essa hipótese isolada, porém, não esclarece a passagem dessa informação fonética/fonológica de um nível representacional para um nível formal. Assim, uma conciliação entre o modelo psicolinguístico de processamento do *Bootstrapping* Fonológico e o modelo de língua proposto pelo PM satisfaz amplamente os propósitos de uma teoria em aquisição da linguagem.

3.1.3 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO PRONOME POSSESSIVO EM UMA VISÃO CONCILIADORA ENTRE MODELOS DE LÍNGUA E DE PROCESSAMENTO

De acordo com a proposta do *Bootstrapping* Fonológico, inicialmente, a criança segmenta e identifica itens funcionais no fluxo da fala. Itens funcionais são pistas robustas para a aquisição da gramática da língua (Corrêa, 2006, 2007). Em um segundo momento, então, a criança faz uso das informações estruturais desses itens a fim de identificar subconjuntos dos elementos que constituem a categoria funcional, como determinantes, desinências verbais, complementadores. No caso dos diferentes tipos de determinantes, a criança precisa, ainda, identificar, além dos traços formais que os constituem, os traços semânticos que os diferenci-

am. A informação sintática auxiliaria a criança nesse processo de subcategorização que, por fim, a leva à aquisição lexical.

No que diz respeito a este trabalho, pode-se levantar a seguinte questão: uma vez que a criança segmenta itens possessivos no fluxo da fala e os identifica como itens de categorias funcionais, o que a leva a atribuir a esse elemento um traço específico de posse, que o diferencia de outros itens funcionais? Qual seria o fator facilitador desse processo?

A resposta para tal questão pode estar na proposta do *Bootstrapping* Sintático (Gleitman, 1990, 1994). De acordo com essa hipótese, a criança usa dados da estrutura sintática para deduzir o significado das palavras¹². Assim, se a estrutura sintática de uma determinada palavra corresponder realmente a seu significado, uma série de estruturas semelhantes pode contribuir para que a criança deduza a relação entre palavra e conceito/significado. No que diz respeito ao possessivo dentro dessa proposta, pode-se defender que a criança identifica os traços pertinentes ao possessivo (opcionais, formais, interpretáveis ou não interpretáveis), os associa às suas possibilidades de posicionamento na sentença (antes ou depois do nome a que ele se refere) e, então, o relaciona ao conceito de posse. Assim, pistas como posição na sentença e informação fônica podem colaborar na identificação dos traços que constituem o possessivo. No caso do possessivo anteposto, por exemplo, há a informação de referência dos determinantes, enquanto no posposto há a informação de característica/qualidade dos adjetivos. A constituição morfofonológica do possessivo, por outro lado, pode auxiliar na identificação do traço semântico de posse.

Em outras palavras, a estrutura do item possessivo pode levar a criança à sua identificação semântica, e se posse é um traço semântico, então aspectos morfofonológicos dos possessivos podem auxiliar a criança na identificação do traço de posse pertinente a esses elementos. Dessa forma, a posse pode estar representada pelo conjunto de formas fônicas que constituem os possessivos, ou por determinadas formas isoladas.

Como já foi dito, este trabalho visa a uma investigação sobre quais aspectos do pronome possessivo seriam relevantes durante o processo de sua aquisição no PB. Considerando-se a proposta de integração da teoria de língua proposta pelo Programa Minimalista com a

¹²Vale ressaltar que o *Bootstrapping* Sintático tem servido de base para a aquisição/identificação de elementos de categorias lexicais, tais como verbos e nomes.

teoria de processamento proposta pelo *Bootstrapping* Fonológico, pode-se dizer que uma vez que a criança identifica e segmenta o possessivo no fluxo da fala, ela o faz através da percepção dos traços que o constituem. Tais traços possuem informações fônicas e semânticas passíveis de leitura nos níveis de interfaces do Sistema Computacional. Assim, informações como a constituição fônica dos possessivos e traços semânticos pertinentes à sua categorização, como os de [\pm referência] e de [\pm característica/qualidade], são essenciais para seu estabelecimento na estrutura sintática. Já o traço de posse, por sua vez, seria atribuído a partir da informação sintática, de acordo com o proposto pelo *Bootstrapping* Sintático, assumido neste trabalho.

A fim de satisfazer a premissa desta pesquisa, buscou-se verificar, através da realização de experimentos, que serão detalhadamente apresentados no próximo capítulo, a sensibilidade da criança aos aspectos fônicos, semânticos e sintáticos dos pronomes possessivos.

De acordo com o arcabouço teórico exposto acima e assumido nesta tese, a aquisição de uma língua inicia-se com a identificação e segmentação de seus elementos no fluxo da fala. Posteriormente, dá-se início à derivação sintática e os traços formais desses elementos são lidos, ou não, nas interfaces. Nesse momento, as informações fônicas referentes a cada elemento são de grande importância para que a derivação ocorra com sucesso. Dessa forma, faz-se pertinente para este trabalho verificar a sensibilidade de crianças à forma fônica dos possessivos. Como já visto, dados experimentais sugerem que, desde muito cedo, crianças possuem habilidades para identificarem e segmentarem esse elemento no fluxo da fala, embora nenhum dos experimentos analisados tenha se dedicado exclusivamente ao estudo dos possessivos (ver seção 2.4.). Realizou-se, então, um experimento no qual crianças de 11 meses de idade foram expostas a estímulos auditivos contendo possessivos reais e pseudopossessivos acompanhados de nomes raros do PB em uma tarefa de Olhar Preferencial. Esperava-se que as crianças percebessem a diferença entre as duas condições, olhando significativamente mais tempo para uma condição do que para outra. O objetivo desse experimento é de verificar se crianças, durante o primeiro ano de vida, possuem habilidades para identificar, segmentar e distinguir informações fônicas dos pronomes possessivos.

Como visto em 3.1.1., a informação disponibilizada nos níveis de representação que fazem interface com os sistemas de desempenho deve ser legível nesses níveis. Dessa forma, assim como os traços fonológicos dos elementos de uma língua são interpretados na interface fonética, traços semânticos o são na interface semântica. Os aspectos semânticos dos posses-

sivos mostram que eles podem desempenhar outras funções que não apenas a de designar posse, assim como outros elementos são autorizados ao uso da noção de posse em determinados contextos. O traço de posse dos possessivos, no entanto, pode ser uma pista robusta para sua aquisição. Essa questão é investigada através da realização de um experimento que teve como objetivo verificar a sensibilidade de crianças entre 3 e 4 anos ao traço de posse de pronomes possessivos em oposição ao traço de indefinidade dos pronomes indefinidos, assim como a capacidade da criança em relacionar construções possessivas pronominais com construções genitivas correspondentes. Para a realização da atividade utilizou-se a técnica de Seleção de Imagens. A previsão era de que a criança mostrasse a imagem correspondente à solicitação feita por um personagem e que tivesse mais facilidade na identificação de construções possessivas do que na de construções indefinidas. O objetivo do experimento é verificar se a informação semântica de posse contida nos possessivos é um dado importante no processo de aquisição desse elemento.

Uma vez que a derivação sintática ocorre com sucesso, a criança faz uso dos dados da estrutura sintática para deduzir o significado das palavras (ver *Bootstrapping* Sintático, nesta seção). Em PB, o pronome possessivo possui várias possibilidades de colocação na sentença, mudando seu significado de acordo com sua posição estrutural. Sintaticamente, o possessivo anteposto ao nome ocupa a posição D quando não precedido de determinante(s) e a posição de Spec de AgrP, quando precedido de determinante(s), enquanto o possessivo posposto ao nome ocupa o Spec de N. Essa variação de posicionamento dos possessivos na estrutura sintática corresponde a uma gradativa variação em seus aspectos semânticos no que diz respeito aos traços de referência e característica/qualidade. Assim, foi visto que o possessivo anteposto ao nome e precedido de determinante(s) apresenta tanto traços de referência quanto de característica/qualidade. No entanto, quando há um adjetivo anteposto ao nome no sintagma nominal, o possessivo antecede esse adjetivo sugerindo que o traço de referência é mais relevante que o de característica/qualidade. Os aspectos sintáticos dos possessivos em contexto do tipo Det + Poss + Adj + N (congruente) em oposição a Det + Adj + Poss + N (incongruente) foi objeto de investigação em outro experimento que utilizou o Julgamento de Gramaticalidade como técnica. A previsão era de que a criança conseguisse perceber a diferença entre os dois tipos de ocorrência de possessivos e adjetivos e preferisse os enunciados em que o possessivo aparece antes do adjetivo (congruente). O objetivo do experimento é verificar se a criança de 3 anos e meio é sensível ao posicionamento do possessivo em oposição ao adjetivo.

O pronome possessivo investigado nesses experimentos foi o anteposto ao nome, portanto aqui considerado como item funcional determinante. As expectativas ao entorno dos resultados desses experimentos eram de que:

- a criança, em seu primeiro ano de vida, seja sensível aos aspectos fonológicos de possessivos reais em relação aos de possessivos irrealis fonologicamente semelhantes, o que pode sugerir que a criança faz uso de pistas fonológicas na identificação do elemento possessivo e que tais pistas são relevantes para sua aquisição;

- a criança com idade média de 3 anos e meio seja sensível ao traço semântico de posse dos pronomes possessivos e o relacione a sua forma genitiva correspondente com maior eficiência em relação aos pronomes indefinidos, o que sugere que a posse é uma informação importante para a criança no processo de identificação do pronome possessivo pela criança;

- a criança, também com 3 anos e meio de idade média, seja sensível ao posicionamento sintático do pronome possessivo em relação a adjetivos em SNs adjetivados, o que implica no fato de que informações estruturais do possessivo possam servir como pistas robustas na identificação desse elemento pela criança adquirindo o PB.

No próximo capítulo, os três experimentos mencionados acima serão apresentados com detalhes, juntamente com seus resultados e subsequentes discussões e conclusões.

4 ATIVIDADES EXPERIMENTAIS

Não há experimentos na literatura focalizando especificamente a sensibilidade aos diferentes aspectos dos pronomes possessivos. Assim sendo, foram tomados como referência para este presente estudo trabalhos que tratam de determinantes e itens funcionais de maneira geral. Embora nesta tese tenha sido feita a proposta de se considerar o pronome possessivo posposto como sendo um item semifuncional, é importante ressaltar que segundo a Teoria Gerativa, não há um tratamento específico para tal elemento, sendo, portanto, considerado item funcional. Além disso, as considerações que levam a uma possível categorização do possessivo como semifuncional são, a princípio, peculiares do português brasileiro. Assim, quando os trabalhos referidos a seguir tratarem de itens funcionais, subentende-se que, dentre estes está incluído o pronome possessivo.

O objetivo geral deste trabalho, como já foi dito, é caracterizar o processo de aquisição dos possessivos em PB, buscando quais seriam as pistas relevantes que permitem que estes itens sejam produzidos relativamente cedo por crianças se comparados a outros tratados como determinantes. Assim, foram realizados três experimentos direcionados à investigação da sensibilidade de crianças adquirindo o PB aos possessivos sob diferentes aspectos da língua¹³.

Em um primeiro momento, buscou-se avaliar se os aspectos fônicos do pronome possessivo são pistas importantes para sua aquisição. Foi realizado um experimento que teve como objetivo verificar a sensibilidade de crianças de 11 meses a tais aspectos, através de uma tarefa de Olhar Preferencial, na qual possessivos reais foram comparados a pseudopossessivos foneticamente semelhantes aos reais.

O segundo experimento teve como foco os aspectos semânticos do pronome possessivo. A atividade consistiu em uma tarefa de Seleção de Imagens, na qual buscou-se verificar se crianças com idade de 3 anos e meio identificam o traço de posse e se este apresenta alguma relevância em oposição ao traço de indefinidade característico dos pronomes indefinidos.

Por fim, foi realizado um experimento que teve como objetivo identificar se crianças de 3 anos e meio são sensíveis às propriedades sintáticas dos pronomes possessivos. A técnica utilizada foi a de Julgamento de Gramaticalidade, através da qual a criança teria que perceber

¹³ Todas as atividades experimentais realizadas para esta tese tiveram a aprovação do Comitê de ética da UFJF.

a congruência *versus* incongruência no posicionamento dos possessivos em sintagmas adjetivos tipo [Det +[Pos/Adj +[Pos/Adj + N]]].

4.1 SENSIBILIDADE AOS ASPECTOS FÔNICOS DOS POSSESSIVOS

4.1.1 INTRODUÇÃO

Como visto na seção 2.3 desta tese, a habilidade de segmentar itens funcionais tem sido observada em crianças entre os 6 e 9 meses de vida. Crianças alemãs entre 7 e 9 meses (Höhle & Weissenborn, 2003) e crianças canadenses adquirindo o francês entre os 6 e 8 meses (Shi & Gauthier, 2005; Shi, Marquis & Gauthier, 2006) demonstram tal habilidade. Tais evidências sugerem que, aos 8 meses de idade, crianças expostas a diferentes línguas segmentam itens funcionais da fala contínua e têm a capacidade de construir representações palavra/forma desses itens. A sensibilidade aos aspectos fônicos dos itens funcionais também tem sido testada. Aos 10 meses e meio, crianças adquirindo o inglês preferem ouvir sentenças com itens funcionais reais a não reais (Shady, 1996). Shi, Werker & Cutler (2006), em uma tarefa de escuta preferencial, sugerem que bebês adquirindo o inglês, aos 8 meses, não demonstram preferência significativa entre pseudoitens funcionais e itens funcionais reais acompanhados de pseudonomes; enquanto os bebês de 11 meses e de 13 meses demonstram emergente preferência pelos itens funcionais reais. Hallé, Durand & Boysson-Bardies (2008) realizaram uma sequência de experimentos a partir dos quais pode-se sugerir que, aos 11 meses, crianças adquirindo o francês reconhecem os artigos de sua língua e usam dessa informação durante o reconhecimento de nomes. Segundo Name (2002), crianças adquirindo o português brasileiro (PB) são sensíveis às propriedades fônicas dos determinantes dessa língua aos 15 meses (idade média).

4.1.2 TÉCNICA DO OLHAR PREFERENCIAL (*PREFERENCIAL LOOKING*)

Visto isso, foi elaborada uma atividade experimental com o objetivo de verificar a sensibilidade da criança em processo de aquisição do PB, no final de seu primeiro ano de vida, à forma fonológica dos pronomes possessivos.

Por se tratar de um procedimento que visa avaliar as habilidades perceptuais de crianças muito novas, a técnica escolhida para a aplicação do experimento foi a Técnica do Olhar Preferencial, que consiste em uma variação da Técnica de Escuta Preferencial. Nesta técnica, a criança é exposta a estímulos auditivos em eventos diferenciados em função de variáveis pre-

viamente selecionadas durante um período de tempo, o qual pode variar dependendo do objeto de pesquisa. É manipulada uma única variável em dois níveis e os ensaios são divididos em função desses níveis. Os estímulos auditivos são apresentados a partir de duas direções – à direita e à esquerda da criança. Na fase de teste são apresentados às crianças dois tipos de estímulos distintos, coerentes ou não com o que foi anteriormente apresentado. O experimentador cronometra o tempo de escuta da criança (variável dependente) que corresponde ao tempo que ela se volta para o lado de onde vem o som do alto-falante.

A Técnica do Olhar preferencial (*Preferential Looking*) utiliza basicamente o mesmo procedimento. A principal diferença é o uso de apenas um alto falante, centralizado junto a uma tela de vídeo, o que permite a simplificação do *software* (Habit. Cohen, Atkinson & Chaput, 2000), mantendo-se a mesma confiabilidade dos resultados. Uma câmera escondida filma o olhar da criança e o experimentador mede o tempo do olhar que corresponde ao tempo de escuta do estímulo auditivo. A imagem apresentada é sempre a mesma, ao contrário dos estímulos auditivos, que variam de acordo com as condições de teste. O experimentador, que fica em uma cabine, não tem acesso ao estímulo que a criança está escutando, de modo que não há nenhum tipo de interferência de sua parte, ainda que involuntária, na medição do tempo de fixação do olhar.

4.1.3 MÉTODO

4.1.3.1 Participantes

Participaram da atividade 18 crianças de 10 a 12 meses de idade (média de 11 meses e 22 dias), no entanto, 4 foram eliminadas por problemas durante a atividade, sendo que 1 criança chorou durante o teste e com outras 3 houve problemas de ordem meramente técnica. Entre as 14 crianças restantes, 5 eram do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Todas as crianças participaram do mesmo teste, só alternando a ordem entre as condições. O recrutamento dos participantes foi realizado pelos pesquisadores do NEALP, não havendo nenhum tipo de retribuição financeira ou de qualquer ordem. Os responsáveis pelas crianças foram instruídos a lerem e assinarem um termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual consta esclarecimentos sobre a pesquisa, assim como um formulário com os dados das crianças – Cadastro de Crianças.

4.1.3.2 Material

Foi utilizado o seguinte material para a realização da atividade experimental: uma poltrona preta individual, fone de ouvido, aparelho reproduzidor de som MP3, monitor de 42", mesa de apoio coberta por tecido preto, caixa amplificadora de som, filmadora Sony, caixa preta (usada para colocar a câmera), computador MAC Apple G5, televisor, monitor Samsung 15" e teclado.

4.1.3.3 Ambiente

O experimento foi realizado no laboratório do Centro de Humanidades e Pesquisas da Universidade Federal de Juiz de Fora, em um local tranquilo e silencioso, no qual os responsáveis e os bebês eram recebidos por dois pesquisadores/experimentadores. O laboratório foi especialmente preparado para a realização das atividades experimentais e dividido em três ambientes: a antessala, onde os participantes e acompanhantes eram recepcionados; e duas cabines acústicas, sendo a primeira o local onde o responsável se acomodava com a criança para a realização do experimento e a segunda, onde os experimentadores controlavam a atividade.

4.1.3.4 Procedimento

O responsável e a criança chegavam ao laboratório em data e horário pré-agendados e eram recebidos pelos experimentadores na antessala, a qual consiste em um ambiente acolhedor, com dois sofás, uma mesa e um tapete de borracha colorido com uma caixa de brinquedos (livrinhos e peças de encaixe). A criança era apresentada aos brinquedos a fim de que ela se acostumassem com o ambiente. Os experimentadores conversavam com o responsável, orientando-o sobre como deveria ser sua conduta no momento do experimento.

Depois que a criança já se encontrava familiarizada com o ambiente, um dos experimentadores seguia para a cabine de controle, enquanto o outro conduzia o responsável com o bebê até a cabine de experimento, onde eram acomodados em uma poltrona localizada à frente de um monitor. A câmera e a caixa amplificadora encontravam-se escondidos embaixo da tela e da mesa, respectivamente. Assim que estavam acomodados, o experimentador colocava o fone de ouvido no responsável, no qual tocava uma música clássica, a fim de isolá-lo do estímulo auditivo apresentado à criança, evitando, assim, qualquer tipo de interferência por

sua parte. O experimentador assistente, então, se retirava e seguia para cabine de controle, onde o outro experimentador dava início à atividade.

Através da imagem do rosto da criança, que é disponibilizada por uma televisão no interior da cabine de controle, o experimentador marca o tempo de olhar de cada estímulo, utilizando-se de um teclado acoplado no computador onde roda o *software Habit*. Os experimentadores foram os mesmos para as atividades de todas as crianças, evitando, assim, qualquer variação decorrente da condução do experimento.

Objetivo: verificar se a criança é perceptualmente sensível às propriedades fônicas do pronome possessivo durante o processo de aquisição do PB. A partir de um design intra-sujeitos, pode-se definir as variáveis, as condições, a hipótese e a previsão.

Variável independente: Tipo de possessivo apresentado à criança (“real”/pseudopossessivo).

Variável dependente: Tempo de escuta/olhar.

Condições experimentais:

1. Gramatical (Gram): Forma fônica real = Possessivo + N (masculino e feminino).
2. Agramatical (Agram): Forma fônica inventada= Pseudopossessivo + N (masculino e feminino).

Hipótese: a forma fonológica do possessivo é reconhecida pela criança de 11 meses mesmo quando o nome que o acompanha é não familiar à criança.

Previsão: Se a criança aos 11 meses já identifica a forma fônica do pronome possessivo do PB, então reagirá distintamente ao ouvir possessivos reais em comparação a pseudopossessivos, com uma diferença estatisticamente significativa entre o tempo médio de escuta/olhar nas duas condições.

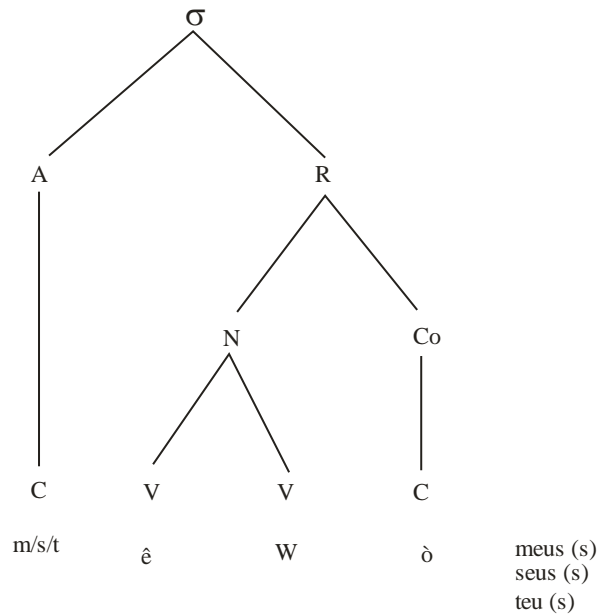
4.1.3.5 Estímulos

Os pronomes possessivos utilizados neste primeiro experimento foram os de primeira pessoa do singular (meu, minha) e de segunda/terceira pessoas do singular (seu, sua), por se-

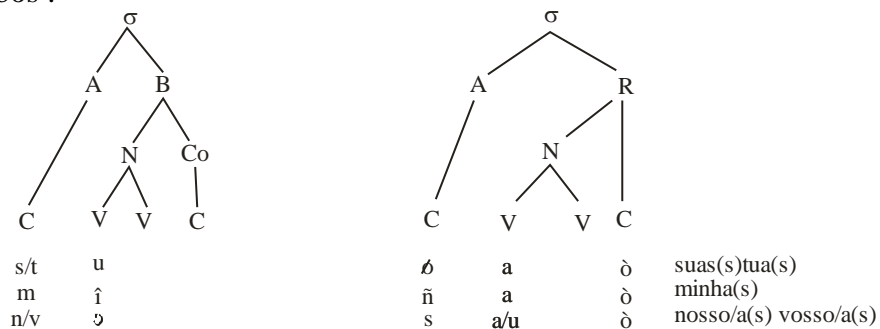
rem mais frequentes no *input*, em comparação a pseudopossessivos foneticamente semelhantes aos reais. Os pseudopossessivos foram criados com base em um estudo fonético/fonológico dos possessivos reais.

Os possessivos do português podem ser monossílabos ou dissílabos.

A configuração dos monossílabos é :



e dos dissílabos :



O núcleo da rima acentuada nos monossílabos é preenchido por /e/ seguido da semi-vogal /w/ podendo se travado por /ð/. Nos dissílabos é preenchido por [u], [ĩ], e [ɔ]. A rima final não acentuada é [a] e [u] nos dissílabos, podendo ser travado por [ð]. A consoante em ataque acentuado é a fricativa alveolar surda [s], a oclusiva alveolar [t], as nasais bilabial [m] e alveolar [n], e a fricativa sonora labiodental [v]. Em ataque não acentuado nos dissílabos, temos a nasal sonora palatal [ɲ] e a fricativa alveolar surda [s].

A partir dessa análise, e levando em consideração apenas os possessivos meu(s), minha(s), seu(s) e sua(s), foram criados pseudodeterminantes-monossílabos e dissílabos, com as seguintes modificações:

- O núcleo da rima acentuada foi preenchido pelas vogais [a] e [ē] seguidas da semivogal [j] nos monossílabos, [i], e [e] nos dissílabos. A rima final não acentuada teve como núcleo [o].
- As consoantes propostas são a oclusiva sonora bilabial [b] e a fricativa labiodental sonora [v] em ataque acentuado e, em ataque não acentuado, a nasal alveolar [n].

Foram propostos os seguintes pseudopossessivos :

- primeira pessoa: meu →['baj] (*bai*) minha→['bēno] (*beno*)
- de segunda e terceira pessoas: seu →['vej] (*vei*) sua →['vio] (*vio*)

Tanto os possessivos reais quanto os pseudopossessivos apresentavam-se acompanhados de nomes não familiares à criança, os quais foram selecionados através de uma pré-seleção de nomes não familiares apresentados por meio de leitura de um adulto a duas crianças de aproximadamente quatro anos de idade, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino. Os nomes que as crianças não reconheceram foram marcados na lista e aqueles que eram coincidentes entre as duas listas – a do menino e a da menina – foram selecionados para o experimento. Os nomes escolhidos foram 2 femininos - *taba*, *doca* – e 2 masculinos – *leme*, *mito*.

Os estímulos auditivos consistiam em sintagmas possessivos reais e inventados, gravados por uma falante nativa do PB, utilizando a fala dirigida à criança, em 4 prosódias diferentes. Essa variação prosódica teve como objetivo neutralizar o fator “ritmo/entonação” na preferência da criança.

Os estímulos visuais consistiam em duas imagens, uma utilizada nas fases de habituação, familiarização, teste e pós-teste, e outra usada como *attention-getter*, para chamar a atenção da criança para a atividade. Ambas deveriam ser sem graça para a criança a fim de não chamar mais atenção que o estímulo auditivo que era o alvo do experimento. As imagens também deveriam variar entre si quanto à tonalidade do fundo. Isso porque a mudança da i-

luminação no rosto da criança era a única pista que as experimentadoras tinham sobre a mudança de uma fase para outra ou o fim de um ensaio e o início do outro, já que elas permaneciam em uma cabine acusticamente isolada. (Ver imagens no anexo I).

4.1.4 EXPERIMENTO

O experimento foi dividido em quatro partes consecutivas descritas a seguir:

- Habituação ou pré-teste: O objetivo dessa fase é permitir que a criança se acostume com atividade. A criança escutou um estímulo auditivo que constituía em uma breve historinha com duração de 18 segundos. Simultaneamente ao estímulo auditivo, uma imagem de bandeirinhas que balançavam aparecia na tela – a mesma utilizada durante a familiarização e o teste. Nessa fase, a criança controlava a apresentação do estímulo, i.e., enquanto estivesse olhando para a tela, ouvia o estímulo linguístico; se desviasse o olhar da tela por mais de 2 sec, o som e a imagem automaticamente eram interrompidos, passando-se para a “interfase” (*attention-getter*). (Ver estímulo auditivo no anexo II).

- Familiarização: O objetivo desta fase era familiarizar a criança a um novo padrão de língua, sobre o qual ela seria testada posteriormente. Por isso, nesse momento não era relevante o acompanhamento do olhar da criança. Durante essa fase, que durava 101 sec., a criança escutava estímulos semelhantes aos que iria escutar no teste, constituídos de sintagmas contendo pseudopossessivo ou possessivo real mais nome não familiar, os mesmos usados no teste. Os ensaios variavam de acordo com cada condição, ou seja, possessivo real ou pseudopossessivo. (Ver estímulo auditivo no anexo II).

- Teste: Para essa fase foram utilizados os possessivos reais (meu, seu, minha, sua) e inventados (bai, vei, beno, vio), acompanhados de novos nomes não familiares, seguindo o mesmo padrão das palavras da fase anterior. Dessa forma, foram gerados 8 ensaios, cada um contendo 4 sintagmas. Cada ensaio durava, em média, 13 segundos e, assim como na familiarização, variavam quanto à condição. A medida do tempo de escuta/olhar para cada ensaio era feita cronometrando-se o tempo durante o qual a criança se mantivesse olhando para a tela e, conseqüentemente, ouvindo o estímulo linguístico. Se ela desviasse o olhar da tela, parava-se de contar o tempo; se em menos de 2sec a criança voltasse o olhar para a tela, voltava-se a cronometrar e o mesmo ensaio continuava. Se o desvio de seu olhar ultrapassasse 2sec de duração, imagem e som eram automaticamente interrompidos e passava-se para a “interfase”

(*attention-getter*). Quando a criança olhasse novamente para a tela, a experimentadora lançava um novo ensaio de teste. (Ver estímulo auditivo no anexo II).

- Pós-teste:

Após os 8 ensaios da fase teste, a criança escutava, novamente, uma breve historinha com aproximadamente 17 segundos de duração, com o objetivo de garantir que ela havia permanecido atenta até o final da atividade. O procedimento era o mesmo do pré-teste. (Ver estímulo auditivo no anexo II).

4.1.5 RESULTADO E DISCUSSÃO

A média do tempo de olhar foi de 6.25 sec na condição gramatical (possessivo real) e de 8.33 sec na condição agramatical (pseudopossessivo), sendo, portanto, 25% maior nesta última condição. O índice de tempo de olhar na condição Agram foi significativamente superior ao da condição Gram ($p=0,003$; $t(13)=3,74$).

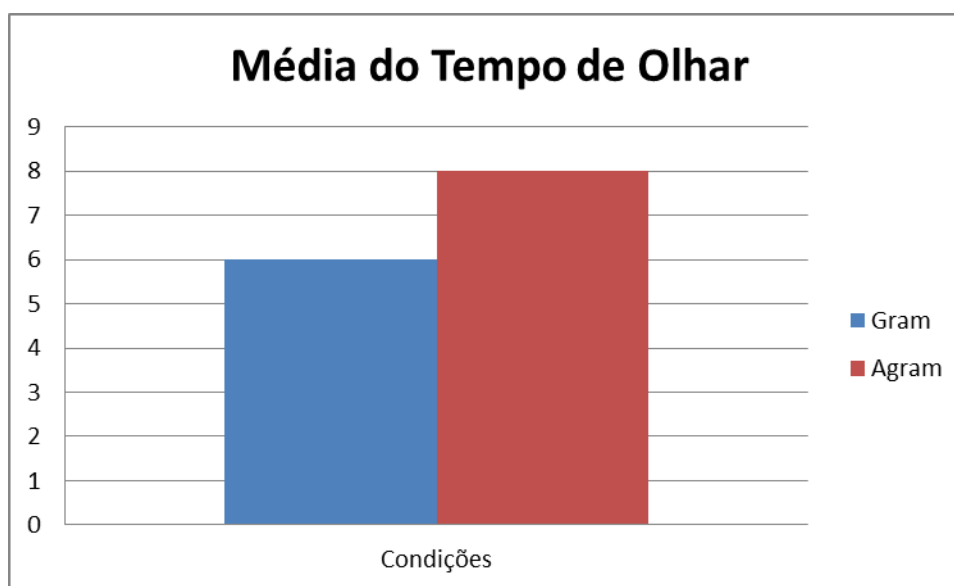


Gráfico 1 - Média do tempo de olhar nas condições Gramatical e Agramatical

Embora o possessivo surja bem cedo na produção infantil, na atividade realizada para esta tese, a criança olhou/escutou por mais tempo as condições com pseudopossessivos.

Dados experimentais citados anteriormente sugerem que crianças de 11 meses adquirindo o inglês e o francês, preferem determinantes reais a pseudodeterminantes, ouvindo mais tempo os primeiros. Dessa forma, seria esperado que as crianças brasileiras seguissem a mes-

ma direção, o que não aconteceu. Note-se que há diferenças entre os experimentos como, por exemplo, o uso de nomes da língua ou não, que poderiam interferir no tipo de preferência.

O que se deve considerar é a diferença de tempo de escuta/olhar entre as condições. Uma diferença estatisticamente significativa, seja qual for a direção da preferência aos estímulos, sugere que a criança tratou diferentemente os dois conjuntos de estímulos, i.e., percebeu diferenças entre eles.

4.1.6 CONCLUSÃO

Concluindo, o resultado é compatível com a previsão do experimento, uma vez que, aos 11 meses, crianças brasileiras percebem a diferença entre possessivos e pseudopossessivos, mesmo sendo estes fonicamente semelhantes, o que sugere que são sensíveis às propriedades fônicas do pronome possessivo em PB. Esse resultado contribui, ainda, de forma mais ampla, para a hipótese de que aspectos morfológicos do possessivo podem servir como pistas robustas na identificação/aquisição desse item no PB.

4.2 SENSIBILIDADE AOS ASPECTOS SEMÂNTICOS DO POSSESSIVO

4.2.1 INTRODUÇÃO

Se por um lado o pronome possessivo, enquanto item funcional, é precocemente identificado no fluxo da fala (Shi et al., 1999), dados de um outro estudo de Shi e colaboradores (2005) sugerem que a frequência de um determinado item funcional é fator determinante no processo de segmentação da fala. Em uma tarefa de habituação e desabituação, crianças de 8 meses, adquirindo o francês, segmentaram o artigo definido feminino *la*, mas falharam na segmentação do possessivo feminino *ta*. Com base nesses resultados, é possível supor variação no percurso de identificação, pela criança, dos diferentes itens funcionais ou, pelo menos, entre artigos e possessivos. O fato de artigos serem mais frequentes no *input* da criança poderia explicar sua rápida segmentação, comparada à do possessivo, mas outros fatores poderiam também interferir nesse processo.

Toma-se, por exemplo, a constituição complexa do pronome possessivo no PB: quanto ao aspecto formal, pelos traços que o compõem - traço formal de referência característico dos determinantes, e traço semântico de posse; quanto ao aspecto categorial, por apresentar características distintas de outros determinantes e semelhantes ao adjetivo, que é categorizado co-

mo item lexical; quanto ao aspecto distribucional, pelo fato de apresentar diversas possibilidades de posicionamento dentro da sentença – anteposto ou posposto ao nome, predicativo.

Aliando essa complexidade constitucional do elemento possessivo no PB aos dados experimentais do francês apresentados acima, seria de se esperar que a criança apresentasse dificuldades na aquisição desse item, em relação a outros elementos funcionais. No entanto – ao menos no que se refere à produção -, verifica-se que o possessivo aparece relativamente cedo na produção da criança adquirindo o PB (Faria, 2005).

Tomando por base os pressupostos do Programa Minimalista (Chomsky, 1995 e obras posteriores), Augusto (2007) considera dois momentos distintos na aquisição: um de identificação de elementos funcionais e outro de refinamento das contribuições semânticas apresentadas por esses itens. Assim, podem-se prever distinções entre o que a criança é capaz de identificar na compreensão e o que ela apresenta na produção. A conciliação do Programa Minimalista com modelos de processamento relativos ao processo de aquisição de uma língua (*Bootstrapping* Fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al., 1997) e Sintático (Gleitman, 1990, 1994) (cf. Corrêa, 2006), pode facilitar o entendimento desse processo: a percepção e segmentação inicial de elementos mais frequentes nos estímulos linguísticos levaria ao desencadeamento do sistema computacional a partir da interface fonética; a identificação de traços semânticos, via sistemas conceituais-intencionais, permitiria a constituição do léxico, paulatinamente enriquecido com conteúdo semântico.

Dessa forma, diferenças no processo de aquisição de elementos pertencentes à mesma categoria podem estar relacionadas com o desenvolvimento da noção de determinados traços. É possível que o conteúdo semântico do possessivo seja mais facilmente identificado na interface semântica do que outros e, com isso, leve à sua identificação precoce se comparado a outros itens da mesma categoria. Pronomes possessivos e pronomes indefinidos compartilham características semelhantes enquanto itens pertencentes à categoria funcional: constituem paradigmas de classe fechada, são mais previsíveis em termos de ordem e contexto sintático e frequentes no enunciado. Além disso, ambos podem fazer referência, em um dado contexto, a construções do tipo [N + Prep + N]. No entanto, tais elementos diferenciam-se em relação aos traços [\pm definido] e [\pm posse]. Nesse sentido, tem-se os pronomes possessivos como [+ def] e [+poss] e os indefinidos como [- def] e [-poss].

Foram elaborados um piloto e posteriormente um experimento a fim de investigar se essa diferença é perceptível à criança entre 3 e 4 anos de idade, se algum desses traços é relevante em relação ao outro em uma tarefa de compreensão e se crianças possuem a habilidade de associar a forma pronominal do possessivo à forma genitiva.

4.2.2 TÉCNICA DA SELEÇÃO DE IMAGENS (*PICTURE IDENTIFICATION TASK*)

Dessa forma, foi realizada uma atividade experimental contrastando pronomes possessivos e indefinidos, a fim de observar a capacidade de entendimento do conteúdo semântico desses elementos.

A técnica de Seleção de Imagem tem sido usada em tarefas de produção e compreensão, tanto em crianças e adultos sem comprometimento linguístico, quanto em pessoas que apresentam algum tipo de déficit.

Durante a atividade, o participante escuta um estímulo auditivo ao mesmo tempo que lhe são apresentadas imagens. Após a solicitação, o sujeito deve mostrar, apontando ou olhando, a imagem correspondente à que foi solicitada.

A medida comum nesta técnica é tomada com base no ato de o sujeito apontar para a imagem escolhida. Outra possibilidade é a medição feita com base no direcionamento do olhar, o que é viável quando a criança ainda é muito pequena.

Os experimentos que usam essa técnica podem ser realizados em qualquer lugar em que o sujeito possa ficar isolado, que seja calmo e silencioso. O experimento dura em torno de 15 minutos.

4.2.3 PILOTO

4.2.3.1 Método

4.2.3.1.1 Participantes

Ao todo, 9 crianças entre 3 e 4 anos, com idade média de 3;6 anos, participaram do piloto. A faixa etária das crianças foi escolhida de acordo com a complexidade da tarefa, que exigia certo nível de envolvimento, observado em crianças já falantes da língua materna. Essas crianças foram recrutadas pelo experimentador através de contato direto com os responsáveis.

4.2.3.1.2 Material

O material utilizado para a atividade era um laptop e um amplificador de som acoplado a este.

4.2.3.1.3 Ambiente

As atividades aconteceram na casa de cada criança, em um ambiente isolado e sem atrativos que pudessem desconcentrar a criança. Geralmente, era na sala de estar ou em um escritório, onde tivesse uma mesa e duas cadeiras para a acomodação da criança e do experimentador.

4.2.3.1.4 Procedimento

O experimentador chegava à casa do participante em horário pré-agendado e, inicialmente se apresentava à criança, quando necessário, e mantinha uma conversa com o responsável orientando sobre a rotina da atividade. Depois, o local mais adequado era escolhido e arrumado. Neste momento, buscava-se deixar a criança à vontade com o experimentador e com a atividade que seria realizada em seguida.

O piloto foi realizado a fim de se avaliar se a técnica e o procedimento escolhidos eram adequados aos propósitos do estudo.

Objetivo: verificar a identificação do traço de posse pela criança falante nativa do PB, através da associação do pronome possessivo a uma construção genitiva do tipo [N + Prep + N] e a relevância ou não do traço de posse sobre o de indefinitude. Utilizando-se a técnica de Seleção de Imagens, pode-se estabelecer as variáveis (independente e dependente), as condições, assim como a hipótese e a previsão.

Variável independente: Tipo de item (possessivo/indefinido).

Variável dependente: Número de acertos na identificação de imagens.

Condições experimentais:

Possessivo (Poss): “A bola do Dedé” / “Mostra minha bola”

Indefinido (Indef): “Uma bola de futebol” / “Mostra outra bola”

Hipótese: que a informação semântica de posse é mais saliente do que a informação semântica de indefinidade.

Previsão: se a informação semântica de posse é mais saliente do que a informação semântica de indefinidade, a previsão é que a criança deve apresentar maior índice de acerto na condição Poss do que na condição Indef.

4.2.3.1.5 Estímulos

O estímulo visual consistiu de 55 slides contendo pares de 12 objetos/imagens familiares a crianças na faixa etária testada (cf. Inventário MacArthur), sendo 6 destas imagens referentes a nomes do gênero feminino – bolsa, cama, bola, árvore, borboleta e casa – e outras 6 referentes a nomes do gênero masculino – gato, carro, pato, avião, sapato e telefone.

O estímulo auditivo consistiu de frases gravadas por uma falante nativa do PB, na fala dirigida à criança, contendo os pronomes alvos – possessivo e indefinido – e o nome relativo ao objeto mostrado na tela. (Ver exemplos de estímulos auditivos e visuais no anexo III).

4.2.3.2 Realização do Piloto

O piloto foi dividido em:

- Apresentação: antes de iniciar o teste, havia a apresentação do Dedé, personagem virtual que interagiu com a criança durante o experimento. Essa apresentação consistia em 3 slides.

- Teste: iniciava-se imediatamente após a apresentação. Na tela, aparecia a imagem de um objeto, que era apresentado pelo personagem seguida de outro objeto/imagem, igualmente apresentado. Cada objeto/imagem foi nomeado como “do Dedé” (a bola do Dedé - condição Poss) ou “de N” (uma bola de futebol - condição Indef). Cada par de objetos continha ambas as condições. A ordem de aparição das imagens, assim como seu tipo (alvo ou nãoalvo), o gênero da palavra nomeada (masculino ou feminino) e o item funcional que a acompanha (possessivo ou indefinido) foram controlados.

Em seguida à apresentação de cada par, o boneco pedia a participação da criança: “Mostre minha/meu N” ou “Mostre outro/outra N”. Nesse momento, aparecia um slide com os dois objetos apresentados anteriormente (p.ex., a “do Dedé” e a “de futebol”, no caso da imagem/objeto bola). A criança, então, deveria apontar o alvo solicitado. Cada ensaio consistia em 4 slides. (Ver imagens e estímulo auditivo no anexo III).

Houve um ensaio distrator que aparecia apenas uma vez, logo após o primeiro ensaio. Nele, as imagens eram irreais, isto é, de objetos que não existem e não havia solicitação alguma. O intuito era evitar que a criança ficasse condicionada a respostas mecânicas. Os demais ensaios também foram apresentados de maneira a não seguir nenhum tipo de ordem linear na solicitação, assim também quanto ao gênero do nome referente ao objeto, a fim de evitar qualquer condicionamento da criança.

O experimento teve duas montagens, uma solicitava o objeto/imagem contrário da outra, ou seja, se em uma montagem o Dedé, durante o ensaio do gato, por exemplo, solicitava que a criança mostrasse “o meu gato”, no outro, o alvo do ensaio do gato era “outro gato” e assim com todos os outros ensaios. Cada criança participava apenas de uma montagem. Isso foi feito para que não houvesse a possibilidade de o tipo de solicitação associada a um determinado objeto/imagem pudesse favorecer a escolha da criança.

4.2.3.3 Resultado e Discussão

As crianças tiveram uma taxa média de acerto de 81,5% na condição Poss e 9,25% na condição Indef, conforme se pode ver no gráfico abaixo. Os resultados obtidos confirmam a previsão e sugerem que crianças nessa faixa etária identificam o traço de posse de construções genitivas e o relacionam ao pronome possessivo, mas apresentam dificuldade em relacionar construções adjuntivas ao pronome indefinido.

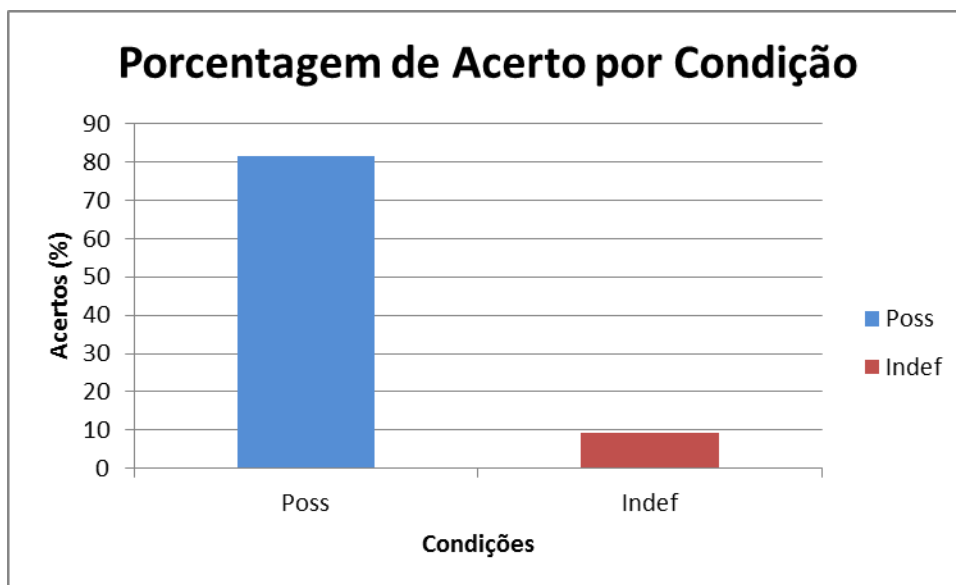


Gráfico 2 - Porcentagem de acertos totais por condição (Poss X Indef)

Esse piloto foi realizado a fim de verificar a hipótese inicial de que o traço de posse é mais facilmente reconhecido por crianças de 3 a 4 anos, comparado ao traço de indefinidade, assim como observar se a técnica experimental escolhida era compatível com a faixa etária e com os propósitos do estudo. Os resultados foram satisfatórios, de acordo com a previsão. No entanto, a grande diferença entre o número de acertos nas duas condições levou a uma consideração mais detalhada do que a criança entende como outro/outra. O pronome indefinido veicula uma informação nova, não oferecida pelo contexto. Uma vez que o boneco apresentava dois objetos/imagens diferentes e, no momento da pergunta, disponibilizava novamente os mesmos objetos/imagens, a criança não tinha a informação nova que deveria ser relacionada à solicitação “Mostra outro/outra N” e, talvez por isso, apresentou dificuldades na tarefa de reconhecimento do pronome indefinido. Dessa forma, no experimento, foi modificada a apresentação das figuras no teste, no qual mais um objeto da mesma categoria dos outros dois foi apresentado à criança no momento da pergunta, codificando a informação nova requerida pelo indefinido.

4.2.4 EXPERIMENTO

O experimento foi desenvolvido nos moldes do piloto, utilizando-se a mesma técnica, porém apresentando à criança, no momento da pergunta, mais outras duas opções de objetos/nomes (ver imagens no anexo IV). Esse procedimento visou anular a possibilidade de a criança ter dificuldades em associar o elemento indefinido ao adjunto correspondente por não ter sido apresentado nada “novo” que pudesse ser identificado como outro/outra.

Dessa forma, acrescentaram-se no momento da pergunta, além dos objetos apresentados pelo boneco como “do Dedé” e “de/do/da N”, dois novos objetos/imagens. Então, os testes consistiram na apresentação dos pares nas condições Poss e Indef, sendo um objeto apresentado como “do Dedé” (bola do Dedé) e o outro como “de N” (bola de futebol), assim como no piloto. Em seguida era feita a solicitação alvo: “Mostre minha/meu N” ou “Mostre outro/outra N”. Nesse momento, apresentava-se à criança um slide com quatro objetos, sendo um conhecido como “do Dedé”, outro conhecido como “de N”, um terceiro da mesma categoria dos outros dois e um quarto de categoria diferente. A criança deveria apontar o alvo solicitado. No teste, assim como no piloto, a ordem de aparição das imagens, o gênero da palavra, seu tipo (alvo ou nãoalvo) e o item funcional que o acompanha (possessivo ou indefinido) foram controlados.

4.2.4.1 Método

4.2.4.1.1 Participantes

Participaram da atividade 22 crianças entre 2;9 anos e 4;1 anos, com idade média de 3;6 anos, das quais 10 eram meninos e 12, meninas. As crianças foram selecionadas pela experimentadora através de contato individual com o responsável, ou através de creche.

4.2.4.1.2 Material

O material utilizado foi exatamente o mesmo do piloto.

4.2.4.1.3 Ambiente

A maioria dos experimentos foi realizada na própria residência da criança, assim como o piloto. Apenas 7 deles foram realizados em creche. Nesse caso, o experimentador entrou em contato com a responsável pela creche via telefone e marcou uma reunião, na qual explicou do que se tratava a pesquisa e como seria o procedimento. A partir daí, foi agendada uma data para que os experimentos fossem realizados.

4.2.4.1.4 Procedimento

O procedimento dos experimentos que aconteceram na residência da criança foi o mesmo do piloto.

Na creche, as crianças que tinham entre 3 e 4 anos foram separadas pela diretora. Uma sala disponível, na qual não estava acontecendo nenhum tipo de atividade paralela, foi devidamente preparada para o experimento. As crianças eram buscadas em sala de aula por uma monitora, uma por vez, e, após a realização do experimento, eram encaminhadas de volta à sala de aula pela mesma monitora, que na maioria das vezes não permaneceu com as crianças durante a atividade experimental. Em dois casos, no entanto, as crianças solicitaram a presença dela, o que não afetou o desempenho da criança durante o experimento.

O objetivo do experimento permaneceu o mesmo do piloto, ou seja, verificar a identificação do traço de posse pela criança falante do PB, através da associação do pronome possessivo a uma construção genitiva do tipo [N + Prep + N] e a relevância ou não do traço de posse sobre o de indefinitude. As variáveis, assim como as condições, a hipótese e a previsão também são as mesmas do piloto e estão repetidas a seguir:

Variável independente: Tipo de item (possessivo/indefinido).

Variável dependente: Número de acertos na identificação de imagens.

Condições experimentais:

Possessivo (Poss): “A bola do Dedé” / “Mostra minha bola”

Indefinido (Indef): “Uma bola de futebol” / “Mostra outra bola”

Hipótese: A informação semântica de posse é mais saliente do que a informação semântica de indefinitude.

Previsão: Se o traço de posse é mais saliente se comparado ao traço de indefinitude, i.e.; a criança deve apresentar maior índice de acerto na condição Poss do que na condição Indef, mesmo quando tiver uma informação nova correspondente ao elemento indefinido.

4.2.4.1.5 Estímulos

Foram utilizados no experimento os mesmos 12 estímulos visuais (imagens/objetos) e auditivos (frases gravadas) usados no piloto. (Ver exemplos de estímulos auditivos e visuais no anexo III).

4.2.4.2 Resultado e Discussão

A média de acerto para condição Poss foi de 85,6% e para condição Indef, de 67,4%, o que sugere que o acréscimo de um objeto “novo” facilita a identificação do elemento indefinido (cf. Gráfico 2). Mesmo assim, o índice de acerto na condição Poss foi significativamente superior ao da condição Indef ($p=.006$; $t(21)=3,07$), confirmando a previsão.

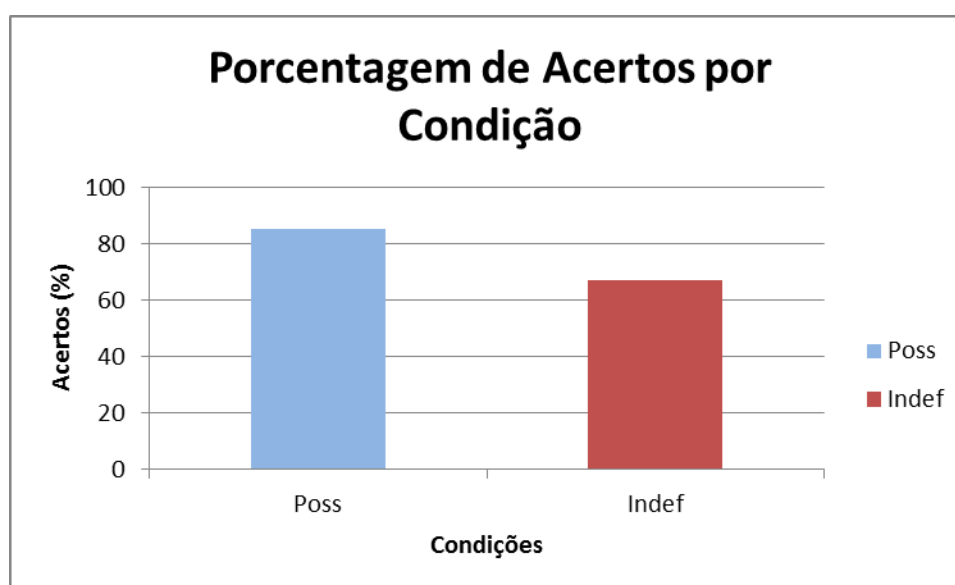


Gráfico 3 - Porcentagem total de acertos por condição (Poss X Indef).

De um modo geral, a criança entre 3 e 4 anos, mesmo quando apresentada a uma informação nova relacionada ao pronome indefinido, apresenta maior índice de acerto na condição Poss do que na condição Indef. Isso reporta à existência de diferenças no processo de aquisição de elementos da mesma categoria. Se essas diferenças estão relacionadas com o desenvolvimento da noção de determinados traços (Augusto, 2007), então, de acordo com esse resultado, a criança, aos 3 anos de idade, tem o traço de posse como informação mais sólida que o traço de indefinitude. Esse dado vai ao encontro do estudo longitudinal de Faria (2005) e dados disponíveis no CHILDES, que sugerem que a criança produz o possessivo antes de outros itens determinantes. Nesse sentido, os dados de compreensão obtidos com o experimento concordam com os de produção.

4.2.5 CONCLUSÃO

Os resultados do experimento sugerem que a criança aos três anos de idade identifica e relaciona o pronome possessivo a uma construção genitiva correspondente, sendo o traço de posse uma informação importante nessa tarefa. Na mesma idade, crianças apresentam maior

dificuldade na identificação de indefinidos, assim como na correspondência entre este e construções adjuntivas. Aos 4 anos de idade, essa diferença quase desaparece, o que sugere dois momentos distintos no processo de aquisição de elementos da mesma categoria. Esses resultados satisfazem a previsão de que o traço de posse é identificado antes do traço de indefinidade, durante o processo de aquisição.

Verifica-se, então, que durante o processo de aquisição do PB, a criança faz uso de pistas semânticas na identificação do possessivo e o traço de posse pode ser uma pista robusta para esse reconhecimento. Isso acontece tanto com crianças de 3 quanto de 4 anos, o que não se observa nos dados de identificação do pronome indefinido. Esse resultado pode advir do fato de que crianças de 3 anos de idade apresentam um desenvolvimento maior em relação à noção de posse e seu referente do que em relação à noção de indefinidade e seu referente, no processo de compreensão. Em outras palavras, isso pode sugerir que o conteúdo semântico dos possessivos é mais facilmente identificado na interface semântica do que o dos indefinidos.

4.3 SENSIBILIDADE AOS ASPECTOS SINTÁTICOS DO POSSESSIVO

4.3.1 INTRODUÇÃO

A criança começa a produzir mais de uma palavra, formando sintagmas, entre 18 e 24 meses de idade. Nessa fase, seus enunciados são ainda incompletos e apresentam ausência de marcas gramaticais tais como artigos, verbos auxiliares e desinências verbais(Christopheet al., 2010), o que traz à tona a seguinte questão: apesar dessa produção inicial se apresentar de forma simplificada, será que essas crianças exploram ativamente as computações sintáticas a fim de criarem suas próprias sentenças novas? Experimentos direcionados à investigação do desenvolvimento sintático de uma língua mostram que crianças de 1 a 3 anos de idade extraem significado do *input* da fala em tarefas de compreensão.

Fisher e colaboradores (2006) realizaram um experimento com a técnica de Olhar Preferencial, no qual testaram crianças de 2 anos adquirindo o inglês. Os resultados sugerem que crianças nessa idade usam a estrutura da sentença a fim de aprender o significado dos verbos e que com 2 anos e dois meses elas usam essa mesma pista para determinar se uma nova palavra é um objeto ou um termo relacional espacial.

Em um experimento que utiliza a técnica de Potenciais Evocados, através da qual se mede a atividade cerebral da criança, Christophe e colaboradores (2010) encontram resultados nos quais crianças francesas de 2 anos de idade computam a estrutura sintática quando ouvem sentenças. As autoras verificaram resposta cerebral diante da substituição de verbos por nomes e vice-versa, sugerindo que as crianças constroem on-line expectativas quanto à categoria sintática da próxima palavra de uma sentença. A análise dos resultados experimentais sugere, ainda, que diferentes redes neurais são ativadas no processamento de nomes e verbos por crianças, assim como por adultos.

Um conjunto de resultados experimentais realizados por vários pesquisadores sugere que, por volta dos 18 meses, a criança já possui habilidades desenvolvidas tanto em termos conceptuais – capacidade de identificação de objeto, de generalização de propriedades constituintes de um objeto e características, como forma e textura – quanto em termos linguísticos – capacidade de segmentar o fluxo da fala em unidades menores de modo a extrair elementos que venham a pertencer a categorias funcionais - como os possessivos - e categorias lexicais - como os adjetivos (para revisão, ver Faria e Name, 2009).

Dados de estudos longitudinais anteriores (Faria, 2005) e do CHILDES, mostram que a criança começa a produzir o possessivo em PB por volta de 1 ano e 7 meses, sendo essa produção inicial predominantemente genitiva. Aos 2 anos e 4 meses, crianças brasileiras não só são sensíveis à posição estrutural do pronome possessivo, como também à sua concordância nominal no DP (Faria, 2005). Outra coleta longitudinal, destinada especificamente a detectar o início da produção de adjetivos, sugere que, por volta dos 2 anos, essa classe de palavras começa a fazer parte do léxico produtivo da criança (Azevedo, 2008).

Baseando-se nesses dados, pode-se imaginar que crianças adquirindo o português brasileiro, a partir dos 2 anos e meio já identifiquem o possessivo, assim como o adjetivo, em estruturas sintáticas da língua.

Considerando-se tal suposição, realizou-se uma atividade experimental para investigar a relevância de aspectos sintáticos do pronome possessivo no seu processo de aquisição.

4.3.2 TÉCNICA DO JULGAMENTO DE GRAMATICALIDADE

A técnica do Julgamento de Gramaticalidade permite avaliar a compreensão de crianças sobre determinado aspecto da língua. Essa tarefa exige que a criança já tenha um julga-

mento do que é usado ou não na língua nativa, portanto, não pode ser realizado com crianças muito novas. Segundo Grolla (2009), apenas crianças acima de 3 anos e meio podem ser testadas com segurança. Apesar de a tarefa que a criança deve desempenhar ser simples, a expectativa é de que a mesma faça uma análise do material linguístico, para então responder a atividade de acordo com o que foi solicitado.

A tarefa consiste na apresentação de um fantoche à criança. O experimentador comenta que o boneco tem dificuldades em pronunciar determinadas palavras/frases, por se tratar de um bebê ou um estrangeiro. Então, é solicitado à criança que ajude o boneco a se fazer entender da seguinte maneira: sempre que o boneco falar de maneira “gramatical”, a criança deve recompensá-lo, dando-lhe algo atraente, como uma bala, por exemplo, ao passo que quando ele falar de forma “agramatical”, deve lhe ser oferecido um objeto desinteressante, por exemplo, uma borracha.

Dessa forma, é permitido ao experimentador avaliar a compreensão de crianças acima de 3 anos a determinadas construções linguísticas, pois, a previsão é de que ela oferecerá a bala quando o boneco falar aquilo que ela compreende ou reconhece na língua.

4.3.3 MÉTODO

4.3.3.1 Participantes

Participaram do experimento 23 crianças entre 3;4 anos e 3;9 anos, com média de 3;7 anos, das quais duas apresentaram problemas (chorou). Das 21 crianças restantes, 12 eram do sexo feminino e 9, do masculino. As crianças foram aleatoriamente divididas em dois grupos distintos em relação à ordem inicial do treino (cong ou incong), à colocação dos distratores no teste e à congruência de cada objeto, por exemplo, se em um experimento a “bola” fazia parte de um ensaio congruente, no outro, ela aparecia em um ensaio incongruente. Cada criança participava apenas de um grupo. Essa variação visava neutralizar um possível privilégio na disposição dos slides. Assim, um grupo contou com 11 crianças e o outro, com 10 crianças.

4.3.3.2 Material

O material utilizado foi um *laptop* com um amplificador de som e um *mouse* acoplados, um fantoche de mão feito de feltro, bala, borracha.

4.3.3.3 Ambiente

O ambiente em que ocorreram 17 dos 21 experimentos foi a residência da própria criança. As outras 4 crianças foram testadas em uma creche.

Na residência, o experimentador solicitava ao responsável que cedesse um espaço para a realização da atividade e que este fosse silencioso e sem atrativos, como brinquedos e televisão, e que tivesse mesa e cadeiras para que o equipamento, a criança e o experimentador pudessem ser acomodados. Geralmente, o ambiente escolhido era a sala de estar ou a de jantar, no caso de haver televisão na primeira opção.

Na creche, o experimento aconteceu na biblioteca que foi totalmente disponibilizada para sua realização. Foi tomado o cuidado de não agendar a atividade experimental no mesmo horário do recreio das crianças, as quais aguardavam para serem chamadas na sala da diretoria, a fim de que a aula não fosse interrompida todo momento.

4.3.3.4 Procedimento

O experimentador agendava a atividade previamente e ao chegar à casa da criança, explicava ao responsável como deveria acontecer o experimento. Era escolhido o lugar em que seria realizado o experimento. Depois, o experimentador se dirigia à criança na tentativa de criar um clima de maior confiança entre as duas partes. Em um segundo momento, apresentava-lhe o fantoche, que era um extraterrestre e, por isso, “não falava do nosso jeito”, explicando à criança o que ela deveria fazer para ajudar o ET.

No caso da creche, o contato inicial foi feito com a diretora que agendou dia e hora para a realização da atividade, conforme sua disponibilidade.

Tanto nas casas das crianças, quanto na creche, o experimentador contou com o apoio técnico de um auxiliar que tinha como tarefa anotar o resultado preliminar do experimento – se a criança ofereceu bala ou borracha após cada ensaio.

Embora sejam elementos de categorias distintas, possessivo e adjetivo podem ocupar as mesmas posições na superfície das sentenças, tanto no DP complexo (Det + N/Adj + Adj/N e Det + N/Pos + Pos/N) quanto na posição de predicativo (Det + N + VL + Adj/Pos).

Além disso, podem coocorrer tanto antepostos quanto pospostos ao nome. Nesse último caso, a posição ocupada pelos possessivos correlaciona-se com a indefinidade do núcleo D. No primeiro caso, no entanto, a anteposição do possessivo em relação ao adjetivo parece ser a opção usada pelos falantes da língua portuguesa. Dessa forma, neste experimento buscou-se opor o possessivo anteposto ao adjetivo [Det [Pos[Adj[N]]]] ao posposto [Det [Adj [Pos[N]]]], a fim de verificar: 1) se a criança em processo de aquisição do PB, aos 3 anos de idade, é sensível à posição sintática do possessivo em relação ao adjetivo. Essa sensibilidade da criança é demonstrada através da preferência por uma condição ou outra (possessivo anteposto ao adjetivo, ou possessivo posposto ao adjetivo), ou seja, a escolha positiva da criança deve ser significativamente maior em uma condição que na outra. E 2) o que essa sensibilidade pode nos dizer sobre a caracterização desses elementos enquanto pertencentes à categoria funciona (possessivo) e lexical (adjetivo).

No caso específico deste trabalho, duas condições foram testadas considerando sintagmas Det+(Pos+Adj ou Adj+Pos)+N. Verifica-se que em construções como essas, em que há um possessivo e um adjetivo antecedendo o nome, o possessivo funciona como modificador do sintagma adjetival Adj+N, ocorrendo sempre antes deste e nunca entre os dois elementos Adj+(Pos)+N. Embora possessivos e adjetivos em português possam ocupar posições comuns na superfície da sentença, nesse caso existem restrições no uso de ambas as formas.

Objetivo: verificar se a criança percebe a (in)congruência nas construções POS + ADJ e ADJ + POS, preferindo uma condição à outra.

- Variável independente: Congruência sintática:

POS + ADJ congruente

ADJ + POS incongruente

- Variável dependente: avaliação (positiva ou negativa) da fala do fantoche, identificada a partir da escolha, pela criança, de bala (positivo) ou borracha (negativo).

- Condições Experimentais:

- Congruente (Cong): Possessivo anteposto

O **meu** gordo pato.

A **sua** grande casa.

- Incongruente (Incong): Possessivo posposto

O novo **seu** carro.

A dura **sua** bola.

- Hipóteses: a partir da possibilidade de o possessivo, assim como o adjetivo, poder ocupar as mesmas posições no DP e assumindo-se que as variações de posição entre esses elementos parecem vir acompanhadas de mudança semântica ocasionando uma “certa estranheza” – aqui chamada de “incongruência” – quando o adjetivo precede o possessivo, toma-se a hipótese de que apesar de possessivos e adjetivos compartilharem algumas características, a criança percebe que há uma ordem hierárquica entre esses dois elementos que facilita a compreensão do PB. Em outras palavras, o pronome possessivo em posição de determinante do sintagma nominal deve ser reconhecido pela criança mais facilmente que o possessivo em posição canônica de adjetivo, modificando diretamente o nome.

- Previsão: as crianças deverão apresentar maior número de avaliações positivas da fala do fantoche na condição “possessivo anteposto”, em comparação à condição “possessivo posposto”, sugerindo, assim, que apesar das semelhanças entre possessivos e adjetivos, a criança, aos 3 anos, já identifica cada um dos dois elementos como sendo pertencentes às suas respectivas categorias.

4.3.3.5 Estímulos

Os estímulos visuais consistiam em 14 slides compostos de imagens de objetos que designavam o nome do sintagma adjetivo apresentado pelo estímulo auditivo e que eram familiares à criança na idade de 3;6 anos (ver estímulos visuais no anexo IV). Dentre esses objetos, havia 6 referentes a nomes do gênero feminino – bala, corda, casa, gata, bola e bolsa – e 6 referentes a nomes do gênero masculino – rato, livro, galo, carro, pato e lápis. A escolha de tais nomes referentes aos objetos tinha algumas restrições: 1) precisavam apresentar a possibilidade de serem possuídos e 2) terem nomes que pudessem ser modificados por adjetivos, 3) apresentarem o mesmo número de sílabas.

Os estímulos auditivos consistiam em sentenças que apresentavam um pronome possessivo ora anteposto (condição congruente), ora posposto (condição incongruente) ao adjetivo. Tais estímulos foram gravados por uma falante nativa do português brasileiro, utilizando a fala dirigida à criança. Os possessivos utilizados nos estímulos auditivos foram os de primeira e segunda/terceira pessoas do singular, tanto no feminino quanto no masculino – minha, sua, meu, seu – por se tratarem dos possessivos mais comuns no *input* oferecido à criança. Os adjetivos escolhidos para comporem os sintagmas, assim como os nomes, precisaram cumprir certas exigências: 1) era necessário que fossem dissílabos, para facilitar o reconhecimento da criança, e conhecidos das crianças na faixa etária investigada e 2) teriam que apresentar a possibilidade de se colocarem antepostos ao nome. Essas exigências restringiram muito o número de adjetivos possíveis para a atividade. Não foi possível, por exemplo, evitar antônimos (dura e mole), assim como homônimos (dura: adjetivo e verbo; caro: adjetivo e pronome de tratamento). Neste último caso, contou-se com o possível desconhecimento dos homônimos não adjetivos por parte da criança. Dessa forma, foram escolhidos os dez adjetivos a seguir: caro, gordo, novo, fino, forte (usados com nomes masculinos) e mole, dura, linda, mansa, grande (usados com nomes femininos). (Ver estímulos auditivos no anexo V).

Os distratores foram formados com palavras de classes próximas às originais, por exemplo, conjunções no lugar de determinantes, pronomes indefinidos, quantificadores ou demonstrativos no lugar de possessivo e verbos no lugar de adjetivo. A classe nome permanecia. As palavras eram colocadas desordenadamente, sem seguir uma sequência, ou seja, dentre os 4distratores, nenhum tinha a mesma ordem do outro.

4.3.4 EXPERIMENTO

O experimento constou de duas fases.

- Treino: consistiu em um breve “aquecimento”, apresentando apenas dois slides, um contendo estímulo congruente e outro, estímulo incongruente. Essa fase servia para o experimentador verificar se a criança entendeu a proposta da atividade, ou seja, entregar a bala ou a borracha para o fantoche. Nessa fase, caso a criança não interagisse, o experimentador explicava novamente o que ela teria que fazer e recomeçava a atividade.

- Teste: a fase teste iniciava-se imediatamente ao treino e consistia em 12 slides, sendo 4 congruentes, 4 incongruentes e 4 distratores. A ordem dos slides era aleatória, ou seja, não

cumpria uma ordem pré-estabelecida. No entanto, buscava-se não repetir mais de duas vezes a mesma condição.

Como já foi mencionado anteriormente, após passar pela fase treino, a criança iniciava o teste. O áudio de cada ensaio durava, em média, 4 segundos. O tempo entre um ensaio e outro era de 7 segundos no máximo. Caso a criança não reagisse nesse tempo, passava-se para o ensaio seguinte. A resposta da criança era anotada por um auxiliar técnico. (Ver quadro com os estímulos auditivos no anexo V).

4.3.5 RESULTADO

O gráfico abaixo mostra que a média do total de acertos na condição Cong foi de 77%, enquanto na condição Incong foi de 60%.

O índice de acerto na tarefa da criança em julgar a gramaticalidade das sentenças nas duas condições foi significativamente maior na condição Cong ($p=0,004$; $t(20)=3,17$), como mostra o gráfico a seguir:

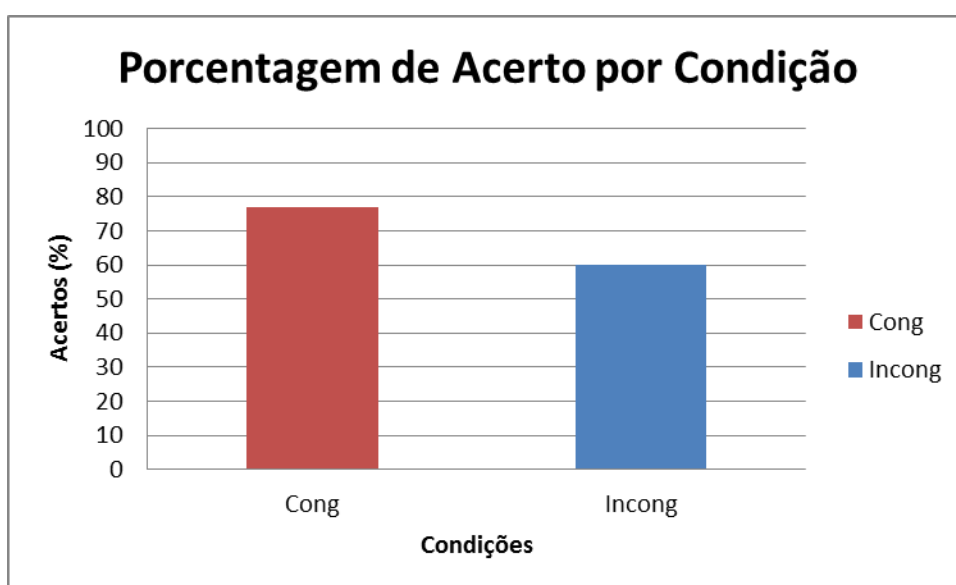


Gráfico 4 - Porcentagem de acerto por condição (Cong X Incong)

Nos dados acima, foi considerado acerto toda vez que a criança oferecia a bala após escutar uma sentença congruente, ou a borracha em uma situação incongruente. O fato de entregar o objeto certo indica que a criança percebeu o fenômeno de congruência/incongruência durante o teste.

Levando-se em consideração os dados apresentados, pode-se dizer que a criança, aos 3;7 anos, é sensível à diferença entre as construções D+Pos+Adj+N e D+Adj+Pos+N no português brasileiro e identifica com maior facilidade a condição em que possessivo e adjetivo encontram-se em posição canônica.

4.3.6 CONCLUSÃO

O resultado do experimento satisfaz a previsão de que a criança com idade média de 3;7 anos percebe a diferença quanto ao posicionamento estrutural de possessivos e adjetivos antepostos ao nome, o que sugere que são sensíveis aos aspectos sintáticos do possessivo no PB.

Esse dado pode contribuir também para a hipótese do *Bootstrapping* Sintático, uma vez que a criança faz uso de pistas sintáticas, como o posicionamento do possessivo anterior ao adjetivo, para identificar elementos na estrutura hierárquica.

Outro aspecto interessante a se considerar a partir desse resultado é o de alguns autores questionarem o fato de a possibilidade de ocorrência do possessivo com determinantes torná-lo adjetivo (ver seção 2.1.2.). Nesta tese, propõe-se um *continuum* no qual o possessivo precedido de determinante(s) apresenta traços característicos de determinantes e adjetivos o que o tornaria um “híbrido” entre esses elementos. No entanto, considera-se que este elemento seja um item funcional determinante, o que é justificado pela não possibilidade de posposição deste ao adjetivo anteposto ao nome e, confirmado pelo resultado deste experimento, o qual sugere que a criança estranha tal possibilidade.

4.4 CONCLUSÃO DOS EXPERIMENTOS

Como já foi dito, esta tese tem como objetivo verificar quais aspectos do pronome possessivo são relevantes para o processo de sua aquisição no PB. Nessa língua, o possessivo apresenta peculiaridades no que se diz respeito aos seus aspectos morfofonológicos, devido a sua dupla concordância com o possuidor (pessoa) e com o nome referente ao objeto possuído (gênero e número) e a sua não variação quanto à forma em que se apresenta em suas várias possibilidades de posicionamento na sentença; aos seus aspectos semânticos, por apresentar, além de seus traços formais, o traço semântico de posse e a possibilidade de uma gradual caracterização quanto aos traços de referência, característico dos determinantes, e de propriedade, característico dos adjetivos; e aos seus aspectos sintáticos, devido às várias possibilidades de posicionamento na sentença. Apesar de toda complexidade comportamental, de um modo

geral, que o cerca, o pronome possessivo aparece cedo na produção da criança (Faria, 2005; Faria e Name, 2006), embora não seja tão frequente no *input* quanto outros itens funcionais, como os artigos, por exemplo. Buscou-se, então, por meio de atividades experimentais, investigar quais pistas seriam relevantes para sua identificação e emergência.

O primeiro experimento visou os aspectos fonológicos do pronome possessivo. Em uma tarefa de Olhar Preferencial, crianças de 11 meses foram expostas a estímulos contendo pronome possessivo real e pronome possessivo irreal criado a partir de propriedades fonológicas do primeiro. O resultado final mostrou que as crianças são sensíveis às propriedades fonológicas do pronome possessivo, apresentando diferença significativa entre o tempo de olhar nas duas condições. Isso sugere que aspectos fonológicos do pronome possessivo podem ser pistas robustas na sua identificação, em um primeiro momento do seu processo de aquisição no PB.

O segundo experimento foi referente aos aspectos semânticos do pronome possessivo e utilizou a técnica de Seleção de Imagens. Crianças de 3 anos e meio de idade em média tinham a tarefa de identificar objetos referentes a construções possessivas e indefinidas. O resultado do experimento mostrou um índice de acerto maior na condição de pronome possessivo do que na de pronome indefinido, o que sugere que o traço semântico de posse pode facilitar a identificação do possessivo pela criança. Além disso, o resultado demonstra que crianças nessa idade fazem a referência entre uma construção possessiva pronominal com sua genitiva correspondente, o que confirma que o traço de posse é um aspecto relevante na aquisição do possessivo.

O terceiro e último experimento buscou verificar a importância de aspectos sintáticos para a aquisição de pronomes possessivos no PB. A técnica utilizada para a realização do experimento foi a de Julgamento de Gramaticalidade e o resultado mostrou que crianças com idade média de 3 anos e sete meses são sensíveis ao posicionamento do pronome possessivo em sintagmas nominais adjetivados – [D+Pos/Adj ou Adj/Pos+N]. As crianças demonstraram preferência pela posição canônica do possessivo anterior ao adjetivo, o que sugere que a posição sintática do possessivo também é uma pista robusta para a criança em processo de aquisição do PB.

Resumindo, pode-se dizer que os resultados dos experimentos sugerem que embora o pronome possessivo em PB apresente comportamento complexo, aspectos fonológicos, se-

mânticos e sintáticos deste elemento podem contribuir para sua emergência precoce na produção da criança. Pistas como sua forma fonológica podem facilitar sua segmentação no fluxo da fala percebido pela criança, o que desencadearia a leitura de seus traços formais pelo sistema computacional, no qual o traço semântico de posse também teria sua relevância para a interface semântica. Estas pistas, fonológica e semântica, contribuem para a colocação do pronome possessivo na estrutura sintática hierárquica, a qual também se constitui em uma pista robusta para a criança durante o processo de aquisição do PB.

5 SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto nesta tese que o pronome possessivo é um elemento de tratamento complexo, considerando-se seu comportamento semântico e sintático, assim como sua categorização. Semanticamente, apresenta o traço de posse que o distingue de outros elementos determinantes. Sintaticamente, posiciona-se de várias maneiras na sentença: anteposto ao nome, antecedido ou não de outro(s) determinante(s), posposto ao nome e, ainda, em posição de predicativo, a qual não foi tratada neste trabalho. Estudos translinguísticos apontam para a necessidade de se admitir dois tipos de pronomes possessivos em PB: determinantes, quando antepostos ao nome e adjetivos, quando pospostos ao nome, com conseqüente variação semântica. Essa classificação bipartida traz à tona outra questão: a teoria Gerativa trata os pronomes, de um modo geral, como determinantes, sendo, assim, itens da categoria funcional, enquanto adjetivos são considerados itens lexicais.

Surge, então, uma imparcialidade quanto à categorização dos pronomes possessivos. Na tentativa de resolver essa questão, sugere-se que se considerem os pronomes possessivos [\pm determinante] ou [\pm adjetivo], de acordo com suas diferentes possibilidades de posicionamento na sentença, como em um *continuum*. Assim, os possessivos antepostos ao nome não antecidos de determinante(s) seriam [+determinante] e [-adjetivo] por estarem em posição exclusiva de determinantes; os antepostos antecidos de determinante(s) seriam [+determinante] e [+adjetivo] por manterem-se em uma posição limítrofe, que pode ser ocupada tanto por determinantes, como por adjetivos; por fim, os possessivos pospostos seriam [-determinante] e [+adjetivo] por estarem em posição adjetiva. De acordo com essa distribuição, o pronome possessivo anteposto ao nome, antecido ou não de determinante(s), é considerado determinante, portanto, pertencente à categoria funcional. O possessivo posposto é considerado adjetivo e esta tese sugere que ele seja categorizado como item semifuncional, por apresentar características de itens da categoria lexical. Essa proposta de categorização é importante para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que itens funcionais são tidos como pistas robustas na identificação de itens lexicais no fluxo da fala.

Essa questão de a criança apresentar predisposição em segmentar itens lexicais a partir de pistas fonológicas e, subsequentemente, estruturais de itens funcionais (Corrêa, 2007) é de grande contribuição para a teoria psicolinguística voltada à investigação do processamento da linguagem. Nesse contexto, o estudo da aquisição, baseado em dados de compreensão e pro-

dução, de um elemento da categoria funcional de tratamento complexo como os possessivos, se faz relevante. Esta tese teve como objetivo avaliar como se dá efetivamente a aquisição do pronome possessivo em português brasileiro; quais pistas referentes a esse elemento participam desse processo e em que etapa/fase cada uma delas é primordial.

Também buscou-se, através da aproximação com uma teoria de língua -Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999, 2001; Chomsky, Hauser & Fitch, 2002)- aliado a modelos de processamento -*Bootstrappings* Fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al., 1997) e Sintático (Gleitman, 1990, 1994)-, traçar o “caminho” percorrido pela criança no processamento desse item funcional.

No que diz respeito à aquisição do pronome possessivo, assume-se que, a princípio, a criança é sensível às suas propriedades fonológicas, o que facilita sua segmentação a partir do *input* que recebe. Nesse primeiro momento, pode-se dizer que a criança percebe o caráter referenciador dos possessivos. Em uma tarefa de olhar preferencial, crianças com idade média de 11 meses mostraram ser sensíveis às propriedades fônicas do pronome possessivo, fazendo uso dessa informação na identificação e segmentação desse elemento, indo, assim, ao encontro da proposta do *Bootstrapping* Fonológico.

Traços formais e semânticos participam efetivamente desse processo de identificação do possessivo, os quais são passíveis de leitura nos níveis de interfaces fônica e semântica, respectivamente. Uma vez segmentado e identificado, o pronome possessivo é estabelecido no léxico da criança, de onde é disponibilizado para a derivação, a qual se realiza a partir da leitura, ou não, dos traços formais e semânticos do possessivo, o que contribui para a determinação de seu posicionamento na estrutura sintática. Em uma atividade de seleção de imagens, crianças com idade média de 3 anos e meio demonstraram sensibilidade ao traço de posse, o qual parece ser uma pista robusta na identificação do pronome possessivo. Além disso, o resultado indica que a criança possui habilidade para relacionar o possessivo genitivo e o pronominal anafórico. Esses dados sugerem, ainda, que as propriedades semânticas do possessivo são devidamente lidas na interface correspondente durante a derivação sintática, de acordo com o proposto pelo Programa Minimalista.

A partir daí, a criança passa a usar dados da estrutura sintática na atribuição de significado das palavras, de acordo com o proposto pelo *Bootstrapping* Sintático. O traço de posse, então, é atribuído ao pronome possessivo nesse momento. Crianças com idade média de

3anos meio, que participaram de um experimento de julgamento de gramaticalidade, são sensíveis ao posicionamento do possessivo em sintagma adjetivo, o que sugere que o posicionamento do possessivo na sentença pode ser uma pista relevante no que diz respeito à atribuição de sentido de tal elemento.

Esses resultados somados sugerem que a criança cumpre as etapas da aquisição do pronome possessivo em PB. Aspectos fônicos, semânticos e sintáticos contribuem efetivamente para esse processo e parecem estar interligados. O traço de posse, no entanto, inerente do possessivo, sendo este determinante ou adjetivo, se expressa formalmente em sua constituição fônica.

Nos experimentos realizados para esta tese, procurou-se opor o possessivo a outros elementos que apresentam um comportamento semelhante a ele, justamente a fim de verificar a relevância do traço de posse. Os pronomes indefinidos utilizados no segundo experimento, por exemplo, enquanto pronomes, também são classificados como itens funcionais determinantes e apresentam o traço semântico de indefinidade. O resultado do experimento sugere que o traço de posse parece ser mais robusto na compreensão da criança que o traço de indefinidade. Em outras palavras, a posse parece ser uma informação bastante relevante para a criança em processo de aquisição. No terceiro experimento, o possessivo foi contraposto sintaticamente ao adjetivo. O resultado sugere que, apesar de possessivos e adjetivos apresentarem semelhanças comportamentais, em posição anterior ao nome, a criança percebe a função do possessivo enquanto determinante, estabelecendo a ordem aceitável como sendo [Det+Pos+Adj+N]. Esse resultado contribuiu para a proposta de categorização do possessivo anteposto antecedido de determinante(s) como sendo item funcional e não semifuncional. Quando posto entre um determinante e um adjetivo, o pronome possessivo parece assumir um pouco das características desses dois elementos, por isso pode ser considerado [+determinante] e [+adjetivo]. No entanto, o estabelecimento do possessivo anterior ao adjetivo como sendo a ordem mais aceitável, e o fato de a criança perceber essa necessidade na compreensão, sugerem que, nesse caso, o possessivo trata-se de pronome determinante e não de pronome adjetivo.

Esses dados confirmam a hipótese do trabalho que seria a de que o traço de posse facilitaria a tarefa da criança no processo de aquisição do pronome possessivo, estando, inclusive, aliado a outros aspectos relativos ao possessivo, como o aspecto fônico e o sintático.

Com base no objetivo proposto, pode-se defender que:

- A criança em processo de aquisição do PB é sensível aos aspectos fônicos do pronome possessivo;
- A criança em processo de aquisição do PB é sensível aos aspectos semânticos do possessivo;
- A criança em processo de aquisição do PB é sensível aos aspectos sintáticos do possessivo;
- Esses dados sugerem que a criança em processo de aquisição da linguagem estabelece uma relação de posse entre possuidor e possuído, baseada em pista fonológicas, semânticas e sintáticas da língua;

Buscou-se, com esta tese, contribuir para o entendimento do processo de aquisição do pronome possessivo do português do Brasil, a importância de suas propriedades, assim como a relevância do traço de posse nesse processo. Espera-se com esse resultado, contribuir de maneira mais ampla com o estudo da aquisição do PB.

Outras questões, porém, surgiram no decorrer deste trabalho. Uma análise de dados longitudinais colhidos para fins de um estudo anterior mostra que, no início do segundo ano de vida, a criança produz formas possessivas do tipo “é papai”, “é neném”, referindo-se à posse de objetos (Faria, 2005, 2006). Aos 11 meses, como visto no primeiro experimento desta tese, a criança percebe o possessivo pronominal determinante no *input* que recebe. Isso sugere que, desde muito cedo, a criança já faz a transposição do traço semântico de posse contido nos pronomes e genitivos. Tal fenômeno pode ser verificado através de atividade experimental que vise avaliar a compreensão da criança quanto ao traço de posse em pronomes e genitivos. Outra questão a ser investigada é como se dá, no processamento da linguagem e, mais especificamente, na aquisição desta, a relação estabelecida entre a posse e as pessoas do discurso. Em outras palavras, como e quando a criança percebe essa relação entre o elemento que designa a posse (pronome ou genitivo) e o possuidor. Na verdade são muitas as questões que emergem quando se aprofunda o estudo de um determinado elemento da língua, principalmente quando se diz respeito à aquisição deste, pois este ramo de estudo é bastante rico em possibilidades e suposições, por se tratar de uma ciência cognitiva e estritamente ligada ao desenvolvimento humano.

Em suma, há muito trabalho a ser feito e esta tese pretende ter contribuído como ponto de partida para pesquisas futuras sobre a aquisição do possessivo, uma vez que poucos trabalhos, em português brasileiro, foram desenvolvidos com essa temática.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGER, D. **Core Syntax: a minimalist approach**. Oxford/ New York: Oxford University Press, 2002.

ALEXIADOU A.; HAEGEMAN, L.; STAVROU, M. **Noun Phrase in the Generative Perspective**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

AUGUSTO, M.R.A. As relações com as interfaces no quadro minimalista gerativista: uma promissora aproximação com a Psicolinguística. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (Org). **Linguística e Cognição**, 2005. P. 245-268.

AUGUSTO, M.R.A. Dados de percepção/compreensão e de produção na aquisição: representações gramaticais distintas? **Letras de Hoje**, 2007. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p.113-130.

BOYSSON-BARDIES, B. **How Language Comes to Children: From birth to two years**. MIT Press. Cambridge, MA. 1999.

CARDINALETTI, A. On the deficient/strong opposition in Possessive Systems. In: **Possessors, Predicates and Movement in the DP**. Alexiadou, A & Wilder, C. (Eds.), 17-53. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

CARDINALETTI, A., GIUSTI, G. “Semi-lexical” motion verbs in Romance and Germanic. In: COVER, N., VAN RIEMSDIJK, H.(Eds). **Semi-lexical Categories: the function of content words and the content of function words**. *Studies in generative grammar*, 59. Mouton de Gruyter, 2001. P. 325-371.

CARSTENS, V. Remarks and Replies. Concord in Minimalist Theory. **Linguistic Inquiry**, 31 (2), p. 319-355, 2000.

CASTRO, A. On Possessive in Portuguese. Tese de doutoramento. Universidade Nova de Lisboa. Université Paris 8 – Vincennes Saint-Denis. 2006.

_____. Sobre possessivos simples em português. XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2007, pp. 223-237.

CERQUEIRA, V.C. A Sintaxe do Possessivo no Português Brasileiro. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) - UNICAMP, Campinas.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

_____ Derivation By Phase. MIT Working Papers in Linguistic. 1999.

_____ Beyond Explanatory Adequacy. MIT Occasional Papers in Linguistic. v. 20. 2001.

CHOMSKY, N., HAUSER, M. D., FITCH, W.T. The faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve? **Science**, 2002. vol. 298, p. 1569-1579.

CHRISTOPHE, A., NESPOR, M., GUAISTI, M. T. & OUYEN, B. V. Reflections on Phonological Bootstrapping: Its Role for Lexical and Syntactic Acquisition. **Language and Cognitive Processes**, 1997.vol. 12, n°. 5/6, p. 585-612.

CHRISTOPHE, A., BERNAL, S., DEHAENE-LAMBERTZ, G. & MILLOTTE, S. Two-years-old compute syntactic structure on-line. In: **Developmental Science** 13:1 (2010), p. 69-76.

COHEN L., ATKINSON D., CHAPUT H., "Habit 2000: A new program for testing infant perception and cognition", [software Computer]. Austin, University of Texas, 2000.

CORRÊA, L. M. S. Explorando a relação entre língua e cognição na interface; o conceito de interpretabilidade e suas implicações para teorias do processamento e da aquisição da linguagem. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, v.6, n.1, p.113-129. 2002.

_____ Conciliando processamento linguístico e teoria de língua no estudo da aquisição da linguagem. In: CORRÊA, L. M. S. **Aquisição da Linguagem e problemas do desenvolvimento linguístico**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2006.

_____ O que, afinal, a criança adquire ao adquirir uma língua? A tarefa da aquisição da linguagem em três fases e o processamento de informação de interface pela criança. **Letras de Hoje**, vol. 42, n°. 1, p.7-34, Porto Alegre, 2007.

CORRÊA, L. M. S. & NAME, M. C. The Processing of Determiners - Noun Agreement and the Identification of the Gender of Nouns in the Early Acquisition of Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v. 2, n. 1, p. 19-44, 2003.

CORRÊA, L. M. S., AUGUSTO, M. R. A. Fatores determinantes de custo de processamento e suas implicações para a aquisição da linguagem. **Estudos da Linguagem**, v. 7, n. 2. 2009.

A Aquisição da Linguagem no Arcabouço Minimalista sob Uma Perspectiva Psicolinguística. In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. R. T. (Org). **Programa Minimalista em Foco: Princípios e Debates**. P. 403-453. Curitiba: CRV, 2012.

COVER, N., VAN RIEMSDIJK, H. Semi-lexical Categories. In: COVER, N., VAN RIEMSDIJK, H.(Eds). **Semi-lexical Categories: the function of content words and the content of function words. Studies in generative grammar**, 59. Mouton de Gruyter. P. 1-22. 2001.

FARIA, F. C. *O Fenômeno da Concordância no Processo de Aquisição do Pronome Possesivo por Crianças Adquirindo o PB*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) - UFJF, Juiz de Fora.

FARIA, F. C. & NAME, M. C. O Processo de Aquisição de Adjetivos e Possessivos no PB. In: VI Congresso Internacional da ABRALIN, v. 2. Dermeval da Hora (Org). Contexto. João Pessoa, PB. 2009

FISHER, C., KLINGLER, S. L. & SONG, H. What does syntax say about space? 2-years-old use sentence structure to learn new prepositions. In: **Cognition** 101 (2006). P. 19-29.

GIORGI, A & LONGOBARDI, G .**The syntax of Noun Phrases** .Cambridge, Mass.: CambridgeUniversity Press, 1991.

GLEITMAN, L. The structural sources of verbs meanings. **Language Acquisition**, vol. 1, p. 3-55, 1990.

GLEITMAN, L. The Structural Sources of Verb Meanings. In: Paul Bloom (Org). **Language-Core Readings Acquisition**. The MIT Press. Cambridge, Mass. p. 174-221. 1994.

GONZAGA, M. The Structure of DP in European Portuguese – Evidence from Adjectives and Possessives. First Annual Undergraduate Linguistics Colloquium at Havard. University of Havard, 2003.

GROLLA, E. Metodologias experimentais em aquisição da linguagem. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista. v. 7, n. 2.p. 9-42. 2009.

HALLÉ, P. A., DURAND, C., BOYSSON-BARDIES, B. Do the 11-month-old French Infants Process Articles? **Language and Speech**, 51. P. 23-44. 2008.

HALLE, M. & MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K. & KEYSER, S. J. (eds) **The View from Building 20**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993, p.111-176.

HÖHLE, B. & WEISSENBORN, J. The origins of syntactic knowledge: recognition of determiners in one-year-old German Children. Proceedings of the 24th Annual Boston Conference, 2000.

HÖHLE, B. & WEISSENBORN, J. German-learning infants' ability to detect unstressed closed-class elements in continuous speech. **Developmental Science**. 2003. Wiley Online Library.

JUSCZYK, P. How the prosodic cues in motherese might assist language learning. **Journal of Child**. Cambridge University Press. Cambridge, Mass. 1989.

JUSCZYK, P. **The Discovery of Spoken Language**. Mass: MIT Press., 1997.

LYONS, C. On the origin of the Old French strong-weak possessive distinction. **Transactions of the Philological Society**. p.1-41, 1986.

_____. A possessive parameter. **Sheffield Working Papers in Language and Linguistics**. 2, p. 98-104, 1995.

MINTZ, T. H.; GLEITMAN, L. R. Adjectives really do modify nouns: the incremental and restricted nature of early adjective acquisition. **Cognition**, 84, pp. 267-293, 2002.

MONTEIRO, J.L. **Pronomes Pessoais – subsídios para uma gramática do PB**. Universidade Federal do Ceará. Edições UFC, Fortaleza, 1994.

MORGAN, J. & DEMUTH, K. **Signal to Syntax: bootstrapping from speech to grammar in early acquisition**. Lawrence Erlbaum Ass. NJ, 1996.

MULLER, A.L.P. A Gramática das Formas Possessivas no Português do Brasil. 1997. Tese (doutorado em linguística) - UNICAMP, Campinas.

MYERS, J., JUSCZYK, KEMLER-NELSON, CHARLES-LUCE, WOODWARD & HIRSH-PASEK. Infants' sensitivity to word boundaries in fluent speech. **Journal of Child Language** 23, 1-30, 1996.

NAME, M. C. *Habilidades Perceptuais e Linguísticas no Processo de Aquisição do sistema de Gênero no Português*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) - PUC, RJ.

NEVES, M.H. **Gramática de Usos do Português**. UNESP, SP, 2000.

PINKER, S. The bootstrapping problem in language acquisition. In: Macwhinney, B. (Ed). **Mechanisms of Language Acquisition**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1987.

RADFORD, A. **Syntax: a minimalist introduction**. Cambridge: UK University Press, 1997a.

_____. NP shells. **Essex Research Reports in Linguistics**, 33:2-20. 2000.

RAPPAPORT, G. The Syntax of Possessors in the Nominal Phrase. In: KIM, J., LANDER, Y. A., PARTEE, B. H. (Eds.). **Possessives and Beyond: Semantics and Syntax**. P. 243-261. 2004.

RINKE, E. A Combinação de Artigo Definido e Pronome Possessivo na História do Português. **Estudos de Linguística Galega**, vol.2, 2010, p. 121-139.

SHADY, M. Infant's sensitivity to function morphemes. 1996. PHD dissertation at Univ. Buffalo.

SHI, R., WERKER, J. F., MORGAN, J. L. Newborn infant's sensitivity to perceptual cues to lexical and grammatical words. **Cognition** 72, 1999, pp. 11-21.

SHI, R., WERKER, J. F. The basis of preference for lexical words in 6-month-old infants. **Developmental Science**. 2003.

SHI, R., WERKER, J. F., CUTLER, A. Recognition and Representation of Function Words in English-Learning Infants, 2004. Wiley Online Library.

SHI, R., MARQUIS, A. & GAUTHIER, B. Segmentation and Representation on Function Words in Preverbal French-Learning Infants. 2005. Wiley Online Library.

SHI, R. Infant's Recognition of Function Words in Continuous Speech. 2006. Wiley Online Library.

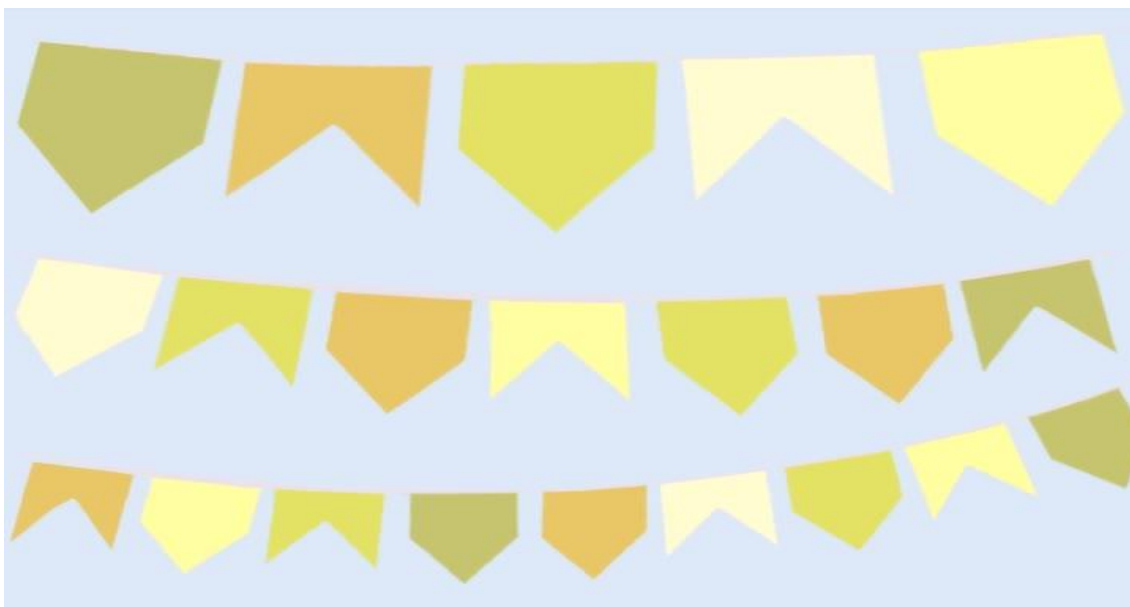
STORTO, G. Possessives in Context. In: KIM, J., LANDER, Y. A., PARTEE, B. H. (Eds.). **Possessives and Beyond: Semantics and Syntax**. P. 59-86. 2004.

WERKER, J. & TESS, R. Phonemic and Phonetic factors in adult cross-language speech perception. **Journal of the Acoustical Society of America**, 75, 1866-1878, 1984.

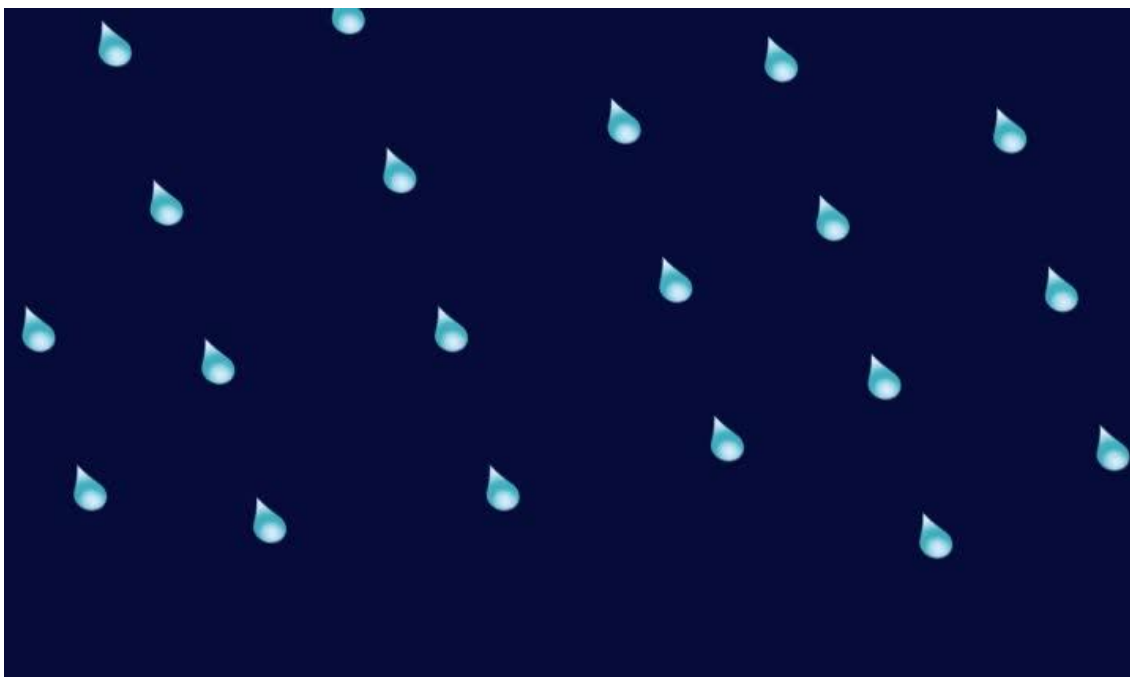
ANEXO I

Imagens utilizadas para o Experimento I:

- Pré-teste, familiarização, teste e pós-teste:



- Attention getter:



ANEXO II

Exemplos de estímulos auditivos utilizados para o Experimento I:

- Habituação ou Pré-teste:

- *“Maria é uma menina muito esperta! Certo dia, ela escreveu uma carta para o Papai Noel, pedindo uma boneca falante. No Natal, Maria teve seu pedido realizado. Que feliz ela ficou!”*

- Familiarização:

<i>“Meu leme, seu mito, meu leme, seu mito”</i>	<i>“Bai leme, vei mito, bai leme, vei mito”</i>
<i>“Sua taba, minha doca, sua taba, minha doca”</i>	<i>“Vio taba, beno doca, vio taba, beno doca”</i>
<i>“Seu mito, meu leme, seu mito, meu leme”</i>	<i>“Vei mito, bai leme, vei mito, bai leme”</i>
<i>“Minha doca, sua taba, minha doca, sua taba”</i>	<i>“Beno doca, vio taba, beno doca, vio taba”</i>

- Teste:

Ensaio 1: **Gram/masc:** *“meu leme, seu mito, meu leme, seu mito.”*

Ensaio 2: **Agram/masc:** *“bai leme, vei mito, bai leme, vei mito.”*

Ensaio 3: **Gram/fem:** *“sua taba, minha doca, sua taba, minha doca.”*

Ensaio 4: **Agram/fem:** *“vio taba, beno doca, vio taba, beno doca.”*

- Pós-teste:

“Certo dia, Maria escreveu uma carta para o Papai Noel. Ela queria ganhar uma boneca falante no Natal. Seu pedido foi realizado e ela ficou muito feliz! Maria é mesmo muito esperta!”

ANEXO III

Exemplos de estímulos auditivos e visuais do Piloto e Experimento II

- Apresentação:

OLÁ! EU SOU O DEDÉ.



EU TENHO MUITAS COISAS LEGAIS!



VOCÊ QUER VER?

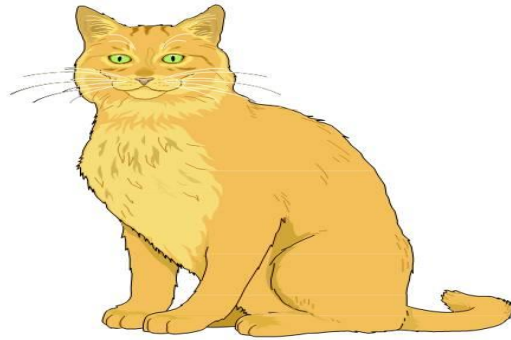


- Teste:

OLHA, UM GATO DE LISTRAS!



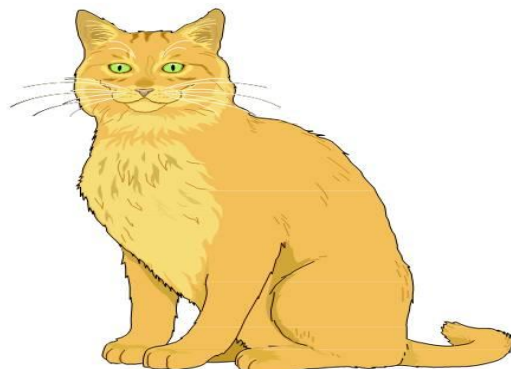
OLHA, O GATO DO DEDÉ!



MOSTRA MEU GATO!

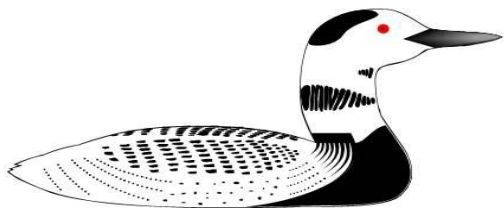


Para o Piloto:



MOSTRA MEU GATO!

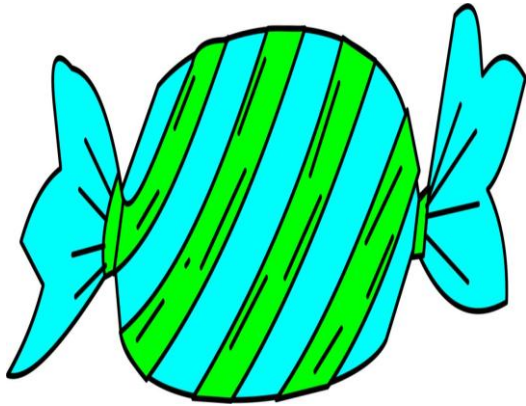
Para o Experimento:



Mostra meu gato!

ANEXO IV

Exemplos de estímulos visuais do Experimento III



ANEXO V

Estímulos auditivos Experimento III

- Treino:

	Grupo 1	Grupo 2
Treino	Slide 1: "Olha, o meu caro livro!" Slide 2: "Olha, a mole sua bala!"	Slide 1: "Olha, a mole sua bala!" Slide 2: "Olha, o meu caro livro!"

- Teste:

	Grupo 1	Grupo 2
Teste	Slide 1: "Olha, mas outro chora rato!" Slide 2: "Olha, o meu gordo pato!" Slide 3: "Olha, corda em fala quem!" Slide 4: "Olha, o novo seu carro!" Slide 5: "Olha, a sua grande casa!" Slide 6: "Olha, de pode bala onde!" Slide 7: "Olha, a mansa minha gata!" Slide 8: "Olha, o fino meu lápis!" Slide 9: "Olha, o seu forte galo!" Slide 10: "Olha, com livro esse come!" Slide 11: "Olha, a dura sua bola!" Slide 12: "Olha, a minha linda bolsa!"	Slide 1: "Olha, o gordo meu pato!" Slide 2: "Olha, o seu novo carro!" Slide 3: "Olha, a grande sua casa!" Slide 4: "Olha, mas outro chora rato!" Slide 5: "Olha, a minha mansa gata!" Slide 6: "Olha, de pode bala onde!" Slide 7: "Olha, o meu fino lápis!" Slide 8: "Olha, o forte seu galo!" Slide 9: "Olha, corda em fala quem!" Slide 10: "Olha, a sua dura bola!" Slide 11: "Olha, com livro esse come!" Slide 12: "Olha, a linda minha bolsa!"